

“Nós temos uma luta lá que vai dizer até onde Morrinhos vai viver”:

O processo de resistência do quilombo de Morrinhos frente ao avanço da monocultura de eucalipto



Raquel de Souza Pereira

Belo Horizonte

2021

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAN

***“Nós temos uma luta lá que vai dizer até onde Morrinhos vai viver”*: O processo de resistência do quilombo de Morrinhos frente ao avanço da monocultura de eucalipto**

Raquel de Souza Pereira

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia, pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
Área de Concentração – Antropologia Social
Linha de Pesquisa: Território, poder e ambiente
Orientador(a): Prof. Dr. Aderval Costa Filho

Belo Horizonte

2021

306 P436n 2021	<p>Pereira, Raquel de Souza.</p> <p>“Nós temos uma luta lá que vai dizer até onde Morrinhos vai viver” [manuscrito] : o processo de resistência do quilombo de Morrinhos frente ao avanço da monocultura de eucalipto / Raquel de Souza Pereira. - 2021.</p> <p>105 f. : il.</p> <p>Orientador: Aderval Costa Filho.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Antropologia – Teses. 2. Quilombos - Teses. 3. Resiliência (Ecologia) – Teses. I. Costa Filho, Aderval. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Atestamos, para os devidos fins, que **Raquel de Souza Pereira** concluiu seu curso de MESTRADO em Antropologia – área de concentração: Antropologia Social - linha de pesquisa: Território, Poder e Ambiente, sendo aprovada em sua dissertação de Mestrado intitulada: ***“Nós temos uma luta lá que vai dizer até onde Morrinhos vai viver”***: ***O processo de resistência do quilombo de Morrinhos frente ao avanço da monocultura de eucalipto***, realizada no dia 25 de março de 2021, em ambiente virtual, pelo canal do youtube PG-ANTROPOLOGIA UFMG.

Secretaria do Programa de Pós-graduação em Antropologia, em 08 de junho de 2021.

Aderval Costa Filho - Orientador

Luciana Garcia Andrade - Secretária do PPGAn



Documento assinado eletronicamente por **Aderval Costa Filho, Professor do Magistério Superior**, em 15/06/2021, às 04:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Garcia Andrade, Assistente em Administração**, em 15/06/2021, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0771403** e o código CRC **50E8742A**.



Pôr do sol no quilombo de Morrinhos. Arquivo pessoal (2017)

“[...] A visão que a gente tem é que foi colocado na época que, a redenção do Vale era a plantação de eucalipto, colocou na ideia que era uma planta medicinal, que ia trazer mão de obra. [...] Eu sou do Quilombo de Cardoso, mas me sinto filho do Quilombo de Morrinhos, por abraçar a luta, e sim, nós temos uma luta lá que vai dizer até onde Morrinhos vai viver. [...]”

(Adelino Servano, trabalhador rural do quilombo de Cardoso/Berilo – 09/05/19)

A Alê do Rosário & Andrea Marques

(in memoriam).

AGRADECIMENTOS

A trajetória de conclusão foi longa e difícil. Uma moça negra e quilombola do Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, vindo para uma cidade grande, uma capital cheia de prédios, avenidas, carros, parques e, sobretudo, gente, muita gente.

Creio eu que esse espaço destinado aos agradecimentos ficaria pequeno diante de todo o processo que começou bem antes de arrumar minha única mala pequena e entrar em um ônibus, para então ir “morar” na capital. Sendo assim, permitam-me resumir:

Aos meus vizinhos, meus chegados e interlocutores que, com conversas, abraços e boas risadas, fizeram-me entender mais ainda a minha ancestralidade ligada à resistência. A Andrelina (Didi) (*in memoriam*), interlocutora com mais dias vividos, compartilhamos momentos únicos juntamente com um dos seus filhos - José. Falas que hoje estão no campo da memória, Didi fez a passagem dias após uma maravilhosa conversa que tive com ela. O seu abraço eu levo para sempre em meu coração.

Agradeço imensamente a Reginaldo, por sentir que eu poderia ocupar uma cadeira dentro da Universidade Federal de Minas Gerais, e dar o pontapé inicial de tudo isso, foi muito gratificante. Obrigada a uma rede maravilhosa de amigas e amigos que puderam sonhar junto comigo. Esses, não mediram esforços em me receber de braços abertos, dividir bolsa e me acolher em suas casas. A Mayara, pela paciência, pelas conversas, por me mostrar que podemos ser aquilo que quisermos ser, basta termos coragem. A Tiago, pelas escutas, porque o meu coração estava cheio de saudades de casa, e não conseguia expressar isso para minha família.

A Ric, pelas sentadas na grama ou no Parque Municipal, sempre com conselhos que pareciam vir de um pai, cheios de carinho e amor.

A João, com toda essa coragem de me fazer entender que sou dona do meu destino e que eu posso estar em qualquer lugar, pois a minha resistência é diária. Na minha estadia por quase um ano em Belo Horizonte, tive a oportunidade de morar por alguns dias na casa de duas pessoas especiais, que me acolheram como parte de suas famílias, agradeço profundamente à Aninha e Dona Evane que, com todo o amor de mãe, me colocaram em seus colos e me fizeram sua filha, pelas risadas, pelo amor tão gostoso que vocês me fizeram sentir. Além disso, tive também a oportunidade de morar com duas pessoas muito especiais, agradeço a Dóris e Rilbert, companheiros de casa, pelos momentos bons, pelas conversas, idas à Lagoa do Nado, por compartilhar como uma família, muito unida, os laços afetivos.

A Daniel, que me fez entender realmente que “a Raquel que pode, está dentro de mim”, suas palavras são uma fortaleza e eu me fortaleci nelas durante a jornada. A Gustavo Jardel, cujas palavras me abraçavam todas as vezes que eu as lia. A Íris, pelas saídas e esparecidas, banhos regados à fé e esperança. A Maurinho, que conheci bem depois de todo o processo de “adaptação” em Belo Horizonte, mas, não por isso, pode me ajudar bastante no fortalecimento de nossa identidade acadêmica.

Agradeço a Jaqueline, que me entendeu nos meus piores momentos de escrita, uma mulher negra ouve outra mulher negra e se identifica, gratidão é a palavra que tenho nesse momento, muito obrigada, seus ensinamentos me auxiliaram como uma luz no fim do túnel, mostrando-me que a nossa voz sempre foi, é e será potente.

Ao meu companheiro Carlos Eduardo, por estar presente em todos os momentos do campo e escrita e na proficiência, fazendo-me acreditar que meus sonhos sempre terão a cor com que eu pintar. Muitas vezes pensei em desistir e com seu apoio incondicional pude acrescentar esse passo importante em minha vida, obrigada por me ajudar com os estudos da língua estrangeira, por me auxiliar no campo, pelos conselhos e conversas que me levantaram emocionalmente.

A minha família, especialmente a minha mãe, que com orações e súplicas pedia sempre à Deus a proteção.

Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia pelo imenso apoio.

Por fim, mas não menos importante, deixo os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Aderval. Obrigada por compreender tão bem as minhas limitações e as minhas potencialidades, obrigada por tocar esse barco comigo, pela imensa paciência e carinho, que, sem sombra de dúvidas, foram imprescindíveis.

Agradeço também aos que não mencionei aqui, todas e todos que têm um fio de ligação com minha história, sintam-se representados, foram tantas pessoas que, no mais singelo gesto de amizade, carinho e atenção, fizeram com que meu coração esquentasse e eu não desistisse de tentar! Eu sinto o amor de vocês a todo momento, obrigada por me acolher, escutar, estar presente e me completar na minha trajetória. E, que esse laço de companheirismo e amizade entre as discentes e os docentes do Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFMG se estenda para além da Universidade, nós não andamos sós, e, se um segurar verdadeiramente na mão do outro podemos fazer, de alguma maneira, com que as tribulações de uma vida acadêmica sejam mais leves e prazerosas.

O Jequitinhonha está chorando

No vale do Jequitinhonha
o povo era feliz
tinha toda a liberdade
era mesmo um paraíso
Mas veio a perseguição
as grandes companhias invadiram
nosso sertão

Deixou de plantar
o arroz e o feijão
tão plantando o eucalipto
que traz a destruição
depois do tempo vencido
naquela área no chão
só nasce capim colchão

O Jequitinhonha está chorando
nessa forma tem razão
devorou as suas matas
transformou em limpirão
arrancou o seu cabelo
que era a sua proteção
para não ciscar o chão

Quem tem sua moradia
o seu pedaço de chão
nós vamos lutar por elas
com amor no coração
pois a terra é nosso campo
onde nós trabalha tanto
para defender o pão

Letra da música de Joaquim Raimundo da cidade de Chapada do Norte, escrita em 1981, vencedora do 3º Lugar no Festival da Canção do Festival de 1981 na cidade de Pedra Azul.

RESUMO

A presente dissertação apresenta uma etnografia da comunidade quilombola de Morrinhos, na qual eu resido, e se vale de informações qualitativas sobre as nossas formas de vida antes da chegada da monocultura de eucalipto na nossa região. Aproveito o ensejo para poder falar um pouco sobre minha história, como mulher negra, quilombola e atingida. Este trabalho visa mais propriamente entender o processo de tomada do território da minha comunidade pela empresa eucaliptadora, e as formas de resistência de meu povo quilombola em relação a este processo, que perdura há mais de 40 anos. Tomo o método etnográfico para construção dialógica dos dados, valendo-me da descrição e análise do modo de vida (social, cultural, econômico, simbólico e religioso) relacionando os seguintes eixos: identidade quilombola; saberes tradicionais investidos no território; processo de territorialização, envolvendo a perda das terras tradicionalmente ocupadas, sobretudo a partir da concessão das terras em regime de comodato pelo Estado de Minas Gerais à empresa plantadora de eucalipto; e as formas de sociabilidade, envolvendo os nossos vínculos de parentesco, compadrio e formas de organização política. Esses eixos estruturantes do trabalho foram amadurecidos, tanto teórica quanto metodologicamente, no decorrer da minha formação (Mestrado em Antropologia) e me possibilitaram demonstrar, de forma tácita ou peremptória, como eu e meu povo temos resistido e sido resilientes, mesmo com todas as adversidades e perdas que ocorreram nas últimas décadas, mantendo, portanto, o nosso modo próprio de ser e viver.

Palavras-chave: Quilombo de Morrinhos; Territorialização, produção e sociabilidade; Resistência e resiliência.

ABSTRACT

This dissertation presents an ethnographic research in the quilombola community of Morrinhos, which I reside in and uses qualitative information about our life forms before the arrival of eucalyptus monoculture in our region. I take advantage of the opportunity, to be able to talk a little about my history, as a woman, black, quilombola and affected, as well as, I see more properly understood the process of taking the territory of my community by the eucalyptus company, and as forms of resistance people my quilombola in relation to this process, which has lasted for more than 40 years. I take the ethnographic method for dialogical construction of data, description and analysis of the way of life (social, cultural, economic, symbolic and religious) relating the following axes: quilombola identity; traditional knowledge invested in the territory; territorialization process, involving the loss of occupied traditional lands, mainly from the concession of the lands under lending by the State of Minas Gerais to the eucalyptus plantation company; and forms of sociability, involving our ties of kinship, compadrio and our forms of political organization. These structuring axes of work were matured, both theoretically and methodologically, in the course of my training (Master in Anthropology) and allowed me to demonstrate, in a tacit or peremptory way, how I and my people have resisted and been resilient, even with all the adversities and the losses that have occurred in the last few decades, thus maintaining our own way of being and living.

Keywords: Quilombo de Morrinhos; Territorialization, production and sociability; Resistance and resilience.

LISTA DE ABREVIATURAS

AMEJE: Associação dos Municípios da Microrregião Médio Jequitinhonha

APA: Área de Preservação Ambiental

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior

CRQ: Comunidade Remanescente de Quilombo

DOP: Departamento de Operações Policiais

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

IFNMG: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITER: Instituto de Terras

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto

UFVJM: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Imagem de Minas Gerais e mesorregião do Vale do Jequitinhonha.....	53
Ilustração 2 - Mapa representativo do quilombo de Morrinhos, feito à mão.....	63

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Crianças do quilombo colhendo sementes de jatobá para projeto.....	24
Foto 2 - Crianças da Escola Municipal Sebastiana Gomes Duarte na semana do dia da árvore.....	24
Foto 3 - Crianças da Escola Municipal Sebastiana Gomes Duarte recitando poesias no meu aniversário, nesse dia eles me deram uma festa surpresa.....	25
Foto 4 - Aluna da Escola Municipal Licínio José de Souza deixando um recado para mim no quadro da sala de aula.....	25
Foto 5 - Crianças do quilombo vendendo bolo “cabo de machado” na feira das escolas no município de Berilo. Projeto empreendedorismo quilombola.....	29
Foto 6 - Eu em minha casa, no quilombo.....	30
Foto 7 – (Pequizeiro) Árvore nativa do Cerrado entre a monocultura de eucalipto nas redondezas da comunidade do Alto Bravo – Vale do Jequitinhonha –MG.....	56
Foto 8 - Cercas de pedras feitas pelos antigos moradores no quilombo.....	66
Foto 9 – Casarão às margens do Rio Jequitinhonha.....	67
Foto 10 – Entrada dos fundos do Casarão.....	68
Foto 11 - Mangabeira e fruto.....	80
Foto 12 – Jatobazeiro e fruto.....	81
Foto 13 - Sementes de arroz guardadas da plantação das águas passadas.....	84
Foto 14 - Cemitério dos escravos, atualmente denominado cemitério dos anjos e cruzeiro.....	88
Foto 15 - Oratório de Nossa Senhora Aparecida na casa da anciã Domingas.....	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. Considerações gerais acerca da etnografia.....	20
CAPÍTULO 1 – UMA ESTUDANTE QUILOMBOLA ATINGIDA EM SEU CONTEXTO.....	23
1.1. Aspirações que vêm de dentro.....	30
1.2. Relação com o grupo, aspectos metodológicos e desafios.....	33
CAPÍTULO 2 – OCUPAÇÃO HISTÓRICA DO VALE E INVASÃO DOS TERRITÓRIOS PELA MONOCULTURA DO EUCALIPTO.....	41
2.1. Breve histórico de ocupação do Vale do Jequitinhonha.....	41
2.2. A chegada do eucalipto e a consolidação da expropriação.....	56
2.3. O quilombo de Morrinhos em contexto.....	62
CAPÍTULO 3 – O QUILOMBO DE MORRINHOS E A REPRODUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

INTRODUÇÃO

“A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida.” (RIBEIRO, 2018, p. 26)

A luta pelo território, ou o “chão de vida” sempre foi o grande gargalo que tem mobilizado há várias décadas centenas de comunidades da região do alto, médio e baixo Vale do Jequitinhonha. Os camponeses, “guardiões da biodiversidade”, espalhados pelos Vales em forma de quilombos e de outras comunidades tradicionais, sofrem constantemente com as pressões por parte de agentes de um modelo desenvolvimentista que entende a terra como forma de ganho e lucro, que vê a terra como mercadoria. Essas formas de ocupação e expropriação dos territórios, visando o mercado nacional e internacional, estabeleceram-se no Vale para exploração de recursos naturais com a conivência e ação do Estado, utilizando para com as comunidades de táticas pautadas no descaso, na demora e enganação.

As promessas fajutas de “redenção do Vale”, de trazer o desenvolvimento e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda se perpetuou ao longo dos anos no intuito de expropriar terras e territórios e implantar as mais diversas formas de exploração, tanto no plantio de eucalipto, quanto na exploração de minérios, na construção de barragens, dentre outras.

Essas formas de “redenção” se davam através de mentiras mascaradas de que todo e qualquer empreendimento traria benefícios para os comunitários, gerando renda às famílias, movimentando economicamente a região, com o afluxo de trabalhadores para essas áreas, bem como com absorção da mão de obra local, pois todo ano, a prática de ir para o corte de cana em São Paulo e para a apanha do café no Sul de Minas infelizmente era/é (em parte) uma prática recorrente na região. Quando digo, em parte, porque ainda hoje alguns comunitários enfrentam toda sorte de dificuldades e viajam para a apanha do café, como forma de adquirir uma renda extra.

A suposta “redenção do Vale” tem resultado em inúmeros problemas. As empresas sempre mentiram/mentem sobre essa possível salvação para a região; pelo contrário, com suas chegadas somos expostos a riscos e fadados à perdição, de nossas terras, de nossas águas, de nossa cultura e nossa essência. O Vale tem se transformado no local de retirada de recursos para fins de industrialização/exportação, com precarização das comunidades, suas identidades e suas bases produtivas e territoriais, como afirma Graziano & Graziano Neto: “Os camponeses veem

suas condições de vida deteriorarem-se como consequência da perda de vários de seus meios de produção e de vida. Em nome do "progresso" a miséria social começa a ser implantada no Vale.” (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983, p. 87)

Em um país emergente como o Brasil, tem sido frequente que áreas de conservação e preservação ao longo dos anos sejam destruídas para alimentar as indústrias do capital, sem o devido respeito para com aqueles que preservaram e preservam, nem para com seus territórios. A união de forças contrárias visando o desenvolvimento a todo custo tem feito parte da estrutura do país e das políticas governamentais, para manter a nação economicamente ascendente nos rankings mundiais de produtividade e exportação. Este é o ideal de “desenvolvimento” que está posto. As comunidades do Vale do Jequitinhonha, de modo geral, almejam outro ideal de desenvolvimento. Como diria Costa Filho (2016):

[...] os povos e comunidades tradicionais [...] apresentam os parâmetros de um outro desenvolvimento, construído a partir de valores mais equânimes, de caráter mais distributivo da riqueza, mais respeitoso em termos ambientais, fundado sobre a ancestralidade de lugar e a sociabilidade de famílias, grupos, povos, reconhecidamente mais simétricos. Nestes contextos e nesta proposta, a autonomia e a autogestão se sobressaem como forma de autodeterminação e construção do próprio devir histórico. (COSTA FILHO, 2016, p. 199):

Já o modelo desenvolvimentista pregado pelo Estado trata as regiões “menos favorecidas”, como dizem, como depósitos empresariais (de recursos naturais primários, de mão de obra barata, etc.). Sendo assim, o Estado se esquece dessas regiões, as políticas públicas que chegam efetivamente não são tão expressivas, o que as deixam mais vulnerabilizadas para a chegada do falso “desenvolvimento”, que supostamente traria boas novas, empregos e renda. Infelizmente, isso na verdade nunca ocorreu. No Vale do Jequitinhonha, mais precisamente as regiões das chapadas estão a cada dia tornando-se locais propícios para a plantação das grandes e vastas monoculturas de eucalipto, devido às grandes extensões de terras que, na maioria das vezes, são planas, como diz o autor: (ALMEIDA, 2018, p. 7).

“[...]por meio da ação do Estado brasileiro e de empresas privadas, que por sua vez implantaram grandes áreas de monocultura de eucalipto (*Eucalyptus spp*), matéria prima preponderante para o abastecimento da indústria siderúrgica, de papel e celulose, localizadas por sua vez em outras regiões brasileiras. [...]”

Desde então, instauradas as plantações de eucalipto na região do Jequitinhonha, tem-se percebido diversos problemas relacionados a disputas territoriais, e conseqüentemente, tem sido incrementadas várias estratégias de luta (FÁVERO et al., 2014, p. 4) por parte dos camponeses,

para que, ao longo do tempo a região não se torne um “deserto verde”¹. A questão ligada ao território toma centralidade, pois, o território é o lugar onde os camponeses formam os modos próprios de vida e se reproduzem socialmente.

Nesses territórios, os povos e comunidades seguem suas formas tradicionais de vida, suas formas de trabalho, de pertencimento, de sociabilidade, vindas de um passado de resistência, memórias e zelo pelo lugar onde se vive. Nesse contexto, assim como afirma Graziano & Graziano Neto, “os conflitos pela posse da terra têm como fundamento a tentativa constante dos grandes proprietários de aumentarem seus domínios (territorial, social e político) por sobre os grupos camponeses”. (GRAZIANO & GRAZIANO NETO 1983, p. 86)

O processo a que foi submetido o Vale do Jequitinhonha foi meticulosamente planejado e pautado em objetivos concretos de expansão do capitalismo e do “desenvolvimento” em suas diversas formas. O Vale, dito como o “Vale da fome” necessitaria de gozar eras de vida nova, diferentes do que era. O que sempre foi pautado é que nossa região era uma das mais pobres do país, e a mídia ainda prega isto, basta se pesquisar nos mecanismos de busca da internet.

Moura (1988), ao problematizar o Vale do Jequitinhonha, desenvolve uma reflexão sobre números e rótulos, e alguns argumentos sobre os estereótipos que pairavam e ainda pairam sobre o Vale do Jequitinhonha, associando-os às intervenções salvacionistas governamentais posteriores:

Conhecida nas repartições estaduais como área de pobreza absoluta e de estagnação secular [...] a região é mencionada como uma ferida de subdesenvolvimento em Minas Gerais, discrepando do conjunto do estado em que a prosperidade da população é confirmadora do trabalho em silêncio. (MOURA, 1988, p. 1)

E prossegue: “Se em poucos lugares no Brasil, chegou-se hoje ao paroxismo semelhante, pode-se entrever aí os contornos de transformações que ora ocorrem na área, especialmente na esfera das relações de produção.” (MOURA, 1988, p. 3). A autora discorre na sequência sobre os dois movimentos precípuos que vão resultar na “violência simbólica, material e física” que vão caracterizar o cotidiano no Vale do Jequitinhonha.

Por um lado, a expulsão do agregado do interior da fazenda, a compressão ou supressão de permissões para os pequenos sitiantes de plantar na fazenda e a invasão da posse por falsos

¹ A expressão usada para denominar a monocultura de eucalipto não poderia ser mais adequada: deserto verde. Isso porque entre os mais variados e agravados impactos socioambientais dessa prática, está o rápido desaparecimento de fontes de água nas regiões de plantio. (FERNANDES, 2017)

fazendeiros. Por outro, “empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, exploram nas chapadas a madeira nativa, que substituem gradativamente por plantações de eucalipto.” (MOURA, 1988, p. 3). A autora reputa às empresas a expropriação do campesinato que mora nas grotas e que depende, de modo vital, da chapada para complementar sua reprodução social e econômica.

O descaso com os camponeses do Vale do Jequitinhonha, notadamente com as comunidades dos quilombos, pode ser relacionado ao que Parry Scott considera com o “Descaso Planejado”. Embora o autor tenha cunhado essa expressão no contexto das grandes obras de desenvolvimento, especialmente de barragens instaladas em comunidades tradicionais e rurais, o termo designa o padrão operacional adotado pelo Estado e organizações parceiras, que gera “prejuízos para os mais fracos” através de práticas de “negociações, de resistência, de adaptação e superação” que se prolongam por décadas, perpetuando um estado crítico de descaso e abandono para as comunidades atingidas. (SCOTT, 2012, p. 122). Esse entendimento se aplica perfeitamente ao descaso para com as comunidades do Vale do Jequitinhonha, com destaque para a monocultura do eucalipto e a mineração, esta última que, por sua vez, enseja a construção de barragens, como a Barragem de Irapé, na região em estudo. Abaixo, trago uma tabela feita por mim, exemplificando pelo meu ponto de vista como se dá o descaso planejado pela nossa região:

Por parte do Estado existe	O que se entende?	O que é priorizado pelas empresas e Estado	Na verdade, o que poderia se valorizar quanto informação
Falta de políticas públicas para a região	O Vale é o Vale da fome e da miséria	Se o Vale tem fome, então precisamos levar emprego.	O Vale necessita de apoio assim como qualquer outra região
Falta de visibilidade pelos órgãos do governo	O Vale precisa de emprego para gerar renda	Mentira, não vamos levar empregos, vamos, com o aval do Estado, usufruir dos recursos que o Vale oferece.	Os povos do Jequitinhonha deveriam ser respeitados quanto ao seu lugar de morada e tradicionalismo, pois consequentemente se instaurarão conflitos.

Com isso, podemos destacar a existência de uma certa inversão de valores quando se fala sobre o Vale do Jequitinhonha, no que tange ao seu povo, às suas comunidades. Podemos destacar a falta de interesse por parte do Estado e das empresas em terem um olhar diferenciado para os povos e comunidades que vivem nessa região, que não detém o capital, os camponeses que não são dotados do conhecimento capitalista exploratório, que são os mais prejudicados, os moradores das grotas, aqueles que lutam para não perder suas terras e, conseqüentemente, suas memórias. Assim como afirma Costa (2015), a expansão da grilagem² de terras fez com que os moradores dessas regiões ficassem agonizando e a crise se perpetua no tempo, pois:

As elites locais, a partir dos anos 1950/60, apoiadas nas políticas de Estado se articularam com as empresas capitalistas, expandindo a grilagem, desterritorializando camponeses, desmatando o Cerrado, apropriando-se da água e agudizando a questão hídrica e fundiária. Donde foi fundamental a atuação da Rural Minas, na expulsão dos posseiros e favorecimento dos grileiros. (COSTA, 2015, p. 1293)

Nesse cenário, tenho como objetivo entender o processo de tomada do território em que se encontra o nosso quilombo de Morrinhos, dando ênfase aos aspectos de resistência em relação ao avanço da monocultura de eucalipto. O quilombo de Morrinhos fica situado no médio Jequitinhonha, município de Berilo e, através dessa pesquisa, buscamos explicitar percepções ligadas à resistência do povo quilombola ao avanço do eucalipto na região. Trago também, a partir dessa ótica, um esboço de resistência individual, percalços e lutas travadas comigo mesma, para conseguir tratar de um assunto delicado e pertinente, de sair da minha comunidade e galgar novas expectativas institucionais de resistência e de apoio para o quilombo.

1. Considerações gerais acerca da etnografia

Devido ao cenário desolador em que se encontram as comunidades quilombolas, dentre as quais a comunidade à qual pertencço, devido à intensa exploração dos seus recursos e territórios por grandes empreendimentos, são frequentes as situações conflituosas que impõem sofrimentos ao longo dos anos/década(s). Esses conflitos se perpetuam no tempo e, através dessas disputas de poder, colocam os povos e comunidades tradicionais, dentre os quais os

² A grilagem de terras se constitui em uma prática ilícita de envelhecimento de falsos documentos, colocados dentro de um local juntamente com grilos, para que em pouco tempo o mesmo ficasse com furos e com uma coloração amarelada, típica de um papel “velho”, “antigo”, essa prática também consiste na venda de terras que são de domínio do poder público, hoje no Brasil é considerada como crime.

indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros como os principais alvos, devido ao interesse pelos seus territórios e pela biodiversidade neles existente.

Com todos esses processos exploratórios a que estamos expostos, temos desenvolvido formas de resistência baseadas em nossas formas de viver, temos potencializado nossas forças na união, pois os nossos processos de “exploração”, as nossas práticas tradicionais não se coadunam com a lógica capitalista de grandes empresas, o nosso desenvolvimento é completamente contrário ao modo de desenvolvimento que se prega atualmente. Sendo assim, sentimo-nos no dever de travar as lutas pelo nosso território, território de nossos ancestrais, bisavós, avós, pais, território que também será de nossos filhos, netos, bisnetos, e por aí vai.

A metodologia utilizada nesse trabalho foi a de aplicação da técnica do grupo focal com lideranças comunitárias, o que possibilitou a obtenção de informações qualitativas em profundidade e a reflexão por meio das “falas” dos “sujeitos” da pesquisa, em forma de um paralelo do conflito desde quando começou. Apliquei também entrevista semiestruturada sobre o momento conflituoso que o quilombo atravessa, levando em consideração todo o processo histórico de conflito dos moradores *versus* empresa monocultora. Nesse caso, busco compreender o processo de territorialização, envolvendo a perda das terras tradicionalmente ocupadas, sobretudo a partir da concessão de grande extensão de terras pelo Estado de Minas Gerais à Empresa eucaliptadora, por mais de 40 anos, que nos manteve afastados das chapadas e tabuleiros que integram o nosso território.

Também busco compreender a luta pela recuperação dessas terras, sendo que a comunidade figura como polo passivo, mas não tão passivo assim, no processo de reintegração de posse, movido pela empresa; bem como o processo de reconhecimento como comunidade “remanescente dos quilombos” e a entrada com o processo de regularização fundiária no INCRA (ainda em projeto), visando que as terras tradicionalmente ocupadas voltem a quem de direito. Além disso, ainda do ponto de vista etnográfico, entrevistei os anciões do nosso quilombo e de um quilombo vizinho para entender sobre os outros aspectos estruturantes em relação ao modo de vida, antes da chegada da monocultura de eucalipto, a saber: as formas de sociabilidade, envolvendo os vínculos de parentesco, de compadrio, as formas de organização política, a participação em instâncias de controle social, etc. Aqui ficaram demonstrados como forças dissolventes têm atuado historicamente na comunidade, visando desintegrá-la, a exemplo dos sucessivos processos de migração compulsória (migrações sazonais ou de trabalho e migrações definitivas), decorrentes de falta de terras agricultáveis disponíveis e/ou falta de trabalho/emprego/renda.

Ficarão também demonstrados que os vínculos territoriais não se rompem mesmo em situações de conflito, e que os mesmos se atualizam e perpetuam, mantendo sentimentos de pertença, relações de reciprocidade quanto ao acesso a bens e serviços, relações políticas que têm assegurado ou defendido os interesses do grupo. Os saberes tradicionais investidos no território e a própria identidade quilombola também estão postos aqui em questão. Isso envolve saberes e práticas tradicionais ligados ao ordenamento do território, formas de uso e ocupação – cultivo, coleta, criação, pesca, etc. (mesmo que estas formas estejam latentes apenas no plano da memória, já que parte do território foi interdita), as dimensões sagradas ou metafísicas do território (loais de rituais, de cemitérios, locais encantados ou assombrados, etc.), as práticas propiciatórias ligadas à produção (novenas, trezenas, festas de santo, oferendas, penitências e procissões, etc. feitas para que os santos se compadeçam das necessidades ou penúrias do povo, bem como as próprias práticas sociorreligiosas).

Esses aspectos ou eixos estruturantes me possibilitam demonstrar, de forma tácita ou peremptória, como o meu povo tem resistido e sido resiliente, mesmo com todas as adversidades e perdas que ocorreram nas últimas décadas, mantendo, portanto, o nosso modo próprio de ser e viver.

Construí essa dissertação estruturando-a em três capítulos, de modo que permitam a compreensão dos meus processos de resistência na cidade de Belo Horizonte, entendendo o porquê do motivo de estudar o Mestrado em Antropologia; abordo este aspecto através de um memorial na introdução, bem como a minha vivência como um todo, fatos esses que fizeram com que eu chegasse até aqui e pudesse discorrer sobre algo tão importante para o nosso povo, e, em paralelo à isso, trato acerca de várias considerações importantes que permearão toda esta dissertação. No segundo capítulo traço um breve histórico de ocupação e exploração do Vale do Jequitinhonha, a chegada do eucalipto e a consolidação da expropriação e da invasão dos territórios das comunidades quilombolas. No terceiro e último capítulo, discorro sobre a história e memória social do nosso grupo, parentesco, compadrio e afinidade, produção e saberes tradicionais associados, religiosidade e moralidade e da luta pela recuperação da chapada e consolidação do nosso território, que posso chamar de estratégias de resistência.

CAPÍTULO 1 - UMA ESTUDANTE QUILOMBOLA ATINGIDA EM SEU CONTEXTO

“Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências.” (RIBEIRO, 2018, p. 9)

Eu sou Raquel de Souza Pereira, mulher, negra, quilombola do Vale do Jequitinhonha, nasci no dia 22 de setembro de 1994, em minha própria casa no quilombo de Morrinhos, comunidade rural do município de Berilo – Minas Gerais, filha de agricultores familiares, a caçula, tenho mais seis irmãos, todos residentes no Vale do Jequi. Estudei na escola do meu quilombo até a antiga 4ª série, e o ensino fundamental fiz na escola do distrito do meu município, enfrentava estrada de chão, poeira e lama, quase todos os dias. Iniciei minha vida de trabalho e estudo aos onze anos na cidade de Virgem da Lapa, município vizinho ao meu quilombo. Longe do quilombo, seguia 25 km de estrada de chão, ficava a semana na cidade, trabalhando em casas de família para estudar o Ensino Médio em uma escola estadual do município, pois a escola do distrito só ofertava aulas a noite. Ia para o quilombo nos finais de semana.

Em 2012 tive a oportunidade de fazer o vestibular no IFNMG, na cidade de Araçuaí, e concluí o curso de graduação em Gestão Ambiental no ano de 2015, meu sonho era fazer Engenharia Ambiental, mas minha família não tinha condições de me manter estudando fora em um curso integral. Durante o curso de graduação, eu morava em Virgem da Lapa, e trabalhava na Prefeitura Municipal do mesmo município, como Educadora Social (já tinha 18 anos e fiz o processo seletivo). A graduação era em Araçuaí, 37 km de Virgem da Lapa, estudava à noite, trabalhava durante o dia. Essa foi e é uma realidade de muitos jovens que persistem no Vale.

Após quatro anos de trabalho em Virgem da Lapa saí do município, de volta ao meu território, onde trabalhei durante um ano na escola do quilombo e em mais duas escolas quilombolas, tive a oportunidade de lidar com crianças, pais e responsáveis e amadurecer mais ainda os meus princípios. Lidar com a comunidade escolar daquela região me fez perceber mais

ainda o quanto o nosso povo resiste às lutas a cada dia, pude ver nos olhos das crianças o quanto amor elas tinham para comigo, como se me vissem como uma pessoa em quem se espelhar, isso me enchia de esperança. Lembrei-me da época em que estudava, tínhamos dificuldades parecidas, mas a mesma força de vontade e respeito pela nossa cultura. Nas fotos abaixo 1, 2, 3 e 4, pode ser demonstrado basicamente o que citei acima.

Foto 1 - Crianças do quilombo colhendo sementes de jatobá para projeto



Fonte: Arquivos da autora (2017)

Foto 2 - Crianças da Escola Municipal Sebastiana Gomes Duarte na semana do dia da árvore



Fonte: Arquivo da autora (2017)

Foto 3 - Crianças da Escola Municipal Sebastiana Gomes Duarte recitando poesias no meu aniversário, nesse dia eles me deram uma festa surpresa



Fonte: Arquivo da autora (2017)

Foto 4 - Aluna da Escola Municipal Licínio José de Souza deixando um recado para mim no quadro da sala de aula. No quadro está escrita a frase “você está no meu coração”.



Fonte: Arquivos da autora (2017)

Durante o período em que estava trabalhando, tentei o ENEM novamente (pois já havia feito no Ensino Médio, mas não consegui uma nota satisfatória para o curso que eu queria

estudar), e na esperança de fazer o curso de Engenharia Ambiental na UFMG sem obter êxito, foram 11 chamadas e infelizmente eu não consegui a vaga pela política de cotas. Nesse mesmo tempo, também havia tentando a seleção do Mestrado em Ciência Florestal, Produção Vegetal e Geologia na UFVJM na cidade de Diamantina, porém, novamente não obtive êxito no currículo, minhas notas nas outras etapas eram altas, porém sentia que existia internamente na universidade um sistema de apadrinhamento de alunos pelos professores/orientadores na área ambiental, pois os projetos se davam em continuidade da graduação para o mestrado, além da UFVJM denotar forte ligação com universidades como a UFMG e a UFOP, no intuito de trazer alunos pesquisadores dessas universidades, principalmente na área de Geologia.

Sem êxito, tentei entrar em uma disciplina isolada (Microbiologia Ambiental) na mesma instituição, mas o professor/orientador dessa disciplina, que é docente na UFVJM, conseguiu arrancar de meu coração a vontade de estudar com estes questionamentos: *“Você é de onde? O que seus pais fazem? Você já pesquisou o custo de vida em Diamantina? Você tem condições de morar aqui sem bolsa? Aqui quem fica são os melhores, hoje eu estou aqui, amanhã posso não estar mais, porque eu posso ir para outro lugar, a universidade não é para qualquer um.”* Eu simplesmente peguei a assinatura desse professor e protocolei minha inscrição e nunca mais fui lá, chorei muito e depois disso continuei a trabalhar nas escolas com minhas crianças, tinha a esperança de um futuro melhor, quem sabe pelo menos para as gerações que viriam.

Contudo, sempre tive vontade de fazer mestrado, não para ter o título de mestre, ou usufruir pessoalmente deste, mas sim para poder, de alguma forma, ajudar o meu povo, obter mais conhecimento e militar pelas causas relacionadas ao Vale e às nossas comunidades, além disso, sempre tive interesse em conhecer como é internamente uma universidade e os processos de pesquisa e escrita; sabia que não seria fácil, mas a vida é feita de desafios.

Tive a oportunidade de participar do Encontro de Jovens Quilombolas na cidade administrativa em Belo Horizonte e conhecer um mestrando na área de Antropologia que estava pesquisando sobre o Vale. Tomei algumas informações e me inscrevi, nessa época estava trabalhando em três escolas e andando mais de quatro quilômetros por dia, mas mesmo assim, tive o apoio e segui em frente, resistindo.

Contudo, várias questões estão emergindo não só nesse momento de escrita, e abro um espaço para problematizar o lugar acadêmico em que eu estou inserida, que, para mim é extremamente desconfortável. A universidade tão grande para mim, que me sinto tão pequena, talvez isso seja “porque, ao longo do tempo, a população camponesa e pobre tem sido excluída de um processo de escolarização prolongada.” (AGUIAR, 2019, p. 9). E, como mulher negra e

quilombola que se desloca do seu lugar de “objeto” e passa a ser sujeita da própria história ainda é mais dolorido.

No momento que eu comecei a minha trajetória acadêmica no mestrado em Belo Horizonte eu já tinha muito orgulho de ser quem eu sou, já havia passado pela transição capilar³, e me sentia uma mulher mais forte e resistente. Pois como afirma Nilma Lino, em seu livro *Sem perder a raiz, corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*: “O cabelo crespo figura como um importante símbolo da presença africana e negra na ancestralidade e na genealogia de quem a possui.” (GOMES, 2019. p. 13)

No início de minha adolescência não foi tão fácil, eu sou fruto de uma relação interracial e tenho irmãos brancos, e sobretudo irmãs brancas, nunca havia me visto naturalmente como uma mulher negra, sempre usava cabelo “alisado”, com progressivas e com secador e prancha, todos os finais de semana “escovava” o cabelo e minhas mãos ficavam calejadas, tinha muitos problemas com minha autoestima, sendo isso fruto do racismo e da branquitude que, como afirma novamente Nilma Lino (2019),

[...] ao operarem em conjunto, lançam dardos venenosos sobre a construção da identidade negra e tentam limitar os indivíduos negros, sobretudo as crianças e mulheres que, ao se mirarem no espelho, veem o que ele – o racismo – coloca à sua frente. (GOMES, 2019, p. 15)

Quando era criança eu ficava muito triste por ver sobretudo meninas brancas com o cabelo liso amarrarem seus cabelos sem nenhum problema em deixá-los mal amarrados, posso assim dizer, e o meu cabelo tinha que ser amarrado e “amansado”, pois se não fosse assim ele estaria “bagunçado”. Na minha mente de criança queria entender isso e, muitas das vezes ficava triste por não saber como lidar com essas situações, e tenho em mente que muitas crianças negras passam também por esses processos, devido ao racismo estrutural. Hoje, em 2021, ao reler esse memorial, posso dizer que estou no auge da minha identidade racial e posso enxergar essa mesma face ao lado de um homem negro que supera as minhas expectativas, pois já tive relacionamentos interraciais e sempre tive muitos “medos” por não me achar a mulher “bela” ao lado de um homem branco.

Esses e muitos outros fatores me fizeram entender que eu tinha uma brutal necessidade de mudar. Quando eu fiquei sabendo que minha comunidade tinha recebido um certificado de autorreconhecimento como comunidade quilombola da Fundação Cultural Palmares, eu

³ Transição capilar consiste no processo de voltar os cabelos para a condição natural, geralmente as pessoas não fazem mais o uso de produtos químicos nos fios e com o passar do tempo cortam a parte do cabelo que ainda está sob efeito de progressivas e alisamentos.

comecei a entender o que era isso e quais as garantias e proteções legais eram decorrentes deste fato, e então iniciei uma pesquisa sobre o tema, nesse momento eu estava com 19 anos. Nessa época eu já comecei a me entender como mulher negra, ainda mais quando comecei a fazer a transição capilar, esse processo me ajudou muito a entender a minha verdadeira beleza, que começava por dentro (ver foto 6).

No decorrer do processo de se auto identificar como quilombo, nossa comunidade fez uma ata de autodeclaração e na escola começou-se a trabalhar com temas ligados a quilombos, negritude, e isso demonstrou que a comunidade, mesmo passando por um processo de conflito com uma empresa de eucalipto, começou a entender, por essas vias, como temos heranças ligadas à recusa da escravidão e, sobretudo, o quanto somos sujeitos de direitos. A comunidade se uniu para lidar com o processo conflituoso junto à empresa através desses meios burocráticos.

Em relação à minha ligação pessoal com a comunidade, esse processo de descoberta se deu no seio de minha família, minha irmã mais velha é uma mulher negra e sempre me espelhei nela. Mas ao mesmo tempo eu necessitava de me entender internamente, eu não poderia ser igual às minhas irmãs, eu sou diferente, e queria ser diferente do meu jeito. Ser uma mulher negra em uma sociedade racista em que vivemos é muito difícil, mas, faz-se necessário. É sobretudo ser exemplo para as próximas gerações. Na minha vinda ao campo para conversar com os anciões e lideranças, eu pude compreender isso vendo uma aluna negra da escola na qual trabalhei passando pela transição capilar e dizendo que se espelhou em mim.

Pude contribuir, no período de trabalho nas escolas, sobretudo a do meu quilombo, em projetos ligados à valorização cultural da nossa comunidade, ao empreendedorismo quilombola, e ao resgate de comidas dos nossos ancestrais, como o bolo de fubá tradicionalmente enrolado na folha de bananeira, vulgo “cabo-de-machado”, vendido rapidamente pelas crianças do quilombo na feira das escolas no município ao qual o quilombo pertence (ver foto 5). Nesse momento também pude compreender como a semente pode ser plantada nos corações de cada criança. É imprescindível que tenhamos orgulho de nossa identidade e isso só poderá ser ainda mais compreendido quando tivermos a oportunidade de exaltarmos o quanto somos importantes na formação histórica de nossa região, de nosso estado e de nosso país.

Na minha infância estudei com várias crianças e na minha lembrança, a maioria eram negras. A comunidade é majoritariamente negra, mas, antigamente eu não tinha esse entendimento, pois eu não sabia o que é ser uma criança negra, mas sabia que a comunidade

tinha muitas, a maioria vindos do interior do quilombo, local onde se tem mais ascendência negra. Antigamente, toda a comunidade participava das missas aos domingos, a sanfona, o pandeiro e o violão faziam-se presentes nas festas de santo, que ocorriam no mês de agosto. Eu sabia que minha comunidade era igual às outras comunidades em relação aos modos de ser e viver, mas cada uma tinha um modo próprio, todos se respeitam e mantinham fortes laços de parentesco e compadrio.

Foto 5 - Crianças do quilombo vendendo bolo “cabo de machado” na feira das escolas no município de Berilo. Projeto empreendedorismo quilombola.



Fonte: Arquivos da autora (2017)

Foto 6: Eu em minha casa, no quilombo.



Fonte: Arquivos da autora (2018)

1.1. Aspirações que vêm de dentro

“Eu sou quem descreve a minha própria história, e não é quem descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. [...] Enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade de minha própria história.” (KILOMBA, 2019, p. 28)

Desde quando eu me estabeleci na capital, em 2018, eu me senti solitária, creio que é algo a mais na alma que fala por mim, como se fosse uma lacuna aberta que faz com que descreva a cidade grande como um grande desafio a ser vencido, dia após dia, e sei que isso é o drama de vários estudantes que estão fora de casa e que sofrem com essa saudade intensa do seu local de origem. Escrever esse diário de campo, aqui em Belo Horizonte, e começar a falar de minha vida na capital parece-me estranho. O que sempre vemos geralmente são cadernos de campo no campo e não na cidade, hoje me sinto na obrigação de escrever o que está entalado dentro de mim.

No princípio, tudo que eu queria era sair do Vale, ter uma vida “livre” fora de lá, e hoje em dia confesso que me arrependi; sentir isso na pele é totalmente diferente. É impressionante

como a minha vida passa rápido na cidade, como preciso ter noção das horas, dos minutos e dos segundos. A capital me impõe ser alguém que não sou, de uma maneira drástica, estou tendo que lidar com vários fatores com que eu não me deparava lá no Vale. Permito-me citá-los aqui nesses breves parágrafos.

As minhas lutas constantes em ir e vir, em pensar como pesquisadora, como “a Raquel que saiu do quilombo de Morrinhos, lá do Vale do Jequitinhonha, que colocou o seu corpo e mente à prova de um Mestrado”, que quer ser melhor a cada dia, que quer ajudar e incentivar o seu povo, que quer se engajar nas lutas como uma pessoa de valor e inspiração. É muito difícil falar sobre isso (de como eu me sinto aqui), pois é algo que vai muito além; nesse período necessito de forças, de afagos, de tranquilidade.

Animo-me quando escuto os Trovadores do Vale, eu sei que irei sair desse processo mais resistente, uma grande mulher que luta pelo seu Jequitinhonha, pelo seu povo, pelo seu quilombo. Isso me deixa mais confiante e com uma perspectiva de resistência perante todos os impasses que perpassam na minha estadia em uma cidade grande e minha experiência na pós-graduação. “[...]Tô remando minha canoa...” (Beira Mar Novo - Trovadores do Vale). Como há falta de empatia entre pessoas que são acometidas a cada dia por momentos turbulentos, como a vida diária de uma cidade é difícil, viver no meio de uma capital individualizada, cheia de corações vazios, a hospitalidade que quase não se vê, ninguém te cumprimenta, ninguém tem você como amiga, ninguém te traz uma palavra boa. A nossa vida é limitada, camuflada, dói sentir todos os dias que a saudade é a sua mais fiel companheira.

Senti-me feliz ao ouvir as cantigas, os tambores, as fotografias e registros pesquisados em livros e nos sites que falam sobre o Jequitinhonha, que me faziam estar mais próxima do meu Vale, tão exposto à sociedade brasileira como pobre, mas com uma riqueza imensurável, que só quem tem raízes no território sabe discernir, sentir e viver. A minha terra é a minha raiz. Senti-me presa na capital como um pássaro na gaiola.

Senti-me saudosa de meus pais, que vontade de vê-los, minha comunidade, meu lugarzinho, como meu coração chorava ao lembrar da minha terra, onde eu nasci, onde eu cresci, onde eu respiro o ar puro e saboreio as melhores comidas, as melhores bebidas, simples, mas com um gosto peculiar que só quem mora lá sabe como é. Às vezes tento descrever, mas sei que é indescritível... O amor puro eu sinto só quando estou lá. Meu povo sofrido, mas feliz e realizado! Gratidão por ser do Vale, por fazer parte desse legado, por ser cria do melhor e mais valioso lugar do mundo.

Penso o quanto precisamos ocupar esses diversos locais de pesquisa, sendo importante para a nossa formação como pessoas que resistem a cada dia a todo e qualquer tipo de

preconceito em relação à classe, à posição social, à raça etc. Após 12 anos de implantação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia na UFMG, eu fui a primeira estudante quilombola a acessar, através da política de cotas, uma vaga do programa dessa instituição. O que me move é a resistência de uma mulher, negra, do quilombo de Morrinhos no Vale do Jequitinhonha, de estar em Belo Horizonte fazendo pesquisa, contribuindo para a diversidade cultural e simbólica, para a UFMG. A academia é importante para nós, estudantes, mas, nós como pesquisadores, também somos importantes para o processo de extensão do saber na Universidade.

É notável o sentimento de pertença aos nossos locais de origem, nossos dilemas, lutas e trajetórias de vida são levados em consideração quando, numa roda de conversa, o assunto vem à tona. É necessário avaliarmos variáveis ligadas ao modo de vida de alunos que saem de suas vivências para enfrentar a cidade grande e uma vida totalmente diferente daquela de suas realidades. Mais do que isso, é entender que somos seres humanos dotados de sentimentos, sentimentos esses que nos fazem resistir às tensões de uma vida diferente da que levamos.

O Mestrado em Antropologia foi um desafio muito grande para mim. Pedi exoneração do cargo que estava ocupando na prefeitura do município onde está situado o meu quilombo e, viajei a caminho de Belo Horizonte. Fiz isso com o coração alegre e feliz, por estar realizando meu grande sonho, mas apertado por estar deixando minha família pela primeira vez e por um longo período, pois fiquei quase um ano na capital para cumprir os créditos. Estar longe de casa foi para mim a parte mais difícil da caminhada, não estar habituada com o ritmo de uma pós-graduação também teve seu lugar, mas, confesso que nos estudos para prova de seleção do mestrado eu já estive bem familiarizada com a pressão ligada a uma Universidade, pressenti que não seria fácil, mas não desisti no caminho, ainda tinha muita coisa pela frente. Me apeguei às falas de Djamila Ribeiro (2018), no sentido de que nossos momentos difíceis podem ser transformados em molas propulsoras de potência, pois os momentos de crise nos dão a oportunidade de alçar voos.

Isso é fundamental para entender que o “não lugar” da mulher negra pode ser doloroso mas também potente, pois permite enxergar a sociedade de um lugar social que faz com que tenhamos ou construamos ferramentas importantes de transcendência. Talvez aí eu tenha percebido a estratégia de ver a força da falta como mola propulsora de construção de pontes. (RIBEIRO, 2018, p. 16)

Eu faço parte desse texto, com a intenção de trabalhar um pouco o escrever de minha vivência, assim como afirma Conceição Evaristo, é imprescindível o protagonismo através da escrita. A autora trata o termo de “escrevivência” pois “[...] história e memória não são

construções inocentes. Ambas podem determinar e cumprir objetivos” (EVARISTO, 2008, p. 9).

1.2. Relação com o grupo, aspectos metodológicos e desafios.

Quando Goldman (2008) nos expõe que “os discursos e práticas nativos devem servir, fundamentalmente, para desestabilizar nosso pensamento (e, eventualmente, também nossos sentimentos)” (GOLDMAN, 2008, p. 22) é notório que o antropólogo entenda e mergulhe nas formas de vida que o “nativo” apresenta/expõe. E, como tratar essa notoriedade quando o antropólogo também é parte do processo, também é comunitário. Isso é, sem dúvida, uma das formas com que a disciplina tem lidado a partir do momento em que abarcamos os limites da autoantropologia (STRATHERN, 2014), trazendo-nos uma antropologia autoreflexiva (GOLDMAN, 2008, p. 6). Strathern (2014) apresenta-nos a reflexão de que “um aspecto da prática antropológica que não pode ser ignorados” nesses contextos (STRATHERN, 2014, p. 134).

Nesse momento, volto-me à questão de estar “estudando minha própria casa”⁴, mas ao mesmo tempo, tendo que estar atenta aos limites que a autoantropologia me impõe. Logo, penso aonde esses limites podem me levar, já que estou abarcando minha subjetividade na pesquisa, por fazer parte da mesma, sendo uma estudante de antropologia, mas também por ser uma quilombola, podendo perder seu território juntamente com os meus para a monocultura de eucalipto, que se alastra na região a mais de 40 anos.

É instigante lidar com a situação em que me coloco, pois, como afirma Strathern (2014) “[...] a perspectiva da antropologia feita em casa sugere uma contribuição à crescente reflexividade imposta aos sujeitos a partir de várias direções.”, levando a entender que “os relatos antropológicos devolvem ou não para as pessoas as concepções que elas têm sobre si mesmas.” (STRATHERN, 2014, p. 135). Quando eu faço antropologia no meu quilombo eu levo a antropologia através de mim para as pessoas que lá vivem, eu instigo os demais quilombolas sobre o processo de conflito, através de uma perspectiva que eles não sabiam e/ou podiam lidar. E, como atingida, lido com a situação de apresentar a eles e me aprofundar sobre o tema que eu estou escrevendo.

Tenho em meu coração isso como uma forma de militância, juntamente com os meus “sujeitos de pesquisa”, me envolvendo com meu povo na luta da resistência que se mantém em

⁴ Como já expliciti anteriormente, minha pesquisa se passa na minha comunidade, sou natural do quilombo de Morrinhos, situado no Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais.

diferentes escalas ao longo do tempo. A resistência para viver, para lograr manter nosso território e sobreviver às diferentes afrontas de um estado desenvolvimentista.

Goldman nos evidencia que, “é essa espécie de ‘comunicação involuntária’ [...] que torna possível aquilo que creio constituir a característica fundamental da antropologia: o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal (a do etnógrafo)” (GOLDMAN, 2008, p. 7). “E, por via de consequência, até onde somos capazes de promover nossa própria transformação a partir dessas experiências.” (Ibidem) Coloco-me nessa perspectiva do autor desde quando comecei a estudar Antropologia, digo que não foi algo que “caiu do céu”, mas tenho uma notória estima pela disciplina. Tive a certeza que depois de conhecer temas teóricos relacionados à minha pesquisa, que também estão ligados à minha forma de vida, esses assuntos abarcaram a minha naturalidade como quilombola e atingida pela monocultura de eucalipto. A minha vida acadêmica também me levou a repensar sobre como posso militar e resistir dentro e fora do quilombo.

Como explicar as mudanças que se passam na minha comunidade a partir do momento em que o nosso território foi atravessado pelos interesses exploratórios das plantações de eucalipto? Não é somente pensar no modo como o quilombo se reorganiza a partir desse processo, mas também nos efeitos que são sentidos na pele das pessoas que vivem essa violência lenta e contínua, esse sofrimento gradativo. Em meados da década de 1980, houve um conflito armado entre os grileiros e posseiros da região vizinha ao quilombo. Revela a filha de um agricultor que, quando o seu pai saía para o combate, o medo tomava conta do coração dela, pois, tinha consigo a incerteza de que seu pai voltaria ou não⁵.

É importante, nesse contexto, o fato de se descrever a cena através dos parâmetros do “olhar” e do “escutar” antropológicos, produzindo o conhecimento do outro acionado desde uma outra perspectiva, logo, trato do processo de escrita, que ainda assim requer tempo de “gabinete” para materializar todas as proposições, impressões e ideias. Roberto Cardoso de Oliveira, em seu artigo, “*O trabalho do Antropólogo, olhar, ouvir e escrever*”, problematiza os processos e desafios da escrita dentro do gabinete, de como o olhar e ouvir tem um papel fundamental no momento da escrita, constituindo uma comunicação e depois uma

⁵ Nas idas e vindas da empresa de eucalipto à região houve um conflito com jagunços armados com armas de fogo, a mando do dono da empresa (Valter). Na época, o padre Nuno (*in memoriam*) enviou uma carta ao Ministro da Justiça, para que intervisse nessa luta armada dos posseiros versus empresa eucaliptadora. Foi enviado um batalhão do DOPS para que não houvesse mortes. Os posseiros se muniram de enxadas, foices, etc. Um fato recente ocorreu com um conflito armado devido à colocação da cerca, que limitava o território dos posseiros do quilombo de Morrinhos. A cerca foi retirada, devido às pressões da empresa e à intimidação com armas de fogo. Esses relatos serão explorados mais adiante no texto.

argumentação para com seus pares, de dar uma certa concretização no que visto, ouvido, sentido, vivenciado.

Um interessante livro de Clifford Geertz - *Obras e vidas: o antropólogo como autor* - oferece importantes pistas para o desenvolvimento desse tema, e que também é citado pelo autor Roberto Cardoso, pois parte da ideia de separar e, naturalmente, avaliar duas etapas bem distintas na investigação empírica: a primeira, que qualifica como a do antropólogo "estando lá" - *being there* -, isto é, vivendo a situação de estar no campo; e a segunda, que se segue a essa, corresponderia a experiência de viver, melhor dizendo, trabalhar "estando aqui" - "*being here*" (GEERTZ, 1988 apud OLIVEIRA, 2000, p. 22), demonstrando que se o antropólogo fizer uma boa observação, que essa seja adequada através de uma escrita limpa e sincera. Isso nos remete aos vários impasses que o pesquisador passa nos seus locais de fala e mais ainda, a certeza de que o lugar que eu nasci poderá ser tomado pelos empreendimentos desenvolvimentistas, relacionados à plantação de monoculturas de eucalipto, enfim, é doloroso e essa dor se perpetua até hoje, escrever sobre isso não é fácil.

Sendo assim, o antropólogo pode assumir o papel de mediador, de testemunha, de pesquisador e no meu caso, o papel de **atingido**. Assim como afirma Zucarelli, (2018) "É importante entender que, conforme Spivak e Monteiro já refletiram, os grupos de resistência são múltiplos, não constituem uma classe homogênea, e acabam se apropriando da categoria de atingido com o intuito de se fortalecer no agrupamento e, assim, legitimar a reivindicação por seus direitos" (SPIVAK, 2010, MONTERO, 1998 apud ZUCARELLI, 2018. p. 121;). Assumindo assim uma dupla identidade dentro do contexto da pesquisa, pois é um conflito que perpassa meu quilombo, minha região e nossas vidas.

A partir do reconhecimento dos direitos territoriais indígenas e quilombolas, após a Constituição de 1988, foi ampliada a seara de trabalho do antropólogo para fora da academia. Ressaltam-se os laudos antropológicos como forma de exercício da disciplina, o trabalho de campo, que não é tão somente uma metodologia, e a antropologia implicada/militante no intuito de praticar o trabalho em prol das demandas de grupos historicamente marginalizados. Essa antropologia militante é a que eu sempre tento desempenhar, devido ao fato de ser da comunidade quilombola e viver o tradicionalismo que tal implica, o que me leva a entender melhor que meu povo resiste a cada dia, e, esse desempenho como antropóloga se torna também uma forma de resistência, prática e simbólica.

Em uma viagem a Bocage francesa, Favret Saada, [1990] (2005) lida com a situação de "deixar se levar pela pesquisa", trabalhando com o tema que trata sobre a feitiçaria rural, a

autora explora a participação *versus* a observação, e caminha sobre essas palavras revelando que:

[...] o primeiro comportamento não pode de forma alguma ser designado pelo termo “participação” (o informante, ao contrário, é quem parece “participar” do trabalho do etnógrafo); e, quanto ao segundo, “participar” equivale à tentativa de estar lá, sendo essa participação o mínimo necessário para que uma observação seja possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 156).

O importante da pesquisa não é evidenciar que quem participa é o sujeito que está dentro do ambiente que será pesquisado. Mais do que isso, é deixar que o entrevistado esteja à vontade, no sentido que não fique demonstrado que está sendo uma entrevista, mas sim uma participação em uma conversa. É importante a observação do antropólogo, mas, mais importante ainda é que isso conte com um “deixe-me levar pela pesquisa”, o que muitas das vezes não acontece.

No meu caso, como já tenho mais convivência com os meus, soube lidar com a implantação da pesquisa, no sentido de antes de ser a estudante de Antropologia, ser a “Raquel, filha de Antônio de Loura”, que é conhecida por todos do quilombo. Quando fiz a entrevista com os anciões, muitos deles me perguntaram em meio à entrevista, como estava meu pai, minha mãe e o que eu estava fazendo da vida, e o quanto eu cresci, “estava mais branquinha”, a cidade grande (Belo Horizonte) estava me fazendo “embranquecer”, que o meu “trabalho é lindo” (Mestrado). Pude perceber que isso fez com que os meus informantes, antes de informantes, são meus parentes, amigos, tiveram mais facilidade para poder trazer as memórias dos “tempos dos antigos”, trazendo para a pesquisa uma riqueza de detalhes.

O que me instigou também nessas falas é sobre como posso entender meu processo de identidade racial e étnica e confrontar com a vida acadêmica, pois, a cidade grande e o estudo estavam me colocando em uma posição privilegiada em que os negros dos quilombos de maneira geral não estão inseridos. A forma de lidar com esses “informantes/sujeitos” da pesquisa, principalmente os mais idosos, me fez entender que a branquitude se vale também das atitudes privilegiadas dentro do campo epistemológico do ensino e de vivência em uma cidade. Sentir-me nesse lugar de fala é um tanto quanto incômodo, em se valendo de prerrogativas no entendimento do lugar de fala do negro dentro de um contexto racial branco, como é a academia e a vida na capital.

A intenção não era me desmerecer quando me falam que estou “embranquecendo”, depois que comecei a estudar ou morar na cidade para tal, e sim colocar em xeque como a cidade e a academia são espaços onde os negros, sobretudo de quilombos, não estão inseridos e se estão, estão ligados a uma predominância de uma raça branca; é entender que a academia

ainda é composta por uma população majoritariamente branca e afastada dos locais onde estão os sujeitos de fala, como a região do interior, as aldeias e os quilombos, as ocupações, as favelas, etc. O afastamento acontece perpendicularmente na medida em que buscamos novas teorias, feitas muitas das vezes pela academia para nos incluir, e sobretudo, muitas das vezes nessa forma de fazer ciência, como objetos de estudo.

Essa forma de lidar com os meus vizinhos no quilombo me fez entender que esses espaços, infelizmente, tendem a me colocar “acima” deles, pelo simples fato de eu me “embranquecer” quando faço parte deste novo contexto. Por um lado, isso pode me demonstrar como uma mulher negra que ousou pisar em locais nunca pisados ou ocupados, ou mesmo trazer para a academia novas epistemes, ou ainda confrontar a mesma como quilombola, buscando um novo método de olhar para o nosso povo, ou mesmo reafirmar ainda mais a minha identidade, me encorajando a seguir.

Sair da “toca” e buscar coisas novas, mesmo em ambientes naturalizados pela raça e classe me fez entender, acima de tudo, pertencer a uma parcela menor, e ainda assim me inserir, interagir, produzir conhecimento. O estudo pode ser “lindo”, mas ao mesmo tempo pode ser cansativo, doloroso e nos faz entender que a nossa história vai muito além. Assim como afirma Nilma Lino (2008): “o movimento de rejeição/aceitação construído socialmente pelo negro insere-se ainda em um universo mais amplo que incluem dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e psicológicas” (GOMES, 2019, p. 135).

Podemos destacar como a população negra se insere dentro desse universo mais amplo, pois não é simplesmente “sair para estudar”, mas é entender o porquê desses acontecimentos. Contudo, diante do fato de ser assim considerada pelos “informantes”, tenho que saber entender essa forma de lidar com o trabalho etnográfico, não abandonando todo o processo de estudo da Antropologia, para poder hoje, trazer com a excelência de perguntas sensíveis e diretas, descobertas, e respostas importantes para o processo de escrita.

Atualmente, a disciplina da antropologia tem abarcado um novo conceito de fazer antropológico, na qual eu me insiro, o meu povo é a minha voz e eu sou meu povo. Dentre os mais diversos modos de se fazer etnografia, a antropologia que vem de dentro, ou seja, uma antropologia subjetiva e implicada: quem um dia foi estudado e hoje se autoestuda está aos poucos crescendo dentro das Universidades. Esse modo de se fazer antropologia se apresenta como um novo modo, talvez assim nunca vivenciado pelos antropólogos, as práticas

decoloniais⁶ são cada vez mais presentes dentro do campo epistemológico, e trato isso como uma forma de se fazer antropologia, que se torna indispensável.

Contudo ainda é incipiente, pois esses povos “subalternos”, das “margens” que são tratados como objetos de pesquisa ainda estão nesse patamar de serem estudados por diversos fatores, um deles é a falta de incentivos para que um dia possam pesquisar sobre seus próprios lugares de fala, pois ainda os antropólogos utilizam desses meios, mesmo que involuntariamente, para militar por eles e com eles. Isso traz diversas reflexões e discursões sobre como podemos fazer antropologia e como podemos falar pelos nossos “informantes” de pesquisa, um deles é a militância e o prazer de estar entre os menos favorecidos pelas políticas públicas do Estado.

Assim como Strathern (2014, p. 135) nos remete a algo muito importante sobre como o trabalho do antropólogo pode ser gratificante, por poder estar lidando com os sujeitos da pesquisa não como meros informantes, mas como pessoas dotadas de experiências que têm grande importância para nós pesquisadores e para o contexto antropológico.

É interessante que se tenha um certo distanciamento do local de pesquisa, no intuito de não se alinhar aos fatos, no sentido de ser um tanto quanto tendenciosa, contudo, eu vejo essa aproximação como algo benéfico, no sentido de compreender o processo de luta dos meus antepassados e contemporâneos pela retomada das terras que são nossas por direito. Além disso, quando eu uso a terceira pessoa do plural, nosso, nossa, nossos, nossas, eu me incluo, tanto na pesquisa quanto na forma de vida dos meus informantes, por ser filha dessa comunidade, desse território.

Sendo assim, as vivências dentro do ambiente de estudo⁷ e meu novo lugar de fala me proporcionaram a participação em primeira instância, em poder estar juntamente com o meu povo, lembrando uma história que também é minha, que hoje posso levar a diferentes entendimentos, lugares, memórias de um passado sofrido. Uma voz enraizada na resistência do

⁶ As práticas decoloniais podem ser entendidas como a prática de se fazer pesquisa que transcendem as práticas colonialistas, práticas essas que geralmente são de fora para dentro, entendo eu. O que vemos mais frequentemente no campo da pesquisa antropológica são os antropólogos brancos, detentores do “saber acadêmico” estudando os “nativos” assim como muitos deles pregam. As práticas decoloniais indicam sobretudo uma superação do colonialismo, pois trazem novas epistemes como, por exemplo, os próprios “nativos” terem a oportunidade de conhecer, utilizar a teoria em favor dos menos favorecidos, e se auto entenderem como pessoas dotadas de conhecimento o bastante para poder produzir conhecimento a partir de dentro. “O pensamento decolonial é a tarefa de desconstrução do poder e do conhecimento, seguido da reconstrução e/ou do surgimento de outras formas de poder e conhecimento.” (MARTINS, 2014, p. 23)

⁷ Para obter os créditos das disciplinas obrigatórias, precisei morar na capital de Belo Horizonte por quase um ano. Como o meu campo ocorreu no meu quilombo, tive a oportunidade de voltar e fazer as incursões e escrever a dissertação aqui no meu lugar de origem.

povo quilombola, seja no campo ou na cidade, expressando uma consciência antropológica diferente da tradicional. Tenho uma leve discordância de Strathern (2014) quando trata as formas de etnografias ligadas ao pensamento da autoantropologia, quando afirma que:

As tentativas de tornar relatos desse tipo mais acessíveis pretendem educar o público antropológicamente ou abandonar o gênero etnográfico tradicional em prol de um gênero popular: uma história ou relatório. (STRATHERN, 2014, p. 136).

Acredito, entretanto, que o gênero etnográfico popular pode e deve ser levado em consideração, de acordo as novas epistemes que despontam dentro do campo da pesquisa e produção acadêmica. Por esse fato, eu, quilombola, posso, além de estar inserida na pesquisa do meu povo como forma de militância, resistência, como mulher, negra e quilombola, ocupar também esse espaço de representatividade, apresentando uma produção alinhada com o pensamento decolonial, algo inovador dentro do campo epistemológico da antropologia e da pesquisa etnográfica. Assim como afirma Porto-Gonçalves (2005):

"A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias." (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3)

A proposta deste trabalho é exatamente exercer essa forma autoreflexiva e autosituada de produzir conhecimento, desde as margens. Spivak [1994] (2010) em seu livro "Pode o subalterno falar?" nos traz uma indagação de como o sujeito do Terceiro Mundo é representado no discurso ocidental. Para a autora é aquele pertencente "às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (SPIVAK, 2010, p. 12). Nesse contexto da produção colonial, "o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade." (Idem, *Ib*, p. 85). Por este motivo é que precisamos unir as nossas vozes, para ecoarmos sempre mais alto e mais longe, de uma forma que consigamos, no processo teórico de busca pelo conhecimento, alavancar mais a representatividade das/os marginalizadas/os, pois como afirma a intelectual negra e periférica Nzinga Mbandi, *et al* (2020):

"[...] a potência do lugar de fala, enquanto ferramenta teórica se transforma em práticas de vida, está no ato de poder falar e ser escutado de maneira sensível. [...] É por esse motivo que acredito na necessidade de estarmos

atentas ao ecoar de nossas vozes, seu alcance e sua recepção. Em cada lugar onde estou em uma posição de não subordinação, assumo como missão torná-lo espaço de escuta sensível para que outras tenham liberdade de erguer a voz.” (MBANDI et al, 2020, p. 20)

A proposta aqui materializada representa o protagonismo de uma mulher negra, quilombola, trazendo com isso a discussão da relação da mulher dentro das pesquisas acadêmicas e como isso pode diferir na intenção de poder falar e se sabe falar e mais do que isso, de poder ser ouvida.

Sigo aqui, por fim, a orientação proposta por Oliveira (2012, p. 41) para o exercício etnográfico: “*o testemunho como expurgo da dor*”. A autora aborda a questão da crise como contexto, as inseguranças vividas durante todo o processo de conflito e como o antropólogo lida com essas situações de sofrimento, o que no meu contexto etnográfico faz todo o sentido, posto que sou também atingida pela violência sofrida na minha região e comunidade. O antropólogo pode ter o papel de mediador, de testemunha, de pesquisador e, no meu caso, o papel de atingida.

CAPÍTULO 2 - A OCUPAÇÃO HISTÓRICA DO VALE E A INVASÃO DOS TERRITÓRIOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

2.1. Breve histórico de ocupação e exploração do Vale do Jequitinhonha

“O peso do ouro ainda é sentido em nosso Vale”.

(A autora)

Primeiramente, sinto imensamente desconfortável em escrever esse capítulo, redigir sobre as formas de exploração e apropriação do lugar onde eu nasci, cresci e pretendo viver toda a minha vida, é um tanto quanto desmotivador, indigesto e provocador. Falar sobre isso, ao mesmo tempo que soa como uma forma de crítica aos modelos europeus, capitalista e monopolizador, me faz entender que a minha história é perpassada por um processo colonialista de enriquecimento ilícito, de escravização e genocídio dos nossos ancestrais/antepassados. Esse mesmo modelo sempre teve como foco o lucro, não muito diferente do que vivenciamos atualmente, infelizmente ainda assim tem também como foco de exploração dos locais nos quais estão inseridos os povos ditos como “marginalizados”, guardiões dessa extrema riqueza que não tem valor algum para o capitalismo.

Devido a todos esses processos exploratórios, deixo aqui o meu repúdio a esse *modus operandi*. Hoje, no século XXI falo sobre esse tosco processo de uma forma crítica a esse modelo de exploração que ainda perdura, face ao qual construímos nossas formas de resistência, nosso modo de lidar com a terra, nosso vínculo não com a forma de capital, mas como nosso chão de vida. Ler, reler e escrever sobre esse processo faz-me entender mais ainda que nossa região só foi explorada devido às suas riquezas, e em nenhum momento houve o devido reconhecimento e respeito aos nossos modos de vida e aos nossos territórios. Logo após essas riquezas diminuírem, outras foram exploradas, intensificando-se ainda mais o processo de esgotamento de riquezas naturais, de precarização dos modos de vida, de migração e assim sucessivamente.

Historicamente, uma grande riqueza explorada de uma forma comercial, o ouro, mineral valioso, despertou o interesse dos colonizadores do Brasil. Assim sendo, a ocupação do Vale do Jequitinhonha se deu desde o período colonial, época em que foi descoberto o grande potencial de lavras de ouro na região, período este que ficou conhecido como Ciclo do Ouro, não obstante falar de Minas Gerais, pois traz consigo uma forte conotação do nome ligado à exploração de pedras preciosas e minérios das “minas”. Essa exploração se deu “inicialmente na região do Centro Sul, a saber, Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté e São João Del Rei, e em

seguida, em Serro, Diamantina e Couto de Magalhães de Minas, de onde seguiu em direção norte, à procura de novas fontes” (ALMEIDA, 2018, p. 19).

O período de apogeu da extração do ouro foi de 1733 a 1748, todavia, manteve-se como atividade lucrativa até o final do século XVIII, decaindo em seguida por causa da escassez dos minerais nos terrenos aluviais (FAUSTO 1995 apud ZUCARELLI 2006, p. 41). Após o declínio da extração do ouro, os colonizadores se embrenharam em novas terras, também para a extração de diamante, sobretudo na região do antigo distrito diamantífero, antigamente denominado de Arraial do Tejuco, hoje Diamantina. O interesse dos ditos grandes colonizadores, através da usurpação que perdura até os dias de hoje, fez com que as riquezas desse lugar fossem motivo de acúmulo de capital e enriquecimento de poucos, que ao longo do percurso do rio viram-se na oportunidade de ocupar e explorar. Assim como afirma Rocha:

O Rio Jequitinhonha, que tem o seu nascimento ao norte das serras de Santo Antônio e Itambé da Vila do Príncipe, é o tesouro mais precioso destas Minas; não só o Jequitinhonha, mas todos os mais rios e ribeiros que nele se metem, desde o seu nascimento. (ROCHA, 1995, p. 132)

Os rios do Vale, o Jequitinhonha e Araçuaí, têm uma enorme importância no contexto histórico de exploração do ouro e de ocupação pelas fazendas de pecuária e agricultura. O escoamento das pedras preciosas, da carne e do algodão ocorria pela navegação no Rio Jequitinhonha, chegando aos portos baianos. De lá, os produtos eram exportados para Portugal e as embarcações retornavam trazendo sal, tecidos finos e ferramentas de metal. (ZHOURI et al., 2010, p. 215).

A região de Minas Novas, também foi palco de exploração em massa de ouro e passou por um processo de povoamento e ocupação, sobretudo no curso do rio Fanado. Souza (2010), afirma que: “essa fase de euforia, entretanto durou pouco tempo. À diminuição gradativa da exploração da atividade mineradora contrapôs-se a afirmação da agricultura como principal ocupação dos moradores locais.” (SOUZA, 2010, p. 58).

Devido a isso, os moradores locais se sentiram obrigados a deixar a exploração de ouro e se “bandear” para outros locais, descendo as bacias do Rio Jequitinhonha e Araçuaí, dentre os ribeirões na expectativa de achar outros veios de ouro. Miranda (2013) afirma que:

O declínio econômico, como ocorreu noutros ciclos [...] vivenciados no Brasil, veio juntamente com a exploração intensiva e desmedida das riquezas minerais. Já no início do século XIX, o ritmo frenético de exploração de ouro e diamantes promoveu a exaustão gradativa das minas

no Alto Jequitinhonha, principal área mineradora do Vale. (MIRANDA, 2013, p. 13)

Mesmo assim, diversos fatores relacionados à Coroa Portuguesa foram motivos para a mineração decair na região, pois mesmo com as formas de controle que a Coroa tinha existiam diversas maneiras de contrabando e furto de ouro. Além disso, as escoações da maioria do ouro aconteciam pelo rio, facilitando o saque e os conflitos com os indígenas que moravam às suas margens. Segundo Miranda (2013):

A Coroa temia o contrabando, em razão da precariedade dos meios de fiscalização ao longo do rio Jequitinhonha, principal via de interligação entre a região produtora e o porto de Belmonte na Bahia, de onde partiam navios rumo aos mercados europeus. O temor aliava-se ainda à dificuldade de ocupação impressa pela mata fechada das porções do Médio e Baixo Jequitinhonha, em que se abrigavam os temidos índios Borúns (Botocudos), família do tronco linguístico Macro-Jê, conhecidos pela agressividade e resistência às tentativas de domínio por parte dos colonizadores portugueses. (MIRANDA, 2013, p. 13).

O Vale do Jequitinhonha, mesmo após o período áureo de exploração de sua riqueza mineral, ainda teve outras formas de exploração que o deixaram ainda mais vulnerável. O lento processo de ocupação das terras, que durou mais de um século, abarcou toda a extensão do Vale e fez com que os fazendeiros se apossassem das maiores porções, assim como afirma Miranda, 2013:

A pecuária tornou-se fundamental no abastecimento da população urbana que se consolidava em razão do intenso fluxo imigratório. A mineração era, entretanto, notadamente a atividade que mais interessava à Coroa portuguesa, o que pode ser comprovado pela minuciosa e intensa fiscalização empreendida, por causa da possibilidade de contrabando. (MIRANDA, 2013, p. 36)

Dessa maneira, o processo de expansão do modo latifundiário deu origem a inúmeros conflitos pela posse da terra, culminando na expropriação “das áreas de margens mais cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos” (SOUZA, 2010, p. 58). Conseqüentemente, vários grupos que se baseavam nas atividades de subsistência começaram a alastrar lentamente pelas grotas e chapadas, sobretudo para solta do gado⁸ e para a coleta:

⁸ Quando se soltava o gado nas chapadas era comum “ferrar”, ou seja, marcar com ferro quente os animais com as iniciais dos proprietários, no intuito de identificar quem era o dono, pois, a boiada pastava junto nesses locais.

“[...] por serem muito áridas, não se prestavam ao cultivo sem um tratamento especial da terra. Essas chapadas ficaram como reserva natural, lugar do qual se lançava mão para a coleta de frutos silvestres e para a criação do gado vacum. Eram terras de ninguém, mas de todos ao mesmo tempo, e esse tipo de exploração coletiva durou até o terceiro quartel do século XX, quando o eucalipto passou a substituir a flora nativa das chapadas. (SOUZA, 2010, p. 58).

Já as grotas, áreas onde se encontram os afloramentos dos lençóis freáticos e grande abundância de nascentes, eram as regiões mais produtivas, desenvolvendo principalmente a agricultura de subsistência, esses terrenos foram sendo ocupados a partir de apossamento secular e do regime de sucessão ou herança.

Desde a partição original das terras, que consistiu na distribuição das sesmarias, foi se desenvolvendo um sucessivo processo de repartição entre meeiros, agregados e herdeiros, sobretudo nas regiões que gozavam de terras cultiváveis devido à grande abundância de águas das nascentes e ao clima relativamente favorável:

Até estabilizar-se, na virada do século XIX para o século XX, um conjunto de relações sociais que consistiam, genericamente, no seguinte: grandes extensões de terras devolutas [...] pequenos e médios proprietários de terra que nelas trabalharam com a família e/ou na base do sistema camarada pago ou dia trocado [...] grandes fazendas tocadas à base do trabalho escravo ou “assalariado” e que foram, por muito tempo, o ponto de sustentação de uma vasta estirpe de coronéis de patentes variadas e de diversos tipos de poder de mando; [...] vasta rede de agregados que trabalhavam a terra de outros em função do pagamento por produto ou simplesmente para doar terras virgens para o plantio de pastagens (SOUZA, 2010, p. 58-59).

Na raiz dos problemas encontram-se dispositivos legais e medidas administrativas tomadas pelo governo federal quanto às ditas terras devolutas, deixando a cargo dos governos estaduais e nas mãos de oligarquias regionais tais tarefas, de implantar uma política de ocupação e uso dessas terras. Neste contexto, as práticas de grilagem ocorridas nos cartórios das comarcas de Grão Mogol e Riacho dos Machados são evidências empíricas de que as elites locais, associadas politicamente às oligarquias regionais, nas primeiras décadas do século XX, valeram-se da posição de poder e das “brechas” jurídicas da regulamentação e fiscalização federal para grilar terras públicas, costume reproduzido nas décadas seguintes.

Merece particular atenção, na segunda metade do século XX, a concessão das terras devolutas através do Rural Minas, compreendendo as áreas de Chapada como terras sem

donos, terras de ninguém, caracterizadas pelo vazio demográfico. Maneira espúria de mascarar a posse de famílias que moravam nas grotas e usufruíam tradicionalmente dos recursos encontrados das Chapadas. Além disso, considerando que ao longo dos anos esses quilombolas camponeses se valiam de suas terras, heranças passadas de pai para filho, instauraram-se vários conflitos devido ao processo de invasão por parte do Estado, sobretudo nas paisagens de transição, entre o Cerrado e a Caatinga, onde camponeses e quilombolas construíram relações específicas com o meio, conformando identidades, modos de vida e lutas próprias, pelas terras de uso comum, pelo território e pela identidade.

Como forte característica da mineração à época, a mão de obra escrava era a principal força de trabalho em Minas Novas, que se tornou um grande centro populacional descoberto pelo paulista Sebastião Leme do Prado, por erro de rota, pois após essa decadência na região aurífera de Diamantina houve a procura por outras áreas. Quando a população se deslocou do Alto Jequitinhonha para busca de novas áreas, dentre as quais essas próximas a Minas Novas e outras regiões ao longo do rio Jequitinhonha, nos ribeirões da Bacia dos principais rios, como por exemplo o rio Fanado, onde também foi encontrado ouro. Segundo Miranda, essa descoberta:

“[...] conduziu o município a principal entreposto comercial, e principal eixo de articulação entre o Alto e Médio Jequitinhonha, exercendo alto grau de centralidade econômica, política e populacional no Vale do Jequitinhonha. (MIRANDA, 2013, p. 35)

Assim como cita o autor (Almeida, 2018):

Muitos cativos foram comprados pelos fazendeiros para trabalhar na agricultura do algodão, para desbravar as terras para a pecuária ou mesmo para aventurar à procura de ouro em leitos de ribeirões dentro das fazendas. Ou, ainda, muitos escravos se aglutinaram em quilombos, a exemplo da atual cidade de Chapada do Norte, considerado o maior quilombo urbano do Vale do Jequitinhonha. (ALMEIDA, 2018, p. 20)

Muitos desses cativos se rebelaram, constituindo quilombos e buscando lugares distantes, onde podiam viver em liberdade e com autonomia. “Os que não estavam aglutinados em quilombos se dispersaram em busca de um local, o mais distante e de difícil acesso possível, em que pudessem obter os meios e as condições de manutenção de suas vidas”. (FÁVERO et al, 2013, p. 04 apud ALMEIDA, 2013, p. 20).

Desde a Lei de Terras de 1850 (que concentrava a posse de terra aos grandes fazendeiros através da compra e conseqüentemente dificultava a posse pelos pequenos

proprietários), a grilagem de terras ocupadas por comunitários e comunidades vem sendo revalidada pela sucessão de regulamentações e medidas que foram legitimando a grilagem nestes municípios, como em outros no norte do Estado e no Jequitinhonha. (COSTA, 2015, p. 1289). Com isso foi se alastrando, durante praticamente um século, as lutas travadas por parte dos comunitários e fazendeiros, e mais tarde, o Estado interferiria no intuito de demarcar as terras devolutas em favor dos grandes proprietários.

Esse processo se deu a partir da década de 1950 abarcando todas as porções de terras das chapadas, articulações de grandes latifundiários, grileiros juntamente com os agentes do Estado assim, como novamente afirma COSTA, 2015:

O processo de formação da propriedade privada da terra na região, pretende subjugar, tais dinâmicas de organização territorial e de reprodução da vida. As elites locais, a partir dos anos 1950/60, apoiadas nas políticas de Estado se articularam com as empresas capitalistas, expandindo a grilagem, desterritorializando camponeses, desmatando o Cerrado, apropriando-se da água e agudizando a questão hídrica e fundiária. Onde foi fundamental a atuação da Rural Minas, na expulsão dos posseiros e favorecimento dos grileiros. (COSTA, 2015, p. 1293).

Sendo assim, a partir de então tem se instaurado vários conflitos pelo território ao longo dos anos nessas regiões. Isso denota, que a micro região do médio Jequitinhonha onde se encontra o nosso quilombo de Morrinhos, também passa pela mesma situação conflituosa

Entre as décadas de 1970 e 1980, intensifica-se o processo de modernização desenvolvimentista, com intensificação da exploração de recursos naturais e da produção, e consequente intensificação de conflitos socioambientais. Segundo Zhouri et al.:

[...]Isso representou um aprofundamento da mercantilização de territórios, a exemplo da expansão das monoculturas de exportação nos cerrados do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, das monoculturas de eucalipto e da construção de hidrelétricas nos Vales dos rios Doce e Jequitinhonha, das atividades mineradoras na Região Metropolitana de Belo Horizonte etc. Tais processos implicam a emergência de uma miríade de conflitos ambientais, nos quais se envolvem empresas mineradoras, siderúrgicas, produtoras de celulose, distribuidores de energia elétrica, empreiteiras, grandes agricultores, latifundiários, ONGs, camponeses, sociedades indígenas, quilombolas, pescadores, movimentos sociais urbanos etc. (ZHOURI & ZUCARELLI, 2008, p. 3, 4.)

É indispensável entender que a questão relacionada à água ganha um peso enorme quando se fala em conflito no território, quando as empresas se instalam nas áreas de chapadas, invadem não só as terras, mas, a longo prazo, faz com que haja um enorme êxodo rural por conta da falta de água para uso das comunidades. Como afirma Almeida (2018) “A questão da terra e da água ganha centralidade, numa disputa entre seu valor de uso (doméstico e agrícola) indispensável para a vida das comunidades, e seu valor de troca, na forma de produção intensiva de monocultura de eucalipto.” (ALMEIDA, 2018, p. 7)

As terras de chapadas são tratadas com imensa importância por nós, moradores das grotas, pois, como afirma Adelino, as chapadas têm o mesmo valor das terras baixas, e as Empresas se valem do entendimento de que, pelo fato de não ter moradores nas terras altas, o chamado “vazio demográfico”, as terras não seriam de ninguém, não considerando que as terras de chapadas sempre tiveram um valor imensurável para os comunitários:

“As terras das Chapadas valem igual as terras lá de baixo. Esse é o motivo hoje, das Empresas está encostando, entendeu? E está tendo todo esse problema, a terra de Chapada tem valor imenso dentro da nossa região. A Chapada é como se fosse uma mesa, quem mora embaixo é nas grotas, é considerada uma bacia, as áreas de recargas das nascentes, porque tem que ter esse cuidado, porque além da produção, a gente tem que ter o cuidado porque toda monocultura não só o eucalipto, mas o abacaxi também, acaba tendo o cuidado de deixar dentro de sua área as áreas de preservação, porque se fazer toda essa descoberta da mata acontece a seca das bacias vai ter muitos problemas nas nascentes.” (Adelino Servano Mendes, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso, Berilo - MG).

Alguns anos depois, abarcando o médio Jequitinhonha, o avanço da monocultura de eucalipto, com o auxílio do próprio Estado, começou-se a grilagem das terras para ser possível a plantação. As chapadas eram e ainda são os locais propícios para a monocultura, além de serem extensas e com fácil acesso, diferentemente das grotas. Essas formas de invasão das terras geraram e geram vários conflitos com os camponeses, precisamente com os quilombolas que vivem nas grotas e utilizam-se também das Chapadas como fonte de sobrevivência.

“A chapada naquele tempo, pra nós desse lado aqui é depois de meu tempo, que foi base de 1969 pra cá, nós começou a trabalhar ali no

Candeá⁹, mas antes disso, ninguém trabalhava ne Chapada, Chapada aqui era só a turma do Cardoso, fazia mandiocal na Chapada, só mandiocal. Ninguém tinha esse negócio de ter essa “lavourona” que nem tem na Chapada, que se tivesse aquele tempo essa Chapada não estava mais aí. Era pequi, era mangaba, essas coisas aquela época nós usávamos para o gasto, para consumo próprio.” (Idalino Pereira, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

“Lá ne Moita Preta¹⁰, lá para o lado do Santana pra lá, era longe, cortava a chapada, subir isso aqui, naquela Mata Branca, que a gente fala, dali cortava a Chapada e da Chapada pegava, ali na virada do Sapé...” (Maria Cardoso, 78 anos, anciã do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

As ações do Estado há anos atrás infelizmente têm surtido efeitos muito negativos no presente, como por exemplo: a expansão da mineração, a construção de megaempreendimentos e novas plantações de eucaliptos, mas não sem a resistência dessas comunidades locais aos processos invasivos e exploratórios vivenciados, como afirma Fávero et al., 2015:

Por todo o Vale do Jequitinhonha, ocorreram/ocorrem intensos processos de expropriação territorial de povos e comunidades tradicionais camponesas em função do histórico de ocupação e, mais recentemente, pelo modelo de desenvolvimento capitalista impulsionado/viabilizado pelo Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, os povos do Vale têm demonstrado uma enorme capacidade de resistência, luta e persistência das suas formas de vida. (FÁVERO et al, 2015, p. 13).

Mesmo com todos esses processos exploratórios, nós temos de uma certa forma resistido, desde que, em meados da década de 70, os intensos processos conflituosos têm assolado nossa região, ainda assim, não foi possível a plantação das monoculturas de eucalipto em parte do nosso território devido à forte resistência e as formas de resiliência dos comunitários:

⁹ Candeá era o local denominado pelos comunitários onde se trabalhava em conjunto, retirando madeira para se fazer cercas nas grotas.

¹⁰ Moita Preta era o local onde alguns comunitários faziam plantações, para chegar a esse destino tinha que passar por dentro das chapadas, pois as terras de chapada serviam mais para a soltura do gado e coleta de frutos e ervas medicinais.

“Tiveram pessoas que resistiram, e hoje tem um certo conhecimento, uma movimentação maior das pessoas que está enxergando isso e tentando reverter esse quadro, mesmo que uma das áreas já pertencendo a empresa, as pessoas ainda estão se mobilizando pelos seus direitos territoriais.” (Adelino Servano, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso, Berilo - MG).

Esses conflitos se deram, tanto com o próprio Estado, quanto para a Empresa, pois, como afirma Adelino:

“O Estado faz o papel de uma empresa, o Estado ignorou a região toda, todas essas terras aqui era cultiváveis, não era a cultura empresarial, os mandiocal que era feitos de roçado no machado, eram lavouras, familiar pequena, mas todo mundo cultivava. Uma coisa é a visão da produção agroindustrial, outra é a produção feita a nível de família, que os membros da família produz, só que o Estado ignorou isso, o grande problema que aconteceu. (Adelino Servano Mendes, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do Quilombo de Cardoso, Berilo - MG).

Em relação à insegurança estrutural, levando em consideração o caso específico do quilombo de Morrinhos, o próprio Estado utiliza de vários artifícios justificadores (vazio demográfico, pobreza, falta de investimentos, seca prolongada) para acusar as populações que ocupam os territórios de interesse das grandes empresas no intuito de dominar essas terras. E através da insegurança administrada, essas populações ditas como “vulneráveis” sofrem os efeitos dessas estruturas negativas que lhe são impostas. Como novamente afirma Adelino, os comunitários não tinham tanto entendimento, até mesmo burocrático, para lidar com o conflito que se instaurava, os mesmos tratavam o Estado com uma certa hierarquia de poder em relação a parte mais fraca, digamos assim, a esperteza fazia valer o início do processo conflituoso.

“Há uns 30 anos atrás, eu acho que as pessoas não tinham uma cabeça aberta, aliás, não vou dizer uma cabeça aberta, não tinham uma influência, e as pessoas espertas disseram que a terra é do Estado, ao falar que a terra é do Estado, as pessoas pensavam, eu não vou brigar com o Estado, foram poucos que tiveram a coragem de assumir a luta, e na época teve algumas pessoas que tinham documento de baixo na grota que vendeu e achavam que tinham vendido também a Chapada, essas pessoas da época de Seu Célio, finado Dágio, e umas pessoas

vizinhas que vendeu, então com esses documentos a Empresa fez a demarcação de terras toda lá, e aí o pessoal falou, vai lá brigar contra o Estado? Quer dizer, o erro foi do Estado de delimitar uma área que era de domínio da “turma” de Morrinhos, até hoje as pessoas não têm título de terras no nosso município. Só tem a declaração do ITER e do INCRA. As pessoas tinham essa posse que era ignorada pelo Estado, quando o Estado errou em dizer que a terra não era dos posseiros, que até hoje se você for levantar a nível de documentação, todo mundo é posseiro, entendeu? Um grande chapéu que o Estado deu na época. E aí tinha as empresas que faziam concessão de terras e apossou, a razão que a Suzano veio e tem grandes partes das áreas que eram dos posseiros, que são prejudicados até hoje.” (Adelino Servano, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso, Berilo - MG).

Essa exclusão dos grupos subalternos nos processos de solução negociada de conflitos foi enfatizada por Zhouri et al. (2011), sob dupla acepção:

[...] a primeira se refere à exclusão sistemática a que são expostas as camadas mais pobres da população brasileira, desprovidas do atendimento por serviços adequados ou suficientes [...] a “insegurança administrada” ocorre, segundo este autor, quando eventos inusitados ou inesperados se concretizam. Aqui, o termo “administrada” se refere a efeitos desencadeados a partir de ações específicas que produzem um quadro de vulnerabilidade. Nele, “[...] a clareza das ameaças imediatas à segurança cria tanto uma intensificação das preocupações que já eram latentes quanto introduz preocupações novas” (SCOTT, 2009 apud ZHOURI et. al, 2011 pp. 46, 47).

Esse processo de exploração da região do Vale do Jequitinhonha nos remete ao entendimento de observar quem explora, quem e o que foi explorado, evidenciando uma formação peculiar, constituída pelo branco colonizador, pelo negro escravizado e pelos nativos indígenas, conformando uma rica diversidade. E mais do que essa diversidade, é necessário salientar que também esse processo exploratório traz a desigualdade, em termos de pensar políticas públicas e estratégias de envolvimento e ação, como afirma Souza:

[...] o Vale do Jequitinhonha tem sistematicamente emergido como “região problema”, cujas imagens a seu respeito, mesmo considerando suas “riquezas culturais” invariavelmente apontam como o “Vale da Miséria”. (SOUZA, 2010, p. 12)

A negação dos direitos das comunidades quilombolas que contradizem a lógica das grandes empresas instaura vários processos de luta, em primeiro lugar a luta pelas terras que são por direito dos quilombolas, que ao longo dos anos têm sido deliberadamente “tomadas” por empresas, sejam elas de mineração, hidrelétricas, e mais precisamente no contexto, a monocultura de eucalipto. Uma luta desigual que resulta em diferentes formas dos povos ditos menos favorecidos ou marginalizados de lidar com a falácia do desenvolvimento.

Estes conflitos evidenciam os diferentes processos de construção territorial, bem como salientam as formas desproporcionais de uso do espaço praticadas por distintos grupos sociais. A ocorrência dos conflitos remete, então, a situações de desigualdade no acesso aos recursos naturais e a desproporcionalidade na distribuição dos riscos gerados pelos processos de desenvolvimento. (ZHOURI & ZUCARELLI, 2008, p. 2).

Paralelo à isso, podemos destacar várias situações inerentes às plantações de eucalipto e, conseqüentemente, a invasão dos territórios quilombolas, pois a natureza do Vale do Jequitinhonha se insere na produção mundial de mercadorias (ZHOURI et al. 2010, p. 214), tanto para o mercado externo de carvão para a indústria siderúrgica, quanto para o de madeira para movelaria e construção civil e não tão menos importantes à indústria de papel e celulose, esse último com um grande volume histórico de exportação e venda. Esses aspectos, no que tange à grande produção, fazem com que infelizmente muitas áreas de chapada que são por direito dos povos quilombolas sejam alvo das firmas eucaliptadoras, para a plantação dessa cultura, trazendo vários conflitos para os comunitários.

É importante salientar que a região do Vale do Jequitinhonha atraiu uma enorme quantidade de pessoas em função da sua grande potencialidade minerária, acarretando vários processos conflituosos com os diferentes grupos e, após o declínio da mineração, a grande maioria tomou posse das terras, dando início às comunidades nas várias porções de terra, baseadas em modos de vida próprios e na adaptação às condições da região. A região é marcada por vários contrastes, associando ainda o processo de exploração do minério (de forma bem menos acelerada que no princípio), a agricultura e a pecuária, porém com a mesma lógica de expropriação, cenário que se desdobrou a partir do século XX e perdura até os dias de hoje. Assim como afirma, Miranda:

Os contrastes encontrados no Jequitinhonha não se resumem às paisagens e ecossistemas, mas são verificados também na história de ascensão e decadência econômica da região, na convivência entre a agricultura tradicional e moderna, expressa pelas grandes monoculturas de café e eucalipto. Na cultura e no artesanato, depreende-se a identidade regional,

ou seja, os elementos que conferem singularidade a essa porção do território mineiro, de povo humilde, de fala mansa, povo que aprendeu a conviver com as limitações impostas pelo meio natural, a seca por exemplo, e as limitações de acesso as terras férteis. (MIRANDA, 2013, p. 12)

Em todo esse processo de exploração e ocupação das terras do Vale, o povo do Jequitinhonha tem resistido, as nossas riquezas sendo tiradas, e convivemos dia após dia com várias formas de resistência relacionadas à ocupação que se configuram como uma das maiores riquezas do Vale, ao contrário do que se divulga, como já salientado:

“Principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando o ‘Vale da Riqueza’, passa a ser lembrado como ‘Vale da Miséria’ ou ‘Vale das Lágrimas’. Essa adjetivação pejorativa que se formou graças à imagem construída pelos governos estadual e federal sobre a região, ao esquecimento de sua importância econômica passada e ao seu estado presente de estagnação econômica.” (MIRANDA, 2013, p. 13).

Mesmo com as intempéries que acometem o Vale, ainda lidamos com a forte esperança por parte de quem vive aqui, e creio eu, que é essa esperança que movimenta as forças motrizes para continuar na luta, os povos e comunidades tradicionais que sempre estiveram na região têm em seu seio a força para lutar por dias melhores, independentemente dos problemas aos quais fomos impostos, por simplesmente estar guardando toda essa biodiversidade e ir contra o sistema globalizado e desenvolvido.

“No Jequitinhonha se investe 3% enquanto no sul de Minas se investe 12%, o direcionamento do Estado, colocou o Vale como produção de eucalipto, jogando, mas assim, o Vale é guerreiro demais, por nós gostarmos daqui, resistir.” (Adelino Servano, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso, Berilo - MG).

Quando chegaram as firmas e o eucalipto foi implantado, o empreendimento foi apresentado como solução para a estagnação vivenciada no “Vale da miséria”, no “Vale da morte”, como se referiam ao Vale do Jequitinhonha, mas esse processo resultou em perdas consideráveis pelas comunidades locais, sobretudo porque o emprego da mão de obra local foi muito pontual e os danos ambientais foram incomensuráveis. Como afirma Faria, 2018:

O fornecimento de energia para a indústria siderúrgica significou para as comunidades tradicionais da região afetada o rompimento do seu modo de vida com consequências até hoje observadas. A mão de obra masculina foi utilizada em larga escala somente num primeiro momento. Contudo, após a

derrubada do cerrado e terminada a plantação dos eucaliptais, sem a necessidade da mão de obra, os homens tiveram de migrar para outras regiões. Um exemplo de ação mitigadora foi o estímulo à produção da cerâmica popular artesanal, típica do Vale do Jequitinhonha, como forma alternativa de geração e renda para as mulheres que ficaram na região. (FARIA, 2018, p. 6)

Ressalto o quanto o Vale do Jequitinhonha (Ilustração 1) tem sido valorizado quando o tema está relacionado aos saberes e práticas tradicionais, em específico à produção de artefatos em cerâmica. Entretanto, sem nenhum demérito a esta valorização cultural do Vale do Jequitinhonha, nosso objetivo volta-se à luta pelo direito ao território, que por sua vez, fica mascarada nos debates dentro das instâncias de poder do Estado, nas pautas das políticas culturais, e até mesmo em algumas pesquisas acadêmicas sobre a região, sem concretizar-se.

Ilustração 1 - Estado de Minas Gerais e Mesorregião do Vale do Jequitinhonha. ¹¹



Fonte: Arquivos da autora, 2019.

¹¹ Desenhei o mapa de Minas à mão, dentro do mapa desenhei o canoieiro, que é o símbolo dos rios Jequitinhonha e Araçuaí, coloquei dentro do mapa algumas letras de músicas que escuto diariamente, e que me lembram o Vale. A parte da região do Jequitinhonha colori com as cores que eu tinha, o Vale representa para mim a vida, a cor e a alegria de viver.

O Vale, mesmo sendo taxado pelo Estado como um local onde existe miséria e fome, fadado ao fracasso, onde falta políticas públicas, e onde a má fé das empresas e seus aliados campeia, às voltas com o propalado e falacioso desenvolvimento, é o Vale da riqueza. Como afirma Fogaça (2017), nosso Vale é rico, pois

“[...] abraçou todas as raças e religiões, de vastos recursos minerais e exuberante diversidade cultural. Rico é o Vale do Jequitinhonha vivo em luta e desenvolvimento, apesar de muitas vezes menosprezado por poderes públicos. Rico é o Vale do Jequitinhonha da Festa do Divino, de origem portuguesa, em celebração às fartas colheitas, ou da festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, devoção sedimentada pelos escravos vindos à força da África, trazendo na bagagem devoção e fé, além de farto conhecimento na exploração mineral. [...]” (FOGAÇA, 2017, p. 21).

Segundo Fogaça (2017) a rica diversidade cultural do Vale é “resultado, principalmente, de toda região ter sido destino de negros escravizados à época da exploração do ouro, no século XVIII. Nessa área, eram os escravos que faziam o trabalho pesado na mineração, mas também foram eles que trouxeram tal conhecimento da África.” (FOGAÇA, 2017, p. 14).

“Hoje em dia para quem vive no campo, a vida no campo ela é diferente que aqui na cidade, você vê que você gosta da terra e a gente tem as memórias que desde a infância, trabalhava-se com os pais da gente, era onde você tinha toda relação de sobrevivência, todo sustento era trazido de lá, você criou esse afeto por essa terra, e é motivo por estarmos até hoje aqui, se não fosse esse gostar, a gente sonhar que o filho da gente também vá continuar com essa função, continuando ter essa esperança, porque se hoje a questão acho que nós conseguimos, com todas as dificuldades do meio rural ter uma vida mais tranquila, mais saudável, um pessoal que se respeita mais, um pessoal que ainda chega na casa do outro, toma café, janta, você dorme com a janela aberta, e hoje em nosso meio nós conseguimos cultivar isso ainda, é uma comunidade de respeito, você encontra as pessoas que podem conversar, de confiar, tem toda essa relação que a gente aprendeu com a simplicidade dos pais da gente e tem essa relação que a gente cultiva até hoje.” (Adelino Servano, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso, Berilo - MG).

“Olha, o meu caso, é de amar a comunidade, eu amo o meu estado de Minas do coração, agora é o seguinte, em outros problemas, é que muitos a vez se obriga a sair daqui devido a situação do lugar, vai procurar um estudo, melhor, vai correr atrás de alguma coisa, mas agora se por acaso a pessoa que também não tá essa beleza, o cara trabalhar lá fora, mas poder viver aqui não tem lugar melhor pra viver, na comunidade, eu andei por uns par de estados aí e até hoje ou pra mim não existe, pra mim existe meu lugar aqui, aqui eu chego ali na casa de Antônio seu pai, “Aô Toni, os meninos, ele tá aqui, tudo bem?” Todo mundo me conhece, lá na onde que eu morava em Bragança Paulista mesmo, eu vejo a turma, mas não conheço ninguém e todo mundo tem medo de mim e eu tenho medo de todo mundo.” (Idalino Pereira, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

“Eu fico aqui porque eu tenho amor ao lugar, e nasci e me criei aqui, tenho raízes, e hoje em dia não tá compensando gente sair fora e tá tendo muita coisa pra fora né, a gente tem que atuar é aqui mesmo.” (Juarez, 53 anos, trabalhador rural do quilombo de Cardoso, Berilo - MG, Berilo-MG).

Conforme os relatos acima, no meu ver, muitas das vezes não há explicação para se falar de como nós nos sentimos ao viver no Vale do Jequitinhonha, é um sentimento de pertencimento e de certeza de que esse lugar é considerado o nosso “chão de vida”, pois ainda assim podemos ter a tranquilidade de viver juntos, e compartilhando das mesmas vivências. Totalmente diferente da “cidade grande” onde existe um número de pessoas, muitas delas vindas do interior para tentar uma vida “melhor”, em busca de empregos, estudos, etc., mas geralmente o que sobra é a saudade de onde viemos.

Muitas das vezes fui questionada com a seguinte pergunta: “Você é de onde?” E eu mais do que depressa respondia: “Graças a Deus, sou do Vale do Jequitinhonha” Numa forma de reverberar esse sentimento de pertença e saber que a cidade não me cabia, viver em paz e tranquilidade eu só conseguiria no meu quilombo.

Sendo assim, é muito importante que, mais do que ficar no plano da imaginação por dias melhores em nosso quilombo, precisamos buscar meios de conquistar o que nos é de direito e, este histórico, mesmo que breve, objetiva suscitar o debate sobre a urgência da regularização das terras dos quilombos, compreender o processo de resistência e resiliência da comunidade

quilombola de Morrinhos¹² - Berilo - MG, em garantir seu território frente às investidas desenvolvimentistas das empresas plantadoras de eucalipto na região.

2.2. A chegada do eucalipto e a consolidação da expropriação

“Olha aí a ‘invasora’ nas chapadas do Jequitinhonha. Onde antes era um bioma dominado pelo pequizeiro, araticum, monjolo, sucupira, mangaba, lobeira, pau d’óleo, jequitibá e tantas outras espécies agora só existe um campo dominado pelo eucalipto que vai secando nascentes e esperanças!”

Gino Freire – Araçuaí MG

Foto 7 – (Pequizeiro) árvore nativa do Cerrado entre a monocultura de eucalipto nas redondezas do distrito de Lelivéldia, Berilo – Vale do Jequitinhonha -MG



Fonte: Gino Freire(2019) ¹³

¹² Na região da comunidade quilombola de Morrinhos há também a localidade de Lagoinha que, recentemente, foi reconhecida como “remanescente dos quilombos” pela Fundação Palmares, além das localidades de Cardoso, Boa Vista e São Joaquim. Todas englobadas e confrontantes na região que está em litígio, uma vez que as terras almeçadas estão localizadas no Alto da Chapada, local de uso comum a todas as comunidades citadas.

¹³ Gino Freire nessa foto demonstra uma certa ironia em que árvores nativas não têm mais espaço no território que está tomado pelo eucalipto, devido a isso, nesse contexto, a vegetação nativa se torna invasora, pois “não podem” ocupar o território. Essa e outras fotos podem ser encontradas nesse link:

O eucalipto, espécie oriunda da Austrália, teve os seus primeiros plantios no Brasil a partir de 1968. Esses plantios começaram no Rio Grande do Sul e com o passar do tempo as plantações cresceram em larga escala e iniciaram-se as plantações na região Sudeste, no início da década de 1970. Com a mecanização agrícola e incentivos fiscais do governo federal, houve uma gigante expansão dos plantios, assim como afirma Castanho Filho & Graziano Neto:

Em 20 anos, 3,23 milhões de hectares foram plantados nas Regiões Sul e Sudeste. Surgiram grandes empresas, interessadas principalmente na madeira como matéria-prima para a fabricação de papel, a partir da extração de celulose. Constituiu-se também a indústria de aglomerados, compensados e chapas de madeira, produtos utilizados pela indústria moveleira. (CASTANHO FILHO e GRAZIANO NETO, 2005, p. 37).

Segundo Calixto et. al (2009), foi o Estado de Minas Gerais o maior incentivador do plantio de eucalipto no Jequitinhonha, inclusive com incentivos específicos “[...] para o reflorestamento, principalmente terras, e criou os Distritos Florestais, regiões prioritárias para implantação de florestas. Um deles foi localizado no Jequitinhonha, então considerado um “bolsão de pobreza”. (CALIXTO et. al, 2009, p. 523).

Esse mesmo Estado que tem certos aparatos que asseguram o “incentivo cultural”, no sentido de “valorizar” a diferença, permite que o poder econômico se instale nesses lugares e opere o sofrimento social em relação às comunidades, demonstrando que para as empresas os habitantes do território não representam o menor interesse, salvo mão de obra ocasional.

Como forma de promover o forjado “desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha”, as empresas de plantação de eucalipto se valeram das grandes porções de terras que se configuram como chapadas, do clima favorável, da ausência de moradores efetivos (já que a maioria morava e ainda mora nas grotas, embora sempre tenha explorado as chapadas), juntamente com as condições políticas favoráveis. O próprio Estado exercia o papel de mediador entre grileiros e camponeses, através de órgãos que faziam com que os moradores acreditassem que as terras dos altiplanos eram de concessão do mesmo. De fato, como tais terras não tinham dominialidade eram consideradas terras devolutas e administradas pelo Estado. Conforme Perpetua apud Almeida, 2018:

Tão ou mais importante que todos os recursos territoriais destacados na escolha das regiões para implementação dos empreendimentos tem sido a

disposição prévia e intervenção direta do Estado, nos níveis estadual e municipal, na retirada de quaisquer obstáculos, no oferecimento de incentivos fiscais, subsídios e doações, reduzindo despesas regulares e garantindo os fantásticos lucros das empresas, bem como na dotação de infraestrutura necessária e na indução planejada de suas atividades. (PERPETUA, 2016, p.134 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 80).

Sendo assim, as grandes empresas, ao ocuparem as terras para a monocultura de eucalipto, lidaram com a terra como mercadoria, que simplesmente servia e serve à apropriação e exploração, diferentemente da maneira como concebem os camponeses, que têm na terra o meio de tirar o seu sustento e de reproduzir seu modo de vida, e nunca a tratou como mercadoria. Segundo Graziano & Graziano Neto:

Os conflitos pela posse da terra têm como fundamento a tentativa constante dos grandes proprietários de aumentarem seus domínios (territorial, social e político) por sobre os grupos camponeses. Nota-se, inclusive, que o interesse dos grandes proprietários pelo domínio de amplas parcelas de terra dá-se não pela terra em si ou pelo que possa produzir como mercadoria que se valoriza ou como meio de produção - mas sim pela possibilidade de dominar os homens que trabalham a terra. [...] (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983, p. 86)

A monocultura do eucalipto tem sido uma dentre muitas frentes desenvolvimentistas que representam risco à integridade dos territórios e à reprodução de modos tradicionais de vida, além da exploração minerária, da construção de hidrelétricas, de outras obras e empreendimentos que representam interesses macroeconômicos. Segundo Costa Filho (2016):

[...] são muitos os conflitos de interesse decorrentes do embate entre desenvolvimento e povos e comunidades tradicionais, seus territórios e modo de vida. Influxos desenvolvimentistas tentam minar resistências e vulnerabilizar sucessiva e periodicamente os povos e comunidades tradicionais. (COSTA FILHO, 2016, p. 197).

A partir dos anos 70, quando o eucalipto começou a tomar força no sentido de plantações no cenário do Vale do Jequitinhonha, as empresas que implantaram a monocultura trouxeram uma imagem positiva da planta para a população local, conseqüentemente, as empresas apresentaram uma visão camuflada do eucalipto como planta medicinal. Segundo um trabalhador rural da região, essas plantações se alastraram sob diversas mentiras a partir de um discurso fajuto das empresas:

“Então assim, a visão que a gente tem é que foi colocado na época que, a redenção do Vale era a plantação de eucalipto, colocou na ideia que era uma planta medicinal, que ia trazer mão de obra... [...] Começou em 1979, eu acho que na época foi um dos erros que o Estado cometeu porque foi fazer as chamadas “demarcações de terra”, nessa época o Estado fazia as chamadas concessões de terra para as empresas de São Paulo, antigamente era chamado de RURAL MINAS. O Estado veio pra cá, fez a demarcação de terras, considerando terras de chapada, que são as terras planas, os moradores são os pequenos produtores, que moravam nas chamadas grotas, que mora aqui na parte de baixo, mas essas terras era uma terra comum, não tinha divisa de terra, todo mundo trabalhava/morava embaixo, mas trabalhava nas terras de cima, então o Estado veio e fez a delimitação de áreas, separando essas áreas na nossa região aqui.” (Adelino Servano, 51 anos, trabalhador Rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso – Berilo MG).

As terras de uso comum nas chapadas foram sendo pouco a pouco tomadas pelo eucalipto, e as empresas em parceria com o Estado buscavam influenciar os moradores das grotas para aderirem ao projeto monocultural, que salvaria o “Vale da miséria”¹⁴, ao tempo em que possibilitaria renda imediata às famílias. As grotas propriamente não eram objeto de exploração das empresas, devido ao fato de ser um local declivoso e com aspectos que não favorecem a plantação do eucalipto. Com isso, o eucalipto foi se alastrando pelas grandes extensões de Chapadas, trazendo grandes e infundáveis problemas aos que viviam abaixo, por trás “cortina verde” (ALMEIDA, 2018, p. 122). Já perdura por quase 5 décadas o plantio e replantio de eucalipto nas terras do Vale.

Por se tratar de uma monocultura extensa, de árvores de grande porte, e com um intervalo de até sete ou mais anos de crescimento, o eucalipto traz para o meio grandes impactos. O maior deles seguramente é a expropriação das áreas de Chapada dos moradores, trazendo efeitos drásticos no modo de vida dos povos e comunidades tradicionais, além do

¹⁴ Gosto de salientar o nosso chão de vida, que é o Jequitinhonha, em contraposição ao “Vale da Miséria” porque assim é o Vale nominado pelo Estado, que ainda difunde isso.

secamento de nascentes¹⁵, tanto nas grotas quanto nas Chapadas. Um hectare de eucalipto plantado para finalidade industrial tem, em média, 1.100 árvores. Se cada uma delas consumir 20 litros de água/dia, média amplamente aceita e até majorada pela literatura sobre o tema, o consumo total por hectare será de 22 mil litros/dia (CARRERE, 2007 apud PERPETUA, 2016, p. 106). Segundo um trabalhador rural da comunidade do Cardoso, comunidade vizinha de Morrinhos:

“A preocupação nossa é que há 20 anos atrás nós tínhamos uma média de 20 nascentes, hoje nós temos duas nascentes do lado de cá (Cardoso), Morrinhos do lado de lá; é a região de Berilo aonde se encontra as maiores nascentes do nosso município [...] Tem duas questões que se coloca é que o eucalipto seca águas, mas é uma discussão que tá aí, mas assim eu vejo que hoje o Vale tá ficando difícil de sobreviver pela questão de água, eu acho assim que o Vale não é pobre, o Vale é rico, de pessoas, de capacidades, mas assim a situação que se coloca o Vale, pois o rio Araçuaí está pedindo socorro. O Rio Araçuaí está tendo um movimento para salvar o rio, eu acho que o Vale vai ficar pobre se nós perder a água do rio, aí vamos ser pobre sim. E as pessoas estão aí para sobreviver nessa situação.” (Adelino Servano Mendes, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso, Berilo - MG).

A partir de uma premissa ideológica e fundamentalista de que as grandes plantações de eucalipto se configuram em “florestas de reflorestamento” (PERPETUA, 2016), conforma-se outra inverdade de cunho ambiental, de que o plantio de eucalipto aumenta os estoques de carbono e contribuem para a diminuição do aquecimento global, podendo até mesmo ensejar outros benefícios, oriundos do comércio de carbono. A autora traz uma discursão a respeito do comércio de carbono¹⁶, que presume que isso irá diminuir as consequências dos problemas relacionados à quantidade de gases como o dióxido de carbono, contribuindo para diminuição do efeito estufa do planeta.

Segundo Perpetua:

“[...] cabe desconstruir a ideia de que ao cultivarem árvores as empresas estão “plantando florestas” e, portanto, contribuindo com a preservação

¹⁵ Para saber mais sobre os efeitos e impactos da monocultura de eucalipto, ver ALVES, G. V. *et al.* 2011. MOSCA. A.A.O. 2008, MARACCI, M.T, 2005, entre outros.

¹⁶ Para saber mais sobre o comércio de carbono, ver LASCHEFSKI, K. *et al.*, 2005.

ambiental, um elemento-chave de seu discurso ambientalista [...], elas não podem ser consideradas florestas na acepção biológica e ecológica deste termo, uma vez que florestas pressupõem biodiversidade, riqueza de estratificação vertical, interação com seus demais componentes e adaptações aos diferentes meios onde se desenvolvem” (PERPETUA, 2016, p. 87).

É necessário, pois, compreender que essas plantações suprimem as florestas nativas das Chapadas, que mantinham a biodiversidade do Cerrado, a fauna e a flora locais, influenciando beneficemente no modo de vida sustentável das comunidades que utilizavam e ainda utilizam, em alguma medida, os recursos naturais de maneira tradicional. Já as monoculturas são de exploração comercial e capitalista. Assim como afirma Galizoni:

As famílias de agricultores estabeleceram no correr dos anos vários acordos entre si para uso da terra e recursos naturais. Os recursos oferecidos pelo ambiente são explorados coletivamente e objeto de uma rigorosa prescrição comunitária: as áreas comunais de "solta" do gado, extração de madeira, frutos silvestres e locais de caça não são usadas aleatoriamente por todos; pelo contrário, a utilização desses recursos foi tema de cuidadosas e delicadas demandas e negociações. (GALIZONI, 2002, p. 7).

Com a consolidação das empresas na região do Alto e Médio Jequitinhonha, alastrando-se para o Baixo Jequitinhonha, podemos perceber que o interesse é apenas de caráter exploratório e capitalista, sem quaisquer interesses de conhecer a realidade da região e das comunidades do Jequitinhonha. As empresas se estabeleceram sem qualquer predisposição de compreender que os impactos no território e, conseqüentemente, na disponibilidade de água pode acarretar mudanças drásticas nos modos de vida dos povos do Vale. Assim como afirma Almeida:

A partir de então, tem se percebido expressivas mudanças socioambientais e culturais na região, decorrentes deste modelo de produção capitalista, instaurando uma situação de crises e de conflitos. (ALMEIDA, 2018, p. 7).

A questão hídrica literalmente também é fator fundamental dentro do contexto histórico-social das comunidades do Vale; quando não se tem água, as famílias não permanecem em seus locais de morada, e infelizmente necessitam migrar para outros locais, realidade marcante encontrada por todo o Vale. A falta d'água resulta em migrações permanentes e fragilização dos vínculos societários e territoriais, como se depreende do relato de morador regional abaixo:

“[...] Ah, Morrinhos é a comunidade onde as famílias estão, onde os filhos nascem, crescem, casam e ficam lá, pois tem água... E se você pegar as outras regiões aqui, Cardoso por exemplo tinha 45 famílias, hoje tem 20 famílias, o pessoal deixou, migrou, por questões de água, e ficou assim.” (Adelino Servano, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso – Berilo MG).

A partir desta ótica de exploração, a região sempre teve seus recursos naturais vistos por interesses de exploração estritamente econômica, forjados por um “desenvolvimento” capitalista que nunca ocorreu na região, fazendo com que os moradores não tenham expectativas de dias melhores, mas sim em se articularem para resistir aos efeitos ambientais e sociais degradadores do empreendimento monocultor do eucalipto.

No quilombo de Morrinhos, assim como será abordado adiante, as formas de ser e viver sempre se mostraram como formas de resistência frente ao avanço da monocultura do eucalipto. Optando obrigatoriamente pelos meios democráticos, mas, mais do que isso, carregando uma história de luta e recusa a esse modelo de “desenvolvimento” que se alastra pelo Vale no decorrer das décadas.

2.3. O Quilombo de Morrinhos em contexto

Situado entre os rios Araçuaí e Jequitinhonha, o quilombo de Morrinhos, que conta com aproximadamente 105 famílias, está situado no município de Berilo, que pertence à microrregião de Araçuaí, conforme a ilustração 2¹⁷, região do Médio Jequitinhonha, fazendo parte da AMEJE (SOUZA, 2010). Desde o ano de 1994, o quilombo mantém ativa a Associação comunitária e, vem lutando pelo reconhecimento dos seus direitos e pelo reconhecimento da sua identidade; os grupos locais construíram estratégias e reivindicaram a certificação junto à Fundação Palmares.¹⁸

¹⁷ Nessa ilustração do meu quilombo, que fiz à mão, quis demonstrar através da arte como é distribuída a grota onde nasceu a comunidade. Do lado esquerdo da LMG 677 está o Quilombo de Cardoso, Berilo - MG, local onde também foi palco de disputas territoriais por parte da comunidade com a Empresa eucaliptadora, e do outro lado, está a chapada ainda intocada e ao fundo, as casas, a escola, a “cruzinha” igreja, e cemitério, o cruzeiro, o alambique, a casa de farinha, as nascentes e as plantações de frutíferas e leguminosas do quilombo de Morrinhos. ¹⁸De acordo com o Processo nº 01420.015696/2013-13 na Fundação Palmares, no dia 31/07/2014, ver a **Lista de (CRQ's)** Disponível: <http://www.palmares.gov.br/> <<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs.>> Acesso em 08 de mar. 2018)

Ilustração 2 - Mapa representativo do quilombo de Morrinhos, feito à mão



Fonte: Arquivos da autora (2019)

A história do quilombo de Morrinhos é uma história de recusa da escravidão, bem como de estabelecimento de condições e relações dignas de trabalho, pois, os negros vindos das bandas do Arraial do Tejuco (nome dado antigamente à Diamantina), se apossaram das terras livres na região, denominada de Quilombos, núcleo a partir do qual se conformou a comunidade atual. Essa chegada teria se dado aproximadamente em meados do século XIX, pelos relatos locais.

Nesse momento, esses chegantes se encontraram com apossados que já viviam na parte das bordas ou encostas das chapadas, que tinham as nascentes e possibilitavam ampla e diversificada produção agrícola. Essa unidade sociocultural ou quilombo com o passar do tempo denominou-se Bela Vista de Morrinhos, e à parte de cima dava-se o nome de Malhada Branca, local onde se encontravam outras famílias apossadas, que estabeleceram amplas relações com os negros do Quilombo.

Estes trabalhavam nas terras mais férteis, pois mais drenadas, no regime de meia, conformando relações de cooperação do trabalho, e, posteriormente relações de parentesco e compadrio, resultando na comunidade quilombola de Morrinhos de hoje, um grande quilombo que agregou tanto os negros como os apossados locais.

Atualmente, a região é unida e cooperativa, e reconhecida como expressão de resistência negra, desde a fuga da escravidão do Tejuco até a autonomia e liberdade relativas no quilombo de Morrinhos, contemporaneamente.

“Na época, o velho Manoel Alves, que é meu bisavô, ele era dono de tudo isso aqui ó, então aqui era dividido assim, que nem ali onde mora finado Zé de Paulo tinha o nome de Espigão do Garrote, até hoje, lá na onde mora aquela, dona Zelita, por ali, que tudo ele comandava, ele era quarteirão de paz ali era Malhada Branca, e ali descia pro lado de Antônio Lopes, ali era os quilombos, e ali saía pro lado de Joaquim Teixeira, que era o São Joaquim, mas o primeiro morador daqui na época, que era o veio Manoel ele ia pra esses lado lá de Diamantina que na época chamava Tejuco, você sabe isso aí? Diamantina era o Arraial do Tejuco, e aquele pessoal e trabalhava pra ele na meia, e aquilo trazia rapaz solteiro e chegava aqui e arrumava uma namorada e casava, e dava um pedaço de terra, a turma foi trabalhando e foi aumentando a comunidade nessas época, isso foi mais ou menos de 1939 pra trás ainda.” (Idalino Pereira, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

“Antigamente os moradores da região que se chamava quilombo vinha trabalhar para o povo daqui da “parte de cima” grotas, eles plantavam arroz nos “brejos”¹⁹, plantavam mandioca, milho, era tudo na meia²⁰, só que esses povo dos quilombos não era de plantar para eles, eles viviam trabalhando para os outros e deixava as terras deles sem plantar, aí eles deixavam as terras deles e pegava o que dava na terra da parte de cima tudo no regime da meia, não tinha brigas, mas eles era bem reservados.” (Antônio de Souza, 63 anos, trabalhador rural do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

As relações de casamento e compadrio se estabeleciam de forma natural, a comunidade recebia as pessoas de uma maneira acolhedora/hospitaleira, fazendo com que mais tarde o quilombo de Morrinhos fosse um quilombo em que os filhos morassem nas terras dos pais e assim sucessivamente: *“Aqui na nossa comunidade é assim, a pessoa quando casa o pai dá para o filho fazer casa, o filho faz casa, com pouco dá para os netos fazer casa, e se constrói*

¹⁹ Locais onde tinham maior presença de água e algas e plantas, geralmente entre dois encontros de morros e Vales.

²⁰ Regime de metade da produção para cada família que trabalhava no preparo da terra, plantio e colheita.

tudo desse jeito e é assim mesmo.” (Idalino Pereira, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

“Antigamente, não tinha essa coisa de relógio, não tinha rádio, não tinha televisão, quando era na hora dos meninos ir pra escola, era quando o sol virava aí, o sol estava batendo na calçada da parede, aí o que que eu fiz, peguei um “calhau” de pedra bem grande, e apunhei assim na beira, quando o sol vinha, que pingava em cima da pedra eu falava “fica aí cambada, o sol já chegou na pedra”, saía tudo pra escola. Eu já sofri muito, com meus netos, é tudo, é aquela “arrasadeira”, e não acabou não, até hoje eles tá lá pras suas casas deles, tá trabalhando, quando eu encosto a cabeça na cama, eu lembro tudo como é que tá passando, eu rezo pra Deus abrir as portas pros meus e pros meus neto tudo, pra Deus dá saúde pra eles saber entrar e sair no mundo, porque hoje nessa crise que a gente vê na televisão, fora daqui ninguém tá tendo dó de gente não, não tá tendo de jeito nenhum. Isso tudo é aquele pensamento na cabeça. Na casa de meus pais eu tinha dez anos e eu já puxava de enxada, era sofrimento, pra “mode” que eu não aprendi a ler? É porque chegou uma época que aqueles que nascia pro derradeiro²¹, pai fazia “em cuidado”²², colocou tudo na escola, agora eu não aprendi nada, porque eu e a mais velha, que era Geralda, ia puxar de enxada ó, direto.” (Domingas, 78 anos, anciã do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

Na comunidade são encontrados vários indícios do passado relacionado ao trabalho escravo ou mesmo à recusa da escravidão, tais como a existência de Vales que eram construídos para a divisão das terras, canal construído com o intuito de conduzir água das nascentes até as propriedades e também um local que eles chamam de “cemitério dos escravos”.

“[...] essa comunidade (Morrinhos) aí foi formada nos tempos passados pelos escravos, inclusive tem aquele cemiteriozinho de lado, aquele cemitério ali quando as coisas eram muito difíceis na época que o sepultamento só tinha cemitério era lá na Laranjeira e Virgem da

²¹ Por “último”. (MOTA, 2008, p. 152)

²² Em cuidado era o mesmo que deixar em casa para os irmãos mais velhos cuidarem, esses mais novos tinham a oportunidade de ir para a escola, já os mais velhos ajudavam os pais na roça, na casa e no cuidado dos irmãos mais novos.

Lapa. Então quando os escravos morriam, então enterrava ali naquele cemiteriozinho.” (Idalino Pereira, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

As cercas de pedras serviam para separar as terras dos chegantes e ocupantes das grotas, essas cercas existem até hoje na comunidade (Foto 08) e demonstram as formas de ocupação dos chegantes fugidos da escravidão e dos apossados que já moravam no local.

Foto 8 - Cercas de pedras feitas pelos antigos moradores no quilombo



Fonte: Arquivos da autora (2019)

“Tem esses vales, essas cerca de pedra que ó, que tinha uma cerca de pedra que pegava dali assim, do córrego, subia até naquele pé de jatobá, só que nem cerca de pedra, ninguém sabe quem fez, deve ser os quilombolas, eu quando eu passei a morar aqui, de antigo, já tinha essa cerca de pedra, já tinha até desmanchado um lugar. Quando eu morava aqui já tinha isso aí.” (Maria Gomes Cardoso, 78 anos, anciã do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

Bem próximo do Quilombo de Morrinhos existe um casarão, no qual os moradores antigos relatam que servia para controle da entrada de pessoas e mercadorias, pois fica localizado à beira do rio Jequitinhonha, no local onde as tropas atravessavam o rio, na estrada que ligava o estado de Minas ao Estado da Bahia.

Foto 9 – Casarão às margens do Rio Jequitinhonha²³



Fonte: Arquivos da autora (2019)

²³ Durante a pesquisa, eu cheguei a visitar esse casarão e buscar algumas informações a respeito, atualmente quem mora lá é um Senhor do município de Virgem da Lapa, ele, o ultimo vivo dos irmãos, está com 75 anos, o mesmo me relatou que viveu no casarão depois que ele foi reconstruído. O local denota fortes traços de vestígios de uma fazenda, com curral e uma enorme despensa ao lado do casarão, um porão e uma arquitetura imponente e diferente de outras casas da região. Na sua frente está escrito: “Fazenda Bela Vista de Geraldo da Silva Pereira – Reconstruída em 8 de Outubro de 1948”.

Foto 10 – Entrada dos fundos do casarão²⁴

Fonte: Arquivos da autora (2019)

Atualmente, a base econômica da comunidade é a atividade agrícola, como a fruticultura, principalmente a produção de abacaxi e uva. Também tem destaque a produção de laranja e banana. Outras atividades como a bovinocultura, produção de cachaça e farinha de mandioca e a produção de hortaliças também têm sido encontradas, mas antigamente esses cultivos davam lugar à cana de açúcar e mandioca, milho e arroz, pois existia uma maior demanda de água na região.

“As fruticulturas que tinha aqui no passado, que tinha aqui de primeiro, a sobrevivência era cana de açúcar e mandioca, todo mundo, é o que fazia mais aqui era cana e mandioca, era roça de milho, mas aqui pra nós fazia roça de milho e arroz, arroz naquele tempo existia muito brejo, que hoje os mais novo chama de manancial, a gente caçava as beirada de brejo e plantava o arroz pra não ter problema de chuva, o que mais nós plantava e colhia era isso aí.” (Idalino Pereira, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG)

²⁴ Nota-se na entrada dos fundos do casarão, uma portinha que dá acesso ao porão, bem característico da época da escravidão, onde se denominava como a senzala. Ao fundo, o curral, onde se criava o gado.

Acionar o reconhecimento formal da identidade quilombola através da certificação foi uma das saídas para a comunidade, posto que quilombolas nós sempre fomos, tradicionais de nosso território, como contam os antigos da comunidade.

“Eu fico aqui porque eu tenho amor ao lugar, e nasci e me criei aqui, tenho raízes, e hoje em dia não tá compensando gente sair fora e tá tendo muita coisa pra fora né, a gente tem que atuar é aqui mesmo.”
(Idalino Pereira, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG)

“Ô nega, eu gosto daqui, se eu achasse uma pessoa pra fica mais eu, e uma pessoa que dá certo mais eu, eu não saia daqui não, saísse um dia que eu fosse pra o cemitério.” (Maria Gomes Cardoso, 78 anos, anciã do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

No âmbito da cultura local, devido aos aspectos históricos e culturais, a produção sustentável de alimentos, a preservação das nascentes e do bioma são práticas enraizadas que determinam a identidade e asseguram a reprodução do modo de vida da comunidade. Morrinhos enfrenta o primeiro episódio da saga desenvolvimentista na década de 1970, quando houve a divulgação que a monocultura de eucalipto na região traria um avanço e iria desenvolver aquele cenário marcado por uma suposta escassez, apregoada pelos *outsiders* que invadiram a região com o intuito de propagar a mensagem funesta travestida de boas novas para as comunidades.

A paradoxal ação do Estado, esse mesmo Estado que fala tanto em cultura do Vale do Jequitinhonha, através da RURALMINAS²⁵, iniciou a demarcação e destinação de terras devolutas dos altiplanos, inviabilizando às comunidades pertencentes à parte baixa “bordas de cabeceira” o contato com a parte agricultável sustentavelmente, bem como o acesso às chapadas, para o extrativismo vegetal e a solta do gado.

Diante do risco de perda do território e da biodiversidade que lhe marca, a Quilombo de Morrinhos se mobilizou em prol da criação de uma Área de Preservação Permanente dentro do seu território com 788 ha. Para tal empreitada, foram acionados os cartórios de registro de imóveis da região, buscando informações se a área conflituosa estaria ou não registrada. Após muita luta, no antigo órgão extinto ITER (Órgão que, por sua vez, foi maculado por servidores corruptos que foram alvo de investigação e respondem na justiça pelas práticas ilícitas

²⁵ A Fundação Rural Mineira de Colonização e Reforma Agrária – RURALMINAS é um órgão extinto por uma Reforma administrativa feita pelo Estado de Minas Gerais, e atualmente as competências da RURALMINAS estão na responsabilidade da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

realizadas em desfavorecimento dos comunitários) na cidade de Belo Horizonte a comunidade conseguiu classificar por hora o território quilombola como APA de uso sustentável, adotando esta alternativa, enquanto o território ainda não é titulado.

“Do outro lado que é sentido Virgem da Lapa a Diamantina do lado direito, aí nós temos o processo que está em litígio, a questão da Chapada que está do lado de Morrinhos que aonde se encontra uma parte do município de Virgem da Lapa e outra parte dentro do município de Berilo, dentro da área de Berilo foi quando em 2005, 2007 se não me engano, eu era presidente da Câmara, conseguimos criar a APA e teve todo um processo, porque nós tivemos que ir em Belo Horizonte pra saber se a terra pertencia à Empresa, mas a terra era do Estado e foi quando nós criamos a APA São Joaquim, com 788 hectares.” (Adelino Servano, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso, Berilo - MG).

Muitas têm sido as estratégias de luta das comunidades quilombolas da região, como acentua MARTINS (1997) apud ZHOURI et al (2014):

[...] esses sujeitos não se constituem como vítimas passivas do processo, pois vêm se organizando em variados movimentos, associações e redes. Mostram, por conseguinte, que possuem diversas formas de manifestar seu desacordo, seu embaraço, sua revolta e sua reivindicação (MARTINS, 1997, p. 14 apud ZHOURI et al p. 4)

A luta das comunidades locais ameaçadas pelo avanço dessa forma de apropriação ou expropriação territorial é – em grande parte – uma luta pelo direito de escolher o seu próprio caminho, ou seja, de realizar o seu próprio modo de produção do espaço. (ZHOURI et al., 2011, p. 23)

Ao longo dos anos, a Quilombo de Morrinhos luta judicialmente pelo território contra a empresa WSS Empreendimentos Imobiliários S/S Ltda., como mostra a Ação de Reintegração de Posse nº 0024.12.309.592-9, que corre na Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais. A comunidade em questão vem construindo estratégias de resiliência e resistência como forma de contraposição às investidas desenvolvimentistas das empresas da monoculturas de eucalipto, que vêm perpetuando a devastação socioambiental ao longo do tempo na região. Como já afirmei, a situação conflituosa transcorre desde a década de 1970.

“Na verdade, assim, começou em 1979, eu acho que na época foi um dos erros que o Estado cometeu porque foi fazer as chamadas

“demarcações de terra”, nessa época o Estado fazia as chamadas concessões de terra para as empresas de São Paulo, antigamente era chamado de RURAL MINAS. O Estado veio pra cá, fez a demarcação de terras, considerando terras de chapada, que são as terras planas, os moradores são os pequenos produtores, que moravam nas chamadas grotas, que mora aqui na parte de baixo, mas essas terras era uma terra comum, não tinha divisa de terra, todo mundo trabalhava/morava embaixo, mas trabalhava nas terras de cima, então o Estado veio e fez a delimitação de áreas, separando essas áreas na nossa região aqui, foi 1301 hectares de terra, no município de Berilo são mais de 3000 hectares da terra, e na época eles (os moradores das grotas) pressionaram o pessoal que o Estado iria tomar a terra e naquela era da desinformação as pessoas tinham algum documento, algumas pessoas vendiam, eles usou os documentos de umas três, quatro pessoas e fizeram documento como se essas terras fosse dos proprietários, que era Empresa Cavalinho de São Paulo [...] eu acho que Morrinhos não pode abrir mão daquilo que é a vida de Morrinhos. 800 hectares que tem as maiores nascentes, e hoje a questão da vida de Morrinhos, todo mundo deve se envolver. Agora a empresa alega que comprou, que alguém comprou, não comprou, isso tem que se provar judicialmente, mas a preocupação nossa toda, sempre foi da gente, eu sou da Quilombo de Cardoso, Berilo - MG, mas me sinto filho da Quilombo de Morrinhos, por abraçar a luta, e sim, que nós temos uma luta lá que vai dizer até onde Morrinhos vai viver, se perder essa ação, a gente sabe que lá é as terras produtivas, e a terra não produz sem a água, se acabar a água a terra deixa de produzir. E hoje está nesse sentido.” (Adelino Servano, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso, Berilo - MG.).

O quilombo demonstra essa resistência lenta, institucionalizada, ao longo dos anos, lutando judicialmente pelo território, como já exposto. Quando um processo conflituoso se dá pelas vias da institucionalização burocrática, que é uma forma de harmonia coercitiva do Estado, o mesmo utiliza-se da não legitimidade do atingido, tirando do mesmo a oportunidade de fala, pois nas reuniões com órgãos institucionais a comunidade não participa efetivamente,

sequer se abordam os assuntos que deveriam ser abordados, e sim assuntos que são previamente colocados em pauta pelos atores hegemonicamente posicionados.

CAPÍTULO 3. O QUILOMBO DE MORRINHOS E A REPRODUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA

“Minha terra é minha herança”

(A autora)

Nesse terceiro e último capítulo abordo especificamente o meu quilombo, trabalhando alguns aspectos relacionados à história e memória social de Morrinhos, marcado pelos apossados e chegantes, como se deu o processo de ocupação das terras da grota e chapadas, como se dá a sociabilidade, incluindo o parentesco e compadrio, também as mudanças devido à chegada dos “de fora”, que se casaram com os moradores, e dos que saem para outras comunidades, alguns aspectos ligados à produção e saberes tradicionais associados, à religiosidade e moralidade e, por fim, e não menos importante, a luta pela recuperação da chapada e consolidação do território em sua integralidade, de como se deram as estratégias de resistência.

Tento enfatizar nesse capítulo as falas dos anciões e lideranças comunitárias, pois acredito que é necessário nesse momento ouvir as vozes da ancestralidade e de quem realmente viveu a história e que se lembra dos relatos e provérbios dos antigos, que conhecem a realidade do quilombo e podem dizer com propriedade sobre suas lembranças e memórias ligadas a um passado ancestral de sofrimento, de ausência da ação protetiva do Estado, ou, para utilizar a expressão dos entrevistados, da falta de políticas públicas que os assistissem, mas também de um tempo de liberdade, de recusa de um passado de escravidão, e da vida no campo voltada para a tranquilidade, com as forças vindas de uma sociabilidade e religiosidades marcantes. Tive a oportunidade de trazer falas de anciões do quilombo de Cardoso, vizinho ao quilombo de Morrinhos, para afirmar mais ainda a relação de interconhecimento dos comunitários em relação aos modos próprios de ser e viver da região de Berilo MG.

Como vimos, a história de meu quilombo envolve um contexto de recusa da escravidão e subordinação e estabelecimento de condições e relações dignas de trabalho na terra, pois, os negros vindos das bandas do Arraial do Tijuco (nome dado antigamente à Diamantina), se apossaram das terras livres na região, denominada de Quilombo, núcleo a partir do qual se conformou a comunidade atual; essa chegada teria se dado aproximadamente em meados do século XX.

Nesse momento, esses chegantes (trabalhadores, vaqueiros, etc) se encontraram com várias famílias apossadas que já viviam na parte das bordas ou encostas das chapadas, que

tinham as nascentes e possibilitavam ampla e diversificada produção agrícola. Assim, os negros do Quilombo trabalhavam nas terras mais férteis nas bordas da chapada, pois mais drenadas, no regime de meia, conformado relações de cooperação de trabalho, de parentesco e compadrio etc, resultando na comunidade quilombola de Morrinhos atualmente. Um grande quilombo que agregou tanto os negros como os posseiros locais.

“[...] e vinha gente de fora também, e casava com as moças daqui, que as vez o cara vinha trabalhar, e naquele tempo tinha muito aquele negócio de transporte de boi, era por terra, vaqueiro, então o vaqueiro passava aqui numa fazenda e gostava de uma menina, ia lá entregava os bois, com pouco voltava e casava, ficava ali trabalhando na fazenda e era desse jeito.” (Idalino Alves, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

Tudo indica que nesses tempos de formação do quilombo havia um diferencial no que diz respeito à posse de terras agricultáveis ou mais férteis, que se concentravam nas bordas da chapada e que estas eram preferidas pelos negros do lugar, que estabeleciam relações baseadas na cooperação e respeito.

Se haviam relações diferenciais quanto à posse da terra e recursos, todos estavam envolvidos no trabalho da terra bruta, desbravando regiões dantes não exploradas, investindo trabalho sobre a terra e dela tirando o sustento, é o que fica demonstrado no relato de uma moradora antiga da região das bordas da chapada a seguir. Ela também se deslocava para levar comida para os camaradas²⁶ que estavam na lida.

“Tinha um bocado²⁷ de morador de minha “era” (época), quando eu fui criada, tinha aquelas pessoas, mas era aqueles povo minha filha, meio assim simples, esquisito, uma gente que não sabia liderar nada, aquilo que fazia, aquilo era só aquele servicinho da roça, pro você vê que era só aquele serviço de roça, aquelas mulher naquele sofrimento, aquilo pra apanhar um, mexia com aqueles camarada, naquelas vazias (vasilhas), não tinham aquelas vasilhas assim que podia leva aquelas comidas para cada um numa vasilha só, fazia aquela comida colocava naquela vasilha grande, levava e colocava tudo na cabeça e levava

²⁶ Termo utilizado predominantemente pelos povos e comunidades tradicionais referindo-se às pessoas da comunidade a qual se trocavam dias de serviço. Pessoa que se pode confiar o serviço. Única expressão para designar trabalhador rural. (MOTA, 2008. p. 110)

²⁷ Bocado nesse sentido quer dizer “boa parte de”.

serviço longe pra camarada, aqueles que estava ajudando e aquilo né, era aquele sofrimento e tinha hora que carregava pra longe, nós mesmo mexia com serviço, finado pai mexia com serviço lá pro lado da Moita Preta, pra lá, que até já esqueci, eu colocava, finada mãe fazia essa comida pra mim, eu estava pequena, crescendo, eu colocava essa vasilha na cabeça, esses pratos de comida pra dez pessoas e levava isso até essa distância, pra ver, mais de légua²⁸, colocava assim na cabeça, tem hora que queimava o casco de minha cabeça tudo assim, eu para “fofar” assim, um horinha só pra levantar o calor, precisada d’eu fofar a rodilha²⁹ assim, e era muito sofrido.” (Maria Cardoso, 78 anos, anciã do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

No quilombo, mesmo com o passar dos anos, as relações sempre foram tranquilas e amistosas e os habitantes viviam e vivem em uma relação muito favorável a todos, devido à localização e à forma de vida, as relações de parentesco e compadrio seguem um padrão de chegada de pessoas de outras comunidades, quando mulheres, mais frequentemente, ou eventualmente homens vêm morar no quilombo após o matrimônio. Assim ocorreu com minha família, minha mãe, que é de uma comunidade vizinha, desde a década de 1980 é moradora do quilombo, devido ao casamento com meu pai, que sempre viveu em Morrinhos (padrão de residência patrilocal). Mas também o quilombo sempre vivenciou certa sociabilidade acolhedora, recebendo chegantes na comunidade, prática de boa aceitação muito antiga.

As relações de casamento e compadrio se estabeleciam de forma natural, a comunidade recebia as pessoas de uma maneira acolhedora/hospitaleira, fazendo com que mais tarde o quilombo de Morrinhos fosse um quilombo em que os filhos morassem nas terras dos pais e assim sucessivamente. Os casamentos são memoráveis, conformavam-se como obrigação moral, tanto dos pais para com os filhos, realizando as festas e cerimônia, quanto dos filhos em relação aos pais, correspondendo às expectativas do grupo familiar e da comunidade, e sempre estiveram ligados a vários ritos e ampla sociabilidade, envolvendo toda a comunidade e comunidade da região, com festejos.

“Ô meu Deus, era festa, ô moça. Até hoje eu alembro, Deus que dá finado pai o reino da graça, pra ele não sofrer muito, com ele lá e mãe. Foi assim, eu casei primeiro, no final do mês minha irmã Santa casou,

²⁸ Antiga unidade brasileira de medida itinerária, equivalente a 3000 braças, ou seja, 6.600m; légua brasileira. (FERREIRA, 2009. p. 1191).

²⁹ Pano enrolado como rosca, usado na cabeça, e sobre qual se assenta a carga. (FERREIRA, 2009. p. 1768)

pai tudo fazia festa, fazia fonção³⁰. Quando Juscelina foi casar, levou um mês Antônio casou com Mariana, aí diz que Cassiano bocão, um Cassiano boca mole que tinha lá na beira do rio, aí ele virou e falou assim: “Uai, ainda bem Justino não sarou a pisadura, já tá indo fazer outra fonção!”, Ô meu Deus do céu, quando Mariana casou, é gente de tudo quanto é lado, aquilo foi aquela fonção, pai matou uma porca gorda e fez aquela festa, a derradeira de moça que era pra casar. Só Lalá que não casou, mas tá mais casada do que eu, ela morreu a muitos anos, tá no céu. Era o pé de boi de pai, a mais velha. Aí quando eu casei, pai fez aquela fonção, era aquela “boniteza”, até hoje eu me alembro que sua mãe, minha filha, Comadre Maria de Compadre Antônio foi na festa de Mariana, aquela moça muito bonita, cabelo cacheado que nem um bob³¹, rapaz estava inhái de endoidar. Casamento antigamente quem fazia muito era o padre Willi, (lê-se Vilí) lá na fazenda Patronato, perto de Lamarão. E muitos casavam em Josenópolis, do outro lado do Rio, (Jequitinhonha).” (Domingas Gomes, 78 anos, anciã do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

Em Morrinhos, a coletividade é marcada por relações de interconhecimento, consanguinidade e afinidade, relações de compadrio, solidariedade, vizinhança, etc. A maioria dos moradores vive no quilombo ou voltam para lá, quando migraram anteriormente: *“Morrinhos é a comunidade onde as famílias estão, onde os filhos nascem, crescem, casam e ficam lá [...]”* (Adelino Servano, 51 anos, *Quilombo de Cardoso, Berilo-MG*). Os laços dentro da comunidade sempre foram de muita união e afetividade. A divisão do território do quilombo nunca teve problemas ou conflitos, como afirma o Ancião Idalino.

“Isso não aconteceu com nós aqui, já aconteceu uma história que teve um Senhor que não deixava o filho dele fazer casa dentro do que era dele, meu padrinho Bastião Ferreira, mas não é aqui não, lá no Cardoso³², meu padrinho Bastião Ferreira não deixava os filho dele

³⁰ Função. Festa na roça. Mais sinônimo de festa de casamento. Os noivos da zona rural se casam na cidade, único local em que há padre. O deslocamento deles e de seu séquito se dá através de dezenas ou centenas de animais, dependendo do prestígio [...]. (MOTA, 2008, p. 180).

Festa com fartura e alegria. Batuque: *Fonção de gente rica/ gente pobre não vai nela/ Só quem vai é gente rica/ que tem cavalo bom de sela.* // (MG). (POEL, 2013, p. 454)

³¹ Bob é um utensílio com formato de círculo, geralmente feito de plástico, utilizado pelas mulheres de antigamente para “amaciar” e ondular os cabelos.

³² Comunidade próxima ao quilombo de Morrinhos, do lado oposto a LMG 677.

fazer casa dentro do que é dele porque ele falava que filho dele ele conhecia, mas o que vinha com o filho ele não conhecia, está entendendo? Agora aqui nunca teve esse problema não, aqui na nossa comunidade é assim, a pessoa quando casa o pai dá para o filho fazer casa, o filho faz casa, com pouco dá para os netos fazer casa, e se constrói tudo desse jeito e é assim mesmo.” (Idalino Alves, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

O depoimento do Ancião Idalino demonstra também um padrão recorrente de intercasamento, preferencialmente promovido entre primos, ou com cônjuges de comunidades próximas, denotando um dos princípios constitutivos da maioria dos quilombos e comunidades tradicionais, o caráter endogâmico ou proximidade dos cônjuges. A indisposição do Senhor Bastião Ferreira quanto ao filho fixar morada em suas terras decorre de evitar o risco da incerteza, do risco do(a) cônjuge ferir a moralidade do grupo: “[...] filho dele ele conhecia, mas o que vinha com o filho ele não conhecia...”.

Woortmann, ao tratar do campesinato como ordem moral, enfatiza a necessidade de casamentos prescritivos, intimamente associado à manutenção do patrimônio, com ênfase para o território e à moralidade do grupo:

Já vimos que o Sítio é um território de parentesco, onde o acesso à terra é dado por uma combinação de princípios de parentesco (descendência, filiação e aliança matrimonial) com o princípio moral do trabalho, constitutivo do dono. O acesso à terra nunca é dado pela via mercantil. Regras de casamento prescritivas - que não admitem transgressões - associadas a práticas migratórias e a uma forte tendência para a primogenitura, reproduzem o patrimônio de cada família e o território do Sítio como um todo. (WOORTMANN, 1990, p. 52)

Nessa mesma perspectiva, o trabalho, na maioria das vezes, em uma localidade camponesa, não apresenta o mesmo valor³³ que numa sociedade urbanizada. No quilombo de Morrinhos a troca de dia, de pasto e o trabalho comunitário são frequentes. Como diria Mendras (1978), “do ponto de vista da economia do grupo, é o meio de vida e não o capital que deve ser rentabilizado.” (p. 48). O pequeno camponês é posseiro/proprietário de sua terra e adota certa solidariedade em termos do trabalho exercido no âmbito da comunidade, assim como afirma:

³³ Para Bourdieu, o trabalho não é nem uma finalidade em si mesmo nem é tudo o que está sendo valorizado; não é a ação orientada em direção de um fim econômico, é a atividade em si, independentemente de sua função econômica, e está relacionado mais à condição que ele tenha uma função social. O homem que se respeita deve estar sempre ocupado com alguma coisa. Se ele não encontrar nada para fazer, "que ele entalhe pelo menos a sua própria colher". (BOURDIEU 1979, p. 43)

As trocas entre grupos domésticos permitem uma certa compensação dos recursos, de restos muito limitados, já que cada um, fazendo parte do mesmo sistema de produção e com o mesmo modo de vida, produz o que lhe é necessário. (MENDRAS, 1978, p. 45-46)

As formas de retribuição ou compensação por alguma prestação de serviço ou mesmo pelos produtos recebidos sempre foram marcadas pela falta de capital, o pagamento envolvia sobretudo serviços, produtos, sendo a troca frequentemente solidária, segundo relato abaixo:

“Sim, sim, a gente aqui passou uma situação um tempo que dinheiro era muito difícil, então o que que acontecia, a maior parte da turma era trocando dia um com o outro, você tinha lá uma lavoura, você juntava aí quatro, cinco, e eles ia lá e trabalhava um dia pra você, e aí você voltava e pagava aqueles dia que cada um trabalhou pra você, e aí com certos tempo, de certos tempos pra cá, aí a turma começou a contar com os mutirão³⁴, as vez acontecia de um cara ter uma roça, as vez adoecia, não podia carpir, aí juntava o mutirão, e a turma ia fazia o mutirão, inclusive essa estrada aqui, da entrada do quilombo, foi tirada de mutirão, a não ser do mata burro pra baixo, mas até no mata burro. Em 1979, foi a primeira vez depois que eu casei que eu vim para aqui, estava a turma trabalhando ali no mutirão fazendo essa estrada, eu tenho até as fotografias dali. Vim aqui e tirei a fotografia, era os filhos de Zé Gouveia, João Pereira, Zé de Nem, essa turma assim, era mutirão, a turma fazia serviço não dia com o mutirão.” (Idalino Alves, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

A comunidade quilombola de Morrinhos se constitui de grupos domésticos³⁵, sendo que em cada grupo há uma produção conformada ou “agricultura familiar” significativa para a manutenção da sua família extensa. Atualmente, a base econômica da comunidade é a atividade agrícola, como a fruticultura, principalmente a produção de abacaxi e uva. O abacaxi

³⁴ Sistema de cooperação mútua e voluntária na broca (limpeza) do roçado, no plantio, na colheita, na farinhada, na pesca, na construção de casas, no conserto da capela, na coleta do lixo na rua ou no meio ambiente. Esta forma de trabalho, em grupo e de ajuda mútua, existe especialmente em comunidades pobres nas quais o mutirão se afirma como agente de melhoria de vida. Normalmente há um responsável ou cabo pela organização das tarefas. Uma bandeira pode ser hasteada no local do trabalho. O dono do serviço cuida da alimentação e é tratado com certa cerimônia. [...] O mutirão só funciona onde existe solidariedade. (POEL, 2013. p. 682) Alba Zaluar escreve: “As festas de santo são também vastos mutirões. Tradicionalmente, onde perdura essa prática social, a festa de santo é o ritual religioso mais importante, realizando-se ainda sob o controle das irmandades de leigos, e não do padre.” [...] (ZALUAR, 1983. p. 110 *apud*. POEL, 2013. p. 682)

³⁵ Para Mendras “*Grupo doméstico* é o grupo constituído pelas pessoas que vivem as expressões dos antigos, da mesma panela e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho.” (MENDRAS, 1978, p. 65).

geralmente é plantado em pequenos lotes na região da Chapada (que é localizada no lado oposto à LMG 677), pertencente ao quilombo de Cardoso, e esse respectivo fruto, denominado o “jacarezinho do vale”³⁶ é produzido em consórcio com outras culturas, como a mandioca e o pequi. A uva é produzida em uma pequena escala, por cada morador do quilombo. É muito comum encontrar uma ou duas parreiras na casa de cada comunitário; a entrada da comunidade tem o nome de “ponto da uva”³⁷ devido à produção do fruto. Também tem destaque a produção de laranja, banana e manga, frutos esses de várias qualidades, todos geralmente comercializados em feiras livres na região, ou vendidos a um custo baixo para atravessadores.

Também é muito comum a produção de cachaça e farinha de mandioca; essas produções exigem um esforço maior, devido aos processos de feitura, trazendo assim basicamente toda a família para a tenda³⁸ e o alambique³⁹. Nesse momento, a produção familiar é predominante, pois cada família produz a farinha e a cachaça para si, e, a família que não tiver a tenda ou o alambique em casa, trabalha na meia com a família que os possuem, pois é uma forma de haver uma troca solidária de equipamentos e mão de obra.

Na comunidade é também encontrada a produção de hortaliças, verduras e legumes, dos mais variados tipos e todos orgânicos; essas são plantadas em hortas ou em roças de pequeno porte nos arredores das casas. A rigor, cada família tem a sua roça, isso é um dos fatores pelos quais muitos projetos da Emater⁴⁰ na região não surtem tantos resultados, como é o caso de tentativa de implantação de uma horta comunitária na comunidade. Num contexto onde cada agricultor familiar tem o seu chão de roça e sua horta, no qual somente a família tem o manejo de sua produção, não têm sido eficazes as tentativas de implantar iniciativas comunitárias ou coletivas. Mas a coletivização ocorre em termos de cooperação e solidariedade e compartilhamento de instrumentos e trabalho.

O extrativismo ocorre predominantemente na região de chapada, sendo comum a colheita de pequi e mangaba, conforme a foto 11, esses frutos são na maioria das vezes

³⁶ Esse nome foi dado ao abacaxi da região de Berilo devido a sua casca ser rústica e com muita aparência da pele do jacaré, dura e espinhosa. Esse fruto tem um enorme potencial em produção devido a ser bastante propício a regiões de seca predominante.

³⁷ O nome “ponto” aqui na nossa região dá o aspecto de um local onde se espera pelo transporte para a cidade, e geralmente é situado ao lado de alguma BR, e cada comunidade tem um ponto específico da sua entrada.

³⁸ Nome dado ao local onde se faz todos os processos de feitura da farinha de mandioca, nesse local ficam-se geralmente todos os familiares, e os equipamentos, como o motor em que se rala a mandioca, os fornos que torram a farinha, a prensa que tira toda o líquido da massa ralada, as peneiras que servem para peneirar a massa seca, a pedra menor que serve para fazer o beiju, o local para colocar a lenha que irá aquecer os fornos, as facas para descascar as mandiocas, os tachos que servem para lavar a mandioca depois de descascada, etc.

³⁹ Nome dado ao local onde se faz a cachaça, a rapadura e o melado, todos oriundos da cana de açúcar.

⁴⁰ Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) tem como missão atuar dando assistência técnica e extensão rural para as agricultoras e agricultores familiares do estado de Minas Gerais.

comercializados nas feiras ou beneficiados, também se encontram na chapada as ervas medicinais, como a barbatimão⁴¹, arnica⁴², jatobá (foto 12), que são utilizadas pelas famílias no quilombo para prevenção, tratamento e cura de doenças.

Foto 11 - Mangabeira e fruto



Fonte: Arquivos da autora (2020)

⁴¹ O barbatimão é uma planta medicinal muito utilizada para desinfecção e cicatrização de feridas, devido ao efeito cicatrizante da casca do seu tronco, é utilizada geralmente em banhos de assento, pois tem o poder de curar diversos problemas relacionados a infecção, uma delas é a infecção urinária, é também utilizado depois do parto pelas gestantes para cicatrizar o útero e o canal vaginal. A árvore é encontrada em ambientes de cerrado.

⁴² Planta encontrada na chapada, comumente utilizada na cachaça e no álcool etílico, auxilia no combate à dores musculares, lesões e é um ótimo repelente natural.

Foto 12 – Jatobazeiro e fruto



Fonte: Arquivos da autora, (2018)

Antigamente os cultivos dominantes eram a cana de açúcar e mandioca, milho e arroz, pois existia uma maior disponibilidade de água na região, essas culturas eram abundantes, pois eram as bases da alimentação, a carne vinha dos animais (galinhas, porcos), que eram criados nos quintais das casas com as sobras da produção da roça, já a carne bovina era mais escassa. Era muito caro comprar e criar gado, pois precisaria de uma larga escala de terras para formação de pasto e para colocar o gado; às vezes, um ou outro grupo familiar criava algumas cabeças de gado para o consumo próprio.

*“Eu gosto de plantar, porque aí não precisa da gente comprar né?”
(Andrelina Gomes (in memorian), 98 anos, anciã do quilombo de
Cardoso, Berilo-MG.)*

“As culturas que tinha aqui no passado que tinha aqui de primeiro, a sobrevivência era cana de açúcar e mandioca, todo mundo, é o que fazia mais aqui era cana e mandioca, era roça de milho, mas aqui pra nós fazia roça de milho e arroz, arroz naquele tempo existia muito brejo, que hoje os mais novo chama de manancial, a gente caçava as beirada de brejo e plantava o arroz pra não ter problema de chuva, o que mais nós plantava e colhia era isso aí.” (Idalino Gomes, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos Berilo-MG).

“Frango a gente matava, nem macarrão a gente usava, era só arroz, feijão e verdura. Carne era muito difícil, a gente não podia nem comprar. O angu finada mãe fazia direto nega, o fubá era socado no pilão, colocava agua pra amolecer, deixava dum dia pro outro e no outro dia socava, peneirava e fazia o angu, fazia biscoito, bolo cabo de machado, era aqueles trem ⁴³ mais gostoso, mas hoje o povo deixou tudo de fazer isso, não sei pra aqui deixou, não sei pra outros cantos né. Os cuscuzeiros, finada mãe não ficava sem ele, fazia de barro, uns furinhos assim ó, tampava com os panos molhados, temperava com canela, ficava fofinho, levava pros camaradas, tomar com café meio dia, era muito gostoso.” (Maria Cardoso, 78 anos, anciã do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

“Olha, hoje tá muito daquela época, galinha e porco era com negócio de milho, as vez algum sobra de comida, mamão, cozinhava cana, agora hoje não, hoje é diferente, hoje é ração, tem ração pra engorda, tem ração pra crescimento, tem ração pra galinha botar, tem tudo isso aí, mas é hoje, de primeiro não tinha isso não, as galinhas criava aqui era a Deus dará.” (Idalino Alves, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

Devido ao clima semiárido predominante na região do Vale do Jequitinhonha, as chuvas são abundantes nos últimos meses do ano, a contar do mês de outubro e perdura até o mês de fevereiro. As plantações ocorrem geralmente no “tempo das águas”, tempo esse em que se planta os cultivares como cana, milho, feijão, mandioca, etc. As hortaliças são plantadas o ano

⁴³ Coisa. (MOTA, 20018. p. 323) Dependendo do contexto a palavra “trem” pode significar muita coisa.

todo, pois em razão das terras da borda ter maior disponibilidade de água devido às nascentes se planta e colhe sempre. Uma das culturas que não se planta com mais abundância no quilombo é o arroz, pois, infelizmente, com o passar dos anos, as águas têm diminuído bastante. Para as famílias que vendem parte da produção, a colheita geralmente acontece às sextas-feiras de cada semana, pois as feiras livres ocorrem aos sábados.

O regime da lua é muito comum e utilizado pelos moradores do quilombo de Morrinhos, pois, como dizem os comunitários, a lua tanto auxilia quanto pode atrapalhar a produção. Plantar na lua cheia significa ver uma bela plantação, porém sem frutos bons “*O povo antigo falava que fazer a plantação na véspera da cheia que não era bom né, que nós já sabemos que a lavoura sai reforçada, mas produz pouca coisa, o povo do antigo falava isso.*” (Maria Cardoso, 78 anos, anciã do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

Não se usa o regime da lua somente no plantio de alguma cultura, pois, para retirar a muda de abacaxi e replantar, deve-se prestar bastante atenção em que lua, pois até essa variação pode acontecer. Para se fazer interferências na produção deve-se observar e entender as fases da lua para, no fim, ter um bom plantio, uma boa colheita e uma boa venda. Respeitar as fases da produção é muito importante no quilombo de Morrinhos, tudo é feito no seu tempo, cada fase da lua enseja uma forma de lidar com o plantio.

Fase da Lua	Observações na colheita da cultura do abacaxi
Nova	Poucos frutos e boa colheita.
Cheia	Frutos maiores e má colheita, pois os frutos apodrecem com facilidade.
Minguante	Poucos e bons frutos
Crescente	Não foi citado nas conversas que eu tive com os anciões

Essa relação de plantio e tratos culturais com os ciclos da lua está explicitada nos relatos abaixo:

“Conforme vai tirar a muda (muda de abacaxi), escolhe a lua, ou nova ou cheia, na lua cheia é muito pouca muda que pode tirar, pelo que a gente fazia né, plantar também, agora na força da lua cheia já não é

bom não, fala que não é [...]tira a muda na lua minguante, é, na força da lua cheia não gosta de tirar não, pra plantar.” (José Alves, 58 anos, trabalhador rural do quilombo de Cardoso, Berilo-MG).

“Eu mesmo gosto de plantar na nova, na nova dá pouca flor e pouco fruto, mas dá os frutos “são”⁴⁴, na Lua cheia dá os frutos maiores, mas dá podre. Mas tem isso aí, e isso dá certo.” (Juarez Ferreira, 53 anos, trabalhador rural do quilombo de Cardoso, Berilo-MG).

Até nos dias de hoje é muito comum no quilombo de Morrinhos que as sementes do plantio passado sejam guardadas para serem plantadas no ano seguinte, essa prática é uma forma de não haver a necessidade das compras de sementes e também, como diz o ancião Idalino, era uma técnica que os comunitários utilizavam para não perder a oportunidade de plantar aquela mesma cultura, melhorada, no próximo ano (ver foto 13). Os grãos pequenos eram consumidos, e os grãos maiores eram guardados para a próxima aguada.

Foto 13 - Sementes de arroz guardadas da plantação das águas passadas.



Fonte: Arquivos da autora (2019)

“Aqui de primeiro era tudo que a gente colhia era o mesmo que você colhia você reservava a semente, até tinha uma técnica, que a espiga

⁴⁴ Fruto “são” ou sã, é aquele fruto que não possui nenhuma deformidade no crescimento. No caso da cultura do abacaxi, o fruto sem nenhuma aparência de podridão ou âmbar saindo de dentro para fora é mais vendável, pois o consumidor tem mais facilidade em escolher um fruto que esteja apresentável.

de milho era bem grande assim, você dibuiava⁴⁵ até assim, quando chegava naqueles grãosinhos mais pequenos, aí você deixava, que se não saía fraco, você dibuiava só aquele pedaço mais forte pro milho sair mais bonito, arroz a gente guardava, feijão. Ninguém comprava semente.” (Idalino Alves, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

A vida no campo sempre foi uma vida de incertezas diante das dificuldades que eram sentidas pelos comunitários, era um tempo oscilante em que se vivia com muita fartura, mas também com muitos períodos de dificuldade. Tirar o sustento da terra implica muitos fatores, como os climáticos por exemplo, mesmo tendo a abundância de água nas nascentes; ainda assim existiam tempos de crise.

Isso nos leva a entender que muito mais que o dinheiro, pensando por um viés específico de moralidade, a terra, no sentido estrito da palavra, fornece as condições de sobrevivência aos que dela se apossaram durante várias gerações. Woortmann (1990) diz que: “Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Estou tratando, pois, de valores sociais; não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético.” (p. 12)

Levando-se também em consideração o que Garcia e Heredia (2009) afirmam: “outra característica fundamental da economia familiar de grupos camponeses brasileiros é a combinação recorrente de lavouras ditas ‘para o gasto da casa’ e de lavouras para venda.” (p. 233). Esse aspecto é recorrente na comunidade quilombola de Morrinhos, contudo, alguns produtos que são para o gasto da casa e para venda por vezes são providos em uma única lavoura ou roçado, ou horta familiar, havendo muita fartura em termos de produção, o que acentua a troca de produtos e a sociabilidade e solidariedade do grupo.

Naturalmente, há espaços destinados ao uso comum, como os espaços religiosos e as áreas de mata (poucas) onde se coleta frutos do cerrado, em grande medida comprometidas pela monocultura do eucalipto. De resto, a troca é generalizada no quilombo de Morrinhos, dada a proximidade dos grupos domésticos, que compartilham mesmas formas de vida, de cultivar a terra, fazendo com que a partilha se torne para todos, cíclica, durável e intermitente. Segundo Mendras (1978):

As trocas entre grupos domésticos permitem uma certa compensação dos recursos, de restos muito limitados, já que cada um, fazendo parte do mesmo sistema de produção e com o mesmo modo de vida, produz o que lhe é

⁴⁵ Debulhar: extrair os grãos ou sementes de; esbagoar. (FERREIRA, 2009. p. 604)

necessário. Salvo exceção, as condições climáticas sendo iguais para todos, as boas colheitas proporcionam abundância a cada indivíduo, e as más, a miséria e a fome. (MENDRAS, 1978, p. 45-46)

As formas de retribuição ou compensação por alguma prestação de serviço ou mesmo pelos produtos recebidos sempre foram marcadas pela falta de capital, o pagamento envolvia serviços, produtos, sendo a troca frequentemente solidária. Essas trocas ocorriam de uma forma muito saudável no interior do quilombo, e ainda acontecem, geralmente trocando dias em serviços de capina, poda, roçado. Os mutirões são feitos para a limpeza do cemitério, na aquisição de prendas para o leilão, na organização da festa da padroeira, abertura de estradas, construção de casas, e em diversas atividades da escola do quilombo, como já demonstrado.

No quilombo de Morrinhos, a religiosidade é tratada de diversas formas, sendo uma delas associada às condições climáticas, quando estas não favorecem as plantações. Neste momento de penúria, a fé é demonstrada através das penitências, e estas, quando ocorriam, era comum colocar uma criança na frente e os adultos atrás, enquanto caminhavam até o cruzeiro. O propósito era o compadecimento do santo, pois os mesmos, vendo o sofrimento das crianças, deixariam se tocar mais rapidamente, evitando que estas e todos morressem de sede e fome, propiciando assim boas chuvas e boa plantação e colheita.

“Isso eu lembro, a pedra mesmo é de cruz, grandona assim, e ela mesmo tem a cruz nela, e a gente formou lá, o ato de rezar lá, fazer essa penitência. Aí pegava uma cruz, colocava uma criança para levar a cruz na frente e a gente ia atrás carregando as pedras e rezando, chegava lá molhava a pedra, deixava lá e pegava outra molhada e vinha cá e colocava cá.” (Andrelina Alves, 98 anos, anciã do quilombo de Cardoso - Berilo MG).

“Aqui tinha até uma penitência assim, que toda vida aqui foi escasso de chuva, toda vida, então ali na cruzinha, tem aquele cruzeiro lá e aquela pilha de pedra nos pés do cruzeiro, quando dava assim mês de janeiro que dava assim aquela seca que não chovia, a turma pegava aquelas pedras, levava lá no córrego lá embaixo, colocava a pedra seca lá no córrego e pegava uma pedra molhada e trazia e colocava no pés da cruz. Acho que era nove dia, no dia que era nove sempre, a vez acontecia de chover. Então era uma penitência.” (Idalino Gomes, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

Depois de nove dias de muita penitência, a chuva vinha e trazia consigo a esperança e a vida para o povo. Nesse momento era como se o Santo olhasse para todo aquele sofrimento e respondesse com a chuva que revivia as plantações, trazendo o sustento e a bonança. Outro ponto muito específico de fé eram os terços e novenas feitas nas casas das pessoas, em cada casa se rezava o terço como forma de agradecimento, e nesse momento observamos como a união das famílias era visível e palpável, pois todos rezavam juntos, festejavam juntos e esse princípio da moralidade é muito recorrente nas terras de quilombos.

“Aqui tinha uma cultura assim, cada casa tinha as crianças que eram batizadas pelo nome do dia, São José, São Pedro, era assim. Então cada dia daquele dia costumava rezar um terço⁴⁶ na casa. No dizer que o fulano é seu José, você pode ver que o nome que mais tinha aqui é José e Maria, Antônio, Joana, ninguém não ver falar mais Joana né? Era assim.” (Idalino Alves, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

“São Barnabé que morou naquela serra, pedindo nosso Senhor pra mandar chuva na terra, chuva na terra é o pão que Deus sustenta, tem dó dos inocentes pra não deixar morrer de fome.” E respondia aquele povão lá pra trás: Chuva no céu por esmola, chuva no céu por esmola.” (Martinha Ferreira, 90 anos, anciã do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

A festa em comemoração à padroeira do quilombo, Nossa Senhora dos Anjos é realizada no dia 02 de agosto de cada ano. Nessa data específica se comemora também a chegada das trabalhadoras e trabalhadores que migraram para as colheitas de café e cana de açúcar.

“Aqui hoje, na nossa comunidade, dia 02 de Agosto é a festa de Nossa Senhora dos Anjos, mas antes, antes de isso aí, aqui tinha a festa de Santos Reis, que é dia 06 de janeiro, dia 24 de junho tinha a festa de São João, mas uma dessas festas, a festa de São João mesmo foi acabando, as tradição, ninguém hoje.” (Idalino Alves, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

Nossa Senhora dos Anjos é a padroeira, assim como relatam os anciões, devido às muitas mortes de bebês recém nascidos, e em consequência disso se fez o cemitério dos anjos,

⁴⁶ Literalmente um terço, (cinco mistérios) do rosário completo (15 mistérios). Cada mistério são dez ave marias. [...] O terço é rezado em comunidades, em irmandades, nas famílias e individualmente. [...] O terço cantado é a oração preferida pelo povo simples, em festas e novenas. (POEL, 2013. p. 1060)

esse local, que era o antigo cemitério dos escravos é onde se enterram as crianças que faleciam no quilombo. Conforme a foto 14 é possível visualizar as pedras que os comunitários buscavam em formas de penitência no pé do cruzeiro.

Foto 14 - Cemitério dos escravos, atualmente denominado cemitério dos anjos e cruzeiro.



Fonte: Arquivos da autora (2019)

A festa em homenagem a Nossa Senhora dos Anjos é marcada pela cooperação de todos da comunidade, quando são oferecidas comidas típicas, bebidas e objetos (prendas) destinados ao leilão, que acontece na noite do festejo. Nesse momento, cada comunitário dá um lance e quanto mais caro fica a prenda, mais dinheiro será juntado e revertido para as benfeitorias da igreja. “*A comunidade, todos que está aqui em volta vem ajudar. Tem festeiro.*” (Idalino Alves, 71 anos, ancião do quilombo de Morrinhos Berilo MG). O festeiro, normalmente é eleito no quilombo, sendo que ele e sua esposa ou marido (caso seja uma festeira), ficam com a responsabilidade de cuidar de todos os preparativos da festa que ocorrerá no próximo ano. No quilombo de Morrinhos, geralmente, quem tem promessa de ser o festeiro desce o mastro⁴⁷ depois dele ser hasteado, e se habilita a comandar os preparos para o festejo do ano seguinte.

⁴⁷[...] O mastro levantado mostra o santo e aponta para o céu infinito, tornando-se assim um importante símbolo do sagrado. Em dias de festa o mastro representa o eixo da terra e o centro do mundo. [...] A alegre cerimônia do levantamento de um mastro é feita com muito respeito, pois o mastro e a bandeira simbolizam a fé do povo. (POEL, 1981. pp. 620-621) “o mastro recebe o tratamento especial por parte daqueles que vão prepara-lo; a escolha da madeira, qualidade e forma. Tem que ser a mais reta possível, deve ser cortada numa sexta-feira da minguante por três pessoas que antes de iniciarem a derrubada, empunharem o machado, rezarão um padre-nosso. Quando a árvore tomba, devem tirar o chapéu e evitar cuspir no chão no local do desgalhamento. Daí para a casa ou local onde será levantado, deverá ir sobre madeiras à guisa, de andor ou no ombro, servindo de banguê os próprios cabos

Nesse evento, antigamente, era comum a dança do batuque, que ocorria também nos casamentos, era um momento de alegria e festejo. A comunidade se alegrava com os instrumentos musicais, e a dança significava a fraternidade e respeito pelas graças recebidas, como o compadecimento dos santos ou ainda por ocasião dos casamentos.

“Na Folia de Reis tinha batuque⁴⁸, era diferente da boquinha da garrafa, o cara dançando com o litro nas pernas, e era desse jeito. Eu chegava levantar poeira minha filha de Deus, eu chegava suar. O pessoal cantava muita música, tinha uma assim: “batuque da cozinha, sinhá não quer, fui batucar queimei meu pé.” Era jogando verso, uma danura⁴⁹, “O batuque é bom de raspar espora, quem tem dinheiro não me conta história”. Era uma danura, era tudo quanto é coisa. Eu tô aqui tô sonsurando, quando a linha acabar eu vendo o pano. Nós raspávamos os pratos⁵⁰, e tinha violão. Era até bonito pra gente olhar né. Tinha hora que eu ficava particular era aquele círculo de gente tudo pra todo lado, quando o homem pegava a mulher, dava uma volta, rodava e tornava soltar, e tornava pegar, e o outro de lá abanando a mão, é que largava esse cá e pegava, ô gente, aquilo era uma festa!”
(Domingas Gomes, 78 anos, anciã do quilombo de Morrinhos Berilo-MG).

Nas casas do quilombo geralmente é muito comum se ver as imagens de santos nas paredes, nas estantes, muita das vezes imagens empoeiradas e desgastadas pelo tempo, muitas delas já foram ornamentadas com papel colorido, trazendo cor, renovação e esperança aos que creem no compadecimento e proteção do sagrado. No dia que fiz uma visita na casa dos anciões Domingas e Joaquim, pude perceber o quão a fé ultrapassa o limite do tempo, nas falas de Joaquim ele sempre falava sobre o mistério que Jesus tinha para com as pessoas, no caso, meu

dos machados. Preparado, é pintado ou não. (...)Evitam colocar pregos no mastro”. (POEL, p. 620 apud ARAÚJO, 1967, p. 98)

⁴⁸ O batuque veio da África para o Brasil. (POEL, 2013, p. 108). Segundo a Enciclopédia da Música Brasileira, “dança considerada originária de Angola e do Congo (África). Sinônimo de batucada, é talvez a dança brasileira de mais antiga referência, tendo sido assinalada no Brasil e em Portugal já no século XVIII. É realizada em roda, da qual não participam apenas os dançarinos, mais os músicos e os espectadores. (ENCICLOPÉDIA, 2000, p. 87) Simples divertimento do povo rural, em sua maioria negro, no terreiro de suas casas, o batuque está entre os elementos formadores do **samba**, nas cidades. São danças em roda ou fila dupla, de origem banto, acompanhadas de instrumentos de percussão; bate-se palmas, e o bater dos pés levantam a poeira; uma pessoa dança dentro da roda; às vezes, dançam duas ou mais. Outro elemento importante dessa dança de grande expressividade corporal é a **umbigada**. (RAMOS, 1935, pp. 124-125). Só em Araçuaí (MG), no vale do Jequitinhonha, registramos 534 batuques diferentes, mas nada impede que haja versos improvisados ou adaptados. (POEL, 1981, pp. 151-180)

⁴⁹ O mesmo que danação, travessura, diabrura. (FERREIRA, 2009, p. 600)

⁵⁰ Ver FOGAÇA, 2017, p. 52.

pai (Antônio). Ele havia acompanhado a visita: “*é Compadre Antônio, é Jesus que tem um mistério com o Senhor, a gente aqui tem a graça de poder contar com sua graça, não ganhava um tostão e cuidava de todo mundo*” (Joaquim Gomes, 77 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG). Meu pai foi agente comunitário de saúde voluntário e sempre atendeu, em tempo integral os moradores do quilombo. Esse mistério que é dito por Joaquim é explicado por Frei Chico, em seu dicionário da religiosidade popular traz o verbete como “segredo inexplicável e [...] desafia a criatividade humana” (POEL, 2013, p. 652).

Um fato que me chamou atenção na casa dos anciões foi o oratório, também conhecido como “altar doméstico” (POEL, 2013, p. 742), que abriga a imagem de Nossa Senhora Aparecida e a imagem do Cristo crucificado, pois a casa foi pintada e o oratório continuou no mesmo lugar, ele não foi tirado para passar a tintura. Pela foto, percebe-se que a casa antes tinha a cor verde-claro e depois foi passada uma camada de tinta na cor rosa e o oratório ficou no local, acima do portal da casa, onde se entra para os outros cômodos, conforme mostra a foto 15. Esse oratório é de grande significância, pois esse local, no decorrer dos anos, foi o altar de orações e súplicas por melhores condições de vida, proteção, pelo pão de cada dia, etc. As marcas de papel colorido desbotado pelo tempo demonstram que esse local de devoção já foi enfeitado e utilizado para receber os santos e as orações dos devotos em vários momentos. Antigo e enfeitado por muitos anos com papel crepom colorido, o mesmo se encontra na parte de entrada da sala, quem chega na casa o vê.

Foto 15 - Oratório de Nossa Senhora Aparecida na casa da anciã Domingas



Fonte: Arquivos da autora (2019)

O trabalho em Morrinhos sempre envolveu os membros dos grupos domésticos desde cedo, estando associado ao trabalho na roça, ao processamento da produção, à venda da mão de obra em fazendas na região ou ainda ao trabalho sazonal periódico, caracterizado pelas migrações de trabalho (predominantemente para a colheita do café no sul de Minas). O trabalho braçal e frequente no quilombo, mas sem pouca esperança de dinheiro, nos tempos antigos se produzia mais que atualmente, mas não tinha o mesmo valor monetário, os tempos difíceis chegavam para todos. Como afirma o ancião Joaquim Gomes, a vida era de trabalho árduo.

“É, minha filha, o que eu tenho pra dizer pra você, é que eu assim, que aqui dentro é, não precisa de saber qual é o homem que tem aqui, que deu o murro que eu dei. Meu serviço era só serviço duro, era sofrido,

era tocar roda pra moer cana no descaroçador, e cortar adobe⁵¹ e da cava pra fazer casa. Trabalhei pior do que um burro, que Izé de tia Cândia tá ali, ele não cansa de falar que aqui não um homem que trabalhou que nem eu, ele disse que nem ele. Eu era dá carga, da sela, do rastão, de tudo.” (Joaquim Gomes, 77 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

“Ô nega, eu ainda tenho uns novelos que eu fiei, mas a roda azangou⁵². E estou sem poder fiar mais, uma bagunça que a gente não sabe onde põe. Eu pegava a enxada e limpava o quintal, que nem o terreiro eu ainda varro, mas é cum a vassoura em pé. Porque eu não posso envergar não, as pernas não me deixam caminhar. As pernas doem, mas o terreiro eu varro.” (Andrelina Alves, 98 anos, anciã do quilombo de Cardoso, Berilo-MG).

Quando se fala que uma pessoa é “da carga, da sela e do rastão” significava que podia fazer de tudo no serviço, que aguentava fazer o que era para ser feito. A carga, a sela e o rastão estão relacionados ao trabalho animal e, por alusão ao trabalho humano, estão associados ao trabalho duro. A mão de obra de trabalho dos negros do quilombo sempre se fez presente na construção de casas, abertura de estradas e plantações, pois como já havia sido citado, o trabalho no regime de meia era muito comum entre os negros do quilombo e os posseiros que viviam nas bordas, locais que sempre foram mais produtivos devido a disponibilidade de água.

“É, trabalhava fora, não tinha nada, trabalhava todo dia, todo dia eu trabalhava fora e amanhecia minha casa limpa, minha casa vivia limpa do mesmo jeito, e eu não tinha onde caçar mais meia medida de farinha, tinha hora que eu saía pra caçar meia medida de farinha, chuva estava caindo e eu vinha pegando mão dessa farinha e vinha comendo no caminho a fora, quando eu chegava aqui “não tinha pra uma caneca”⁵³. Se eu for contar você sofrimento passou na minha vida, que muitas coisas eu vou deixar pro lado, eu não dou conta de contar você. Minha mãe, eu aprendi muita coisa com ela, eu não sabia trabalhar,

⁵¹ Tijolo não cozido, ou seja, bloco de **barro** feito numa forma e secado ao sol, usado para construir as paredes das **casas**. Antigamente de uso geral, hoje só é usado por pobres. [...] ao fazer adobes, o trabalhador pobre costuma riscar uma cruz no barro molhado do primeiro deles, a fim de que o serviço resulte bem feito e **abençoado**. (POEL, 2013. p. 34)

⁵² (banto) Adoecer, estragar. (MOTA, 2008. p. 64)

⁵³ Não dava para todos da casa.

ela levava eu pra roça. E aquilo, o finado meu pai não deixava ninguém encostar a mão em mim, quando eles vinham bater ne mim ele sentava eu perto dele e falava “eu quero ver quem vem bater nele aqui agora”. Então eu fui muito mimado de meu pai, agora depois que Deus levou ele, eles aproveitou, aí faltava me matar de “taca”⁵⁴, me ensinou eu trabalhar, eu não sabia fazer nada, minha mãe me ensinou a trabalhar, quando eu não aguentava metia o cabo da enxada na minha cabeça “trabalhar Joaquim”, então esse agradecimento eu dou ela hoje, que eu no serviço, ninguém sabe correr uma “bandara” que nem eu né, eu corro minha “bandara” de serviço dando uma força pra os meeiros⁵⁵ e de vez em quando eu vou lá em cima dá um suspendo para o meu “eito” e tento voltar, dou força os meeiros e tem gente que vai, vai no carreiro só.”. Eu vô falar com você que eu já sofri, tinha hora assim que eu falava pro pessoal: “ô gente, eu vim trabalhar pra vocês hoje, vocês me dá uma colherzinha de qualquer coisa mais cedo porquê eu sinto uma fraqueza, que quando dá ne mim é uma fraqueza que não tem jeito”, tinha gente que pensava que eu vivia era brincando, quando eu sentia me dava um fumaça na minha cacunda⁵⁶, aí meus nervos enfraqueceram e acabou Joaquim. Agora, estou velho, qualquer coisa é “pi” (cair) no chão.” (Joaquim Gomes, 77 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

A migração de trabalho, até mesmo para outros estados, ocorria entre os meses de março e perdurava até o mês de Agosto. Nesse momento, as mulheres do quilombo que tinham as responsabilidades de cuidar da casa, da roça e dos filhos. Muitas das mulheres do quilombo, nessas condições, eram consideradas “viúvas da seca” ou “viúvas de homens vivos”. A importância da figura feminina nesse contexto mostra uma realidade em que a mulher acabava passando momentos difíceis e dava conta de sustentar toda a família e suas bases.

Esses momentos de migração sazonal são marcados, por um lado, pela oportunidade e garantia de um sustento até o tempo das águas chegar, mas também, por outro lado, um período

⁵⁴ (banto). Chicote. Surra. (MOTA, 2008. p. 311).

⁵⁵ **Camponês** que troca um serviço de **meia**, isto é, dividindo com o dono da terra o produto da colheita. **Lavrador** que combina com o dono da terra repartir ao meio, entre dois, a colheita do que plantou. (POEL, 2013. p. 629)

⁵⁶ (do banto, kakundá). Costas. Dorso. (MOTA, 2008, p. 105) [Do quimbundo “kakunda”.] As costas, o lugar de pôr a carga e de bater o **chicote**. Ir pra roça, com a foice na cacunda. Canto de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Araçuaí –MG). *A cacunda me dói, dói, sinhá. A cacunda me dói, me acode, sinhá.* Termo simbólico que indica trabalhar e sofrer. (POEL, 2013. p. 157)

de intenso sofrimento nas extensas plantações de cana-de-açúcar e café. Muitos, infelizmente, perderam sua vida devido às péssimas condições de trabalho e pelo fato de ser um labuta dura e desgastante. O povo do quilombo sai porque infelizmente é preciso, muitos jovens migram no intuito de conhecer as formas de trabalho nas extensas lavouras e garantir a sua volta na próxima safra.

“Saí, saí também, olha, falar pra você ver, gente sai pra essas coisas, mas é um risco e um sofrimento, é um risco muito grande e um sofrimento, porque pode ir e voltar, e pode ir e não voltar. Pra que aconteça de ir e voltar tem que ser muito humilhado, muito aborrecido pelos outros. É desse jeito, a gente vai e trabalha e ganha um pouquinho, mas é muito humilhado, pra que vai e Deus ajuda pra voltar. Que nem o menino de Maria do Beco aí, que foi para trabalhar e ficou ele e a vida lá.” (José Alves, 58 anos, trabalhador rural do quilombo de Cardoso, Berilo-MG).

“Eu mesmo já migrei 27 anos, mas ainda vou na colheita de café ainda, mas o tempo é mais curto, em vez de ficar seis meses, sete meses, fico só dois meses. Eu saí pra trabalhar eu estava com 13 anos de idade, nós ia pra o estado de São Paulo cortar cana, e não era fácil não, a gente era fraco, não tinha força pra trabalhar direito, se não trabalhasse os patrões mandava a gente de volta, então tinha que trabalhar.” (Juarez Ferreira, 53 anos, trabalhador rural do quilombo de Cardoso, Berilo MG).

Esta ambivalência entre trabalho duro e certa autonomia e liberdade no cultivo de lavouras e outras atividades produtivas sempre marcou a história dos quilombos e comunidades rurais. Costa Filho (2008), ao tratar do quilombo do Gurutuba no norte de Minas Gerais, aborda essa ambiguidade a partir da caracterização de temporalidades específicas: o tempo do *carancismo* e o tempo da *fartura*. Segundo o autor:

Este período-âncora ainda é vívido na memória dos Gurutubanos e corresponde a uma idealização do passado, ressaltando uma liberdade no domínio e uso do território, uma solidariedade, uma fartura quanto ao cultivo, criação, caça e extrativismo, uma série de práticas produtivas ecologicamente adaptadas que sempre asseguraram a reprodução social do grupo. O “tempo das soltas” ou “dos antigos” é caracterizado por certa ambivalência entre o carrancismo e a fartura. O carrancismo pode ser entendido como um período

de acerbas dificuldades quanto ao acesso a bens de consumo industrializados, aos centros político-administrativos, com utilização de precárias vias de acesso, trilheiros somente percorríveis por saboeiros (carros de boi) rumo aos mercados regionais, às dificuldades de acesso a serviços (atendimento médico-hospitalar, escolas, etc.) e à necessidade de trabalho de sol a sol para lavrar a terra bruta, uma vez que a disponibilidade de terras agricultáveis era muito maior. Caracteriza também o início da violência sofrida pelos seus antepassados, quando da chegada dos primeiros invasores na região. (COSTA FILHO, 2008, p. 96)

De certa forma, essa ambiguidade tem sido reproduzida também nos dias atuais, em termos de renda e manutenção das famílias de Morrinhos, mas agora ganha inteligibilidade a partir do tempo da migração para venda de mão de obra em contextos rurais, bem longe da comunidade, e o tempo da comunidade, marcado por festividades religiosas, intensa produção fruticultora e intensa sociabilidade.

No local onde se denominava os Quilombos era comum a prática de artesanato. Nesse local, onde se tem uma maior ascendência negra, as mulheres trabalhavam fazendo artefatos e objetos de argila para vender nas feiras da região, o barro era buscado nas áreas de chapada denominadas *Caraíba*. Conforme o relato do ancião Joaquim, o artesanato foi uma grande oportunidade de geração de renda para as famílias do Quilombo, pois como a maioria plantava na meia com os apossados das bordas, perfazendo uma sociabilidade inclusiva, o barro também provia o sustento:

“Minha mãe fazia pratos de barro, eu era buscador de barro pra minha mãe, buscava areia, que tinha umas pedrinhas que passava no fundo das panelas e na boca dos pratos. O barro era buscado lá nas caraíba, aí ela apanhava os montinhos e sentava os barro em cima pra rodar as peças, vendia prato, panela, botija, tudo ela fazia, quando era assim no sábado apanhava isso pra queimar, e chegava fogo que chegava cobrir, o barro era preto e as panela ficava vermelhinhas, eu era pequeno, mas eu ficava de butuca⁵⁷, quando era no domingo, ela apanhava aquela “tampana”⁵⁸ de vasilha e ia vender no Lamarão, quando era dia de domingo, gente de lá do Buru, não sei lá de onde, vinha aqui comprar na mão dela, comprar pote, comprar prato, aquilo o tempo era muito

⁵⁷ (do quicongo). Olhos arregalados. Ficar de olho. Espreitar. (MOTA, 2008, p.103)

⁵⁸ Espécie de recipiente que cabia todos os artesanatos que seriam vendidos na feira.

duro, mas ela era uma mulher boa demais. Fazia aqueles “dicomê”⁵⁹, naquelas panelas pequeninha quando chegava ela dava todo mundo pra comer uma “bocadinha”⁶⁰, ela fazia umas vasilha fixo (lê-se) ficho, sustento de muita gente aqui era isso... Alugava as paneleiras para fazer pra ela...” (Joaquim Gomes, 77 anos, ancião do quilombo de Morrinhos, Berilo-MG).

As limitações impostas ao modo de vida pela transumância e sazonalidade, para lograr sobreviver, tem se acentuado no contexto de implantação da monocultura do eucalipto na região, impondo outras dinâmicas e desencadeando outras lutas. As plantações de eucalipto têm avançado geometricamente em toda a região do vale, com isso, o quilombo tem adotado medidas para conter o avanço da monocultura e que a chapada não seja toda tomada pela plantação dessa espécie exótica, que deixa somente rastros de destruição do solo e das águas.

Como já vimos, temos como efeitos negativos da extensa monocultura a diminuição de água na nascentes e córregos, devastando o bioma cerrado, no qual naturalmente se produz os frutos e ervas medicinais que o povo do quilombo utiliza para o seu sustento, sem contar que esse local traz uma relação de pertencimento muito forte com os comunitários, devido a essa referência de território que a chapada significa para cada família.

Diante desses fatos, o quilombo tem se mobilizado burocraticamente, e também demonstra desde sempre que os modos próprios de ser e viver, de lidar com a terra, com a religiosidade e moralidade que essa terra traz, que a chapada é de quem a tem por direito. A forma de se plantar, colher, buscar os frutos e plantas medicinais e tratar o território com respeito traz uma relação de vivência que não pode ser tirada, suprimida. O avanço da monocultura de eucalipto se configura, em alguma medida, na morte do quilombo de Morrinhos, pois a chapada se traduz em porção territorial imprescindível para os comunitários, uma herança deixada de pai para filho, que perdurará para sempre até quando o quilombo resistir e (re)existir.

⁵⁹ Comida, de comer.

⁶⁰ Bocado significa uma pequena parte da comida, geralmente se cabe na palma da mão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] o mais importante é que a gente tenha essas lutas do dia a dia, e que talvez muitos órgãos não conheçam essas lutas nossas, que a razão de muitos estarem desacreditados, mas para que se dê sequência e conseguir criar os nossos filhos aqui. Eu vejo que hoje o grande sonho dos pais é ter os filhos por perto, mas ainda sendo um desafio, pois muitos deles estão indo para fora, pois ainda não conseguimos dar a técnica para eles, mas que eles entendam que possam voltar, pois aqui se pode ser bem sucedido, eu me sinto bem sucedido aqui, no sentido de viver da forma que eu vivo, me sinto bem da maneira que eu estou. E a gente sonha que os nossos filhos também tenham isso, não é questão financeira, e sim de você estar bem com sua família, com os seus vizinhos, no seu entorno, estar bem com você e com todo mundo.”
(Adelino Servano, 51 anos, trabalhador rural e liderança comunitária do quilombo de Cardoso, Berilo-MG).

Ler, reler, escrever e buscar entender realmente o processo de luta pelo território a quem sempre foi de direito implica várias coisas, uma delas é saber que o quilombo de Morrinhos é o lugar onde nasci e cresci, o lugar onde vivo, sinto, respiro e pode ser tomado para o avanço da monocultura do eucalipto, mas, como dito por Adelino na fala acima, a nossa luta é do dia a dia. Como se o camponês estivesse fadado a lutar todos os dias pelo seu chão, como se estivéssemos lutando por aquilo que “não” é nosso.

Para o Estado, que lança as setas e dá o aval para o “desenvolvimento aflorar em nossa região” é como se os comunitários estivessem em um lugar que nunca pertenceu de fato a eles. Existe uma enorme desigualdade em relação à forma que é tratada toda a ação de luta do quilombo versus empresa. Eu trago minhas experiências para dentro do texto como forma de expurgo, esse mesmo Estado que não aceita que o quilombo viva, traz também consigo uma indisposição estrutural em entender que nós, quilombolas, somos percursos de nossa própria história. Esse racismo institucional que passa a fala para as grandes empresas monocultoras, que coloca os holofotes somente no desenvolvimento fajuto, que enche os bolsos que já estão abarrotados e camufla os danos e perdas.

O quilombo de Morrinhos nunca precisou de desenvolvimento por meio do eucalipto, pelo contrário. Eu quis, nesses parágrafos dessa dissertação, demonstrar que nós, quilombolas re(existimos) todos os dias, através de nossos modos próprios de ser e viver, de lidar com o

território, de lutarmos para conter o avanço da destruição em massa de nossa chapada. Tanto por meios burocráticos, quanto pelos meios tradicionais, para que os nossos pais e avós e o nossos filhos possam gozar da vida no campo, assim como sempre foi de fato.

Durante a minha pesquisa e escrita desta dissertação, eu pude perceber o quão difícil é falar sobre o meu quilombo, o quanto muitas vezes as palavras, a textualização, não expressam os significados, em que o sentido nem sempre soa como o melhor como quando dito. A nossa vivência transcende o descrito, o analisado, o problematizado, o que muitas das vezes, para um “pesquisador de fora” não é tão complicado, mas viver é sentir e quem não vive nunca vai entender o que realmente foi, é o que realmente será.

A minha luta para poder entrar em uma Universidade e ser a primeira quilombola do programa a conseguir o título de mestre me faz entender que a nossa voz precisa ser ecoada e, mais do que isso, é preciso ser ouvido o nosso grito de socorro, que perdura desde a década de 1970, a partir de quando a nossa vida e nosso território passaram a ser devassados pelo eucalipto e interesses associados. E esse grito é por uma vida digna e tranquila, pois para as empresas as chapadas são somente uma terra de valor econômico, sem maiores significados, e para nós, quilombolas, elas são a nossa vida.

A palavra luta talvez seja a que mais tenha significado nesses parágrafos escritos por mim, a luta pessoal, individual, e também a luta coletiva, que gera alcance e força diante da situação em que vivemos. Talvez o nosso fardo seja sempre de lutar e lutar para que não nos seja tirado o direito de viver, a nossa voz seja de re(existir) todos os dias, seja pela brigar pela terra, que é a base do nosso sustento, seja pela força em ocupar lugares nunca antes ocupados.

O quilombo de Morrinhos, assim como tantos outros quilombos no Brasil, ainda enfrenta grandes situações desgastantes e que colocam à prova a força em viver dias melhores em um país fadado ao “desenvolvimento” fracassado, vivemos tempos difíceis em relação ao governo e a uma grande crise sanitária, que é a pandemia do novo corona vírus. Essa fase impacta drasticamente as comunidades quilombolas, que já estão perpassando por graves conflitos ligados à terra.

A caminhada é longa, às vezes desanimadora, mas com a mesma força de vontade de muitos anos atrás, essa garra em continuar a viver em nosso quilombo se perpetua no tempo, através de nossos próprios costumes, crenças e formas de viver, completamente diferentes de um mundo regido pela globalização e desenvolvimento desenfreado. O quilombo é como se fosse uma pausa no tempo, um lugar de paz e harmonia, de bem viver. É assim que Morrinhos é, e continuará a ser, se depender de mim, se depender de nós.

Fazer um mutirão para ajudar a comunidade, para plantar e colher, lutar pela terra, isso sempre foi feito, a nossa luta, carregamos a cada dia, com a fé de dias em que não precisaremos lutar por aquilo que nos é de direito, e mais do que isso, deixar os rastros de resistência para as gerações futuras, que aprendem desde criança, que a terra nos dá o sustento e que precisamos cuidar e lutar para perpetuar a esperança de um dia, poder viver tranquilamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Viviane Ribeiro. *A atuação das mulheres nas relações de trabalho na agricultura familiar da comunidade Córrego da Prata no município de Palmópolis/MG*. Belo Horizonte, 2019. 36 p. Monografia (Curso de Ciências Sociais e Humanidades) – Faculdade de Educação FaE – UFMG.

ALMEIDA, Clebson Souza de. *Território da água, território da vida: Comunidades Tradicionais e a Monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha*. Dissertação de Mestrado. Diamantina/MG: Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2018.

ALVES, Gabriel Veloso et al. A monocultura do eucalipto no município de Rio Pardo de Minas e seus impactos na produção agroecológica das populações tradicionais. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], v. 6, n. 2, nov. 2011. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/12638>>. Acesso em: 25 out. 2019.

BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Editions de Minuit. 1980.

CALIXTO, Juliana Sena; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria and MACEDO, Renato Luís Grisi. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no alto Jequitinhonha. *Rev. Econ. Sociol. Rural [online]*. 2009, vol.47, n.2, pp.519-538.

CASTANHO FILHO, E.; GRAZIANO NETO, F. Praticar silvicultura é fazer “poupança verde”. In: *Visão Agrícola* nº4 Jul - Dez 2005. pp. 37-39.

COSTA FILHO, Aderval, *Os gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro*. Brasília. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Brasília: PPGAS-UNB. 2008.

_____, Povos e comunidades tradicionais: contribuição para outro desenvolvimento. In: Andréa Maria Narciso Rocha de Paula et al. (Org.). *Povos e comunidades tradicionais: contribuições para um outro desenvolvimento*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016, pág: 196 a 199.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. Os Grilos dos Gerais: apropriação de terras e conflito agrário no norte de Minas. Prudente de Moraes/SP: *Anais do 11º Encontro Nacional da ANPEGE*, 2015.

DALGLISH; L. *Noivas da Seca – cerâmica popular do Vale do Jequitinhonha*. São Paulo. Editora UNESP, 2006.

ENCICLOPÉDIA da música brasileira, popular, erudita e folclórica. 3. ed. São Paulo: Art Editora, 2000.

EVARISTO, Conceição. Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. *Releitura*, Belo Horizonte, n. 23, p. 1-17, 2008.

FARIA, Gilberto Florêncio. Artesanato e resistência: forma(s) de expressão da cerâmica popular do Vale do Jequitinhonha. In: *Anais do VI Congresso de Desenvolvimento Social, Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns*, Universidade de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, 2018. ISSN: 23583991

FÁVERO, C. e MONTEIRO, F.T. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. *Revista Agriculturas* • v. 11 - n. 3, Rio de Janeiro, 2014.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado [1990]. *Cadernos de campo*. São Paulo. Número 13, 2005, p.155-161.

FERNANDES, Leonardo. *Eucalipto: o deserto verde que ameaça a vida dos povos tradicionais do campo*. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, 2017. Disponível em <https://mst.org.br/2017/02/21/eucalipto-o-deserto-verde-que-ameaca-a-vida-dos-povos-tradicionais-do-campo/>. Acesso em: 2 de jun. de 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. – 4. ed. – Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FOGAÇA, Sérgio. *Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória* / Evanize Sydow, Sérgio Fogaça – 1. ed. - São Paulo: Nota Musical Comunicação, 2017.

GALIZONI, Flávia Maria. *Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Impresso), Brasília, v. 40, n.03, p. 77-96, 2002.

GARCIA JR., A. R. e HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de., MENEZES, M. A. de e MARIN, R. A. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GEERTZ, C. *Works and lives: the anthropologist as author*, California, Stanford University Press, 1988.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. *Revista Ponto Urbe*, 3. 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GRAZIANO, Eduardo & GRAZIANO NETO, Francisco. *As condições da reprodução camponesa: no vale do Jequitinhonha*. São Paulo: Perspectivas 6, 1983.

KILOMBA, Grada, 1968 – *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano/Grada Kilomba*; tradução Jess Oliveira. – 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LASCHEFSKI, Klemens et al. O comercio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade de políticas públicas – uma análise geográfica. In: ZHOURI, A. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Lista das comunidades remanescentes de quilombos: Disponível:<http://www.palmares.gov.br/http://www.palmares.gov.br/file/2017/05/COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-em-analise-15-05-2017.pdf>

LOBATO, Monteiro. *A onda verde*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1922.

MARACCI, Marilda Teles. A apropriação de territórios para monocultura de eucalipto, impactos socioambientais e conflitos territoriais no Espírito Santo – Brasil. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo*, 2005. pp. 8474-8490.

MARTINS, J. S. de. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus (Coleção temas de atualidade), 1997.

MARTINS, Paulo Henrique. O ensaio sobre o dom de Marcel Mauss: um texto pioneiro da crítica decolonial. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, nº 36, mai/ago 2014, p. 22-41

MATOS, Ivo Soares de. *Mumbuca*. 2ª. ed. Belo Horizonte: São Vicente, 1980.

MBANDI, Nzinga. E, seu falar, você me escuta? In: Gilmaro Nogueira; Nzinga Mbandi; Marcelo de Trói et al. (Organizadores). *Lugar de fala: conexões, aproximações e diferenças*. 1ª edição. Salvador – BA: Editora Devires, 2020.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1978.

MIRANDA, Leonardo Caetano. *Nos caminhos do Vale: o des(envolvimento) do Jequitinhonha*. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG): travessias e contradições ambientais*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Geografia UFMG, 2011.

MONTERO, Paula. *Globalização, identidade e diferença*. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, p. 47-64, 1998.

MOSCA, Andrea Arruda de Oliveira. *Avaliação dos Impactos Ambientais de Plantações de Eucalipto no Cerrado com Base na Análise Comparativa do Ciclo Hidrológico e da Sustentabilidade da Paisagem em duas Bacias de Segunda Ordem*. [tese]. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo; 2008.

MOTA, Carlos. *Dicionário fanadês, jequitinhonhês, mineirês; linguagem falada às margens do Rio Fanado e suas adjacências* / Carlos Mota. – Brasília: Ed. Sthefanie, 2008. 436 p.

MOURA, Margarida M. *Os Deserdados da Terra*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 1988.

OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do Antropólogo*. 2ª ed. / Roberto Cardoso de Oliveira. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/Editora da UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Raquel. A crise como contexto no Médio Jequitinhonha: Sobre perícia e política. In: ALMEIDA, J.; GERHARDT, C.; MAGALHÃES, S. (org). *Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações – Dossiê 3*, Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012, 206 p.

PAOLIELLO, Renata M. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira In Ana Maria Niemeyer & e Emília P. de Godoi (orgs.) *Além dos Territórios*. Campinas: Mercado de Letras. 1998.

PERPETUA, G. M. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado em Geografia - FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2016.

POEL, Francisco van der. *O Rosário dos Homens Pretos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

_____. *Dicionário da Religiosidade Popular: cultura e religião no Brasil*/Francisco van der Poel (Frei Chico). Curitiba: Nossa Cultura, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação. In: Lander, Edgardo (Org.) *A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Arthur. *O folclore negro no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1935.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SCOTT, Parry. 2009. *Negociações e Resistências Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora UFPE.

SCOTT, Parry. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. IN: Andréa Zhouri (org.), *Desenvolvimento, Reconhecimento e direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez. 2002.

SOUZA, J. V. A de & HENRIQUES, M. S. (Orgs). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. (2014). Os limites da autoantropologia. In Marilyn Strathern. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac e Naify, 2014.p. 133-158.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense - EdUFF, 2008.

WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: Bela Feldman-Bianco & Gustavo Lins Ribeiro (Orgs). *Antropologia e Poder*. Brasília/SãoPaulo: Ed.Unb/Ed.Unicamp. 2003. Pág. 117-144.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se Negueia: o campesinato como ordem moral. In *Anuário Antropológico/87*. Brasília: EdUnB, 1990.

ZHOURI, A. ZUCARELLI. M. C. Visões da Resistência: Conflitos Ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: (Orgs). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

ZHOURI, A. ZUCARELLI. M. C. Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. *Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS - GT 4 - Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais*. Caxambu, 2008. 24 p.

ZHOURI, Andrea, OLIVEIRA, Raquel, LASCHEFSKI, Klemens. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha–MG. *Anuário Antropológico II* (2011): 23-53.

ZHOURI, Andréa. Introdução. In: Andréa Zhouri (Org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*; Brasília. – DF: ABA, 2012.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. *Conflitos Ambientais*, 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *A matemática da gestão e a alma lameada: Os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco* [tese]. Belo Horizonte: PPGAS, Universidade Federal de Minas Gerais; 2018.

ZUCARELLI, Marcos. *Estratégias de Visibilização Política da Usina de Irapé: o descumprimento de normas e ocultamento de conflitos no processo de licenciamento ambiental de hidrelétricas*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFMG, 2006.